

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

WILLIAN GONÇALVES DA COSTA

**A LINGUAGEM NEUTRA EM PROJETOS DE LEI: UMA ANÁLISE DE
IDEOLOGIAS LINGÜÍSTICAS**

CURITIBA

2024

WILLIAN GONÇALVES DA COSTA

**A LINGUAGEM NEUTRA EM PROJETOS DE LEI: UMA ANÁLISE DE
IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS**

Neutral language in bills: an analysis of linguistic ideologies

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudo de Linguagem do Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens – PPGEL da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientadora: Profª. Dra. Nívea Rohling.
Coorientador: Prof. Dr. Evandro De Melo Catelan.

CURITIBA

2024



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



WILLIAN GONCALVES DA COSTA

A LINGUAGEM NEUTRA EM PROJETOS DE LEI: UMA ANÁLISE DE IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Estudos De Linguagens da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Linguagem E Tecnologia.

Data de aprovação: 06 de Agosto de 2024

Dra. Nivea Rohling, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Ana Paula Pinheiro Da Silveira, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Rodrigo Acosta Pereira, Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 06/08/2024.

DEDICO este trabalho aos meus professores, os que a vida me presenteou, os que me incentivaram e nunca desistiram de mim, depositando toda a fé no meu potencial. Os
carrego por toda a vida.

E em ESPECIAL a Fernanda Scolaro pela amizade, parceria e apoio nos momentos de incertezas e inseguranças. Isso tem feito toda a diferença.

RESUMO

Esta pesquisa, no tempo-espaço que se encontra, depara-se com um novo embate em torno da língua nos campos sociais, políticos e legislativos. Muitos vêm às redes de comunicação reivindicar uma língua que seja inclusiva, enquanto outros são contrários a essa nova linguagem e reivindicam a preservação da unidade de língua. Nesse contexto, a discussão em torno da linguagem neutra ganhou espaço nos debates políticos e, ao mesmo tempo, noções, crenças e sentimentos sobre a língua são expostas em matérias legislativas. Tendo em vista esse debate, esta pesquisa tem por objetivo analisar as ideologias linguísticas sobre a linguagem neutra tematizadas em projetos de lei que tramitam no congresso nacional brasileiro no período de 2020 a 2023. Para tanto, a pesquisa tem como embasamento epistemológico os estudos do círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2003 [1952/3], Volóchinov, 2018[1929]), da ideologia (Eagleton, 1997; Volóchinov, 2018 [1929]; Bakhtin, 2003 [1952/3]), das ideologias linguísticas (Blommaert, 2014; Del valle e Meirinho-Guede; 2017; Woolard; Schieffelin, 1994, 1998; Kroskrity, 2004; Irvine; Gal, 2000) e da linguagem neutra (Barbosa Filho e Othero; 2022; Schwindt, 2018, 2020a, 2020b; Butturi Júnior, 2022). A partir desse escopo teórico buscou-se responder a seguinte questão de pesquisa: como se constituem as ideologias linguísticas sobre linguagem neutra em projetos de lei? A abordagem metodológica de pesquisa foi qualitativo-interpretativista por meio de uma pesquisa documental. O *corpus* delimitado foi selecionado das bases de dados dos poderes legislativos das assembleias legislativas dos Estados brasileiros. Para a análise dos dados foram mobilizada as ferramentas teóricas (Woolard, 2021) e as categorias de ideologias linguísticas (Kroskrity, 2004) e de análise de enunciados (Volóchinov, 2018[1929]; 2019[1926]; Bakhtin, 2003 [1952/3]), cujo resultado se constituiu pelo embate entre forças centrípetas (conservadorismos, direita e seus extremos) e forças centrífugas (estratificações linguísticas e heterodiscursiva) e as práticas legislativas de língua são ideologias linguística que são mobilizadas para manter a hegemonia de determinada concepção de língua e de interdição de determinadas performances linguístico-discursivas.

Palavras-chave: ideologia; ideologias linguísticas; linguagem neutra; projetos de lei.

ABSTRACT

This research, in the current space-time context, encounters a new clash surrounding language in social, political, and legislative fields. Many are turning to communication networks to demand an inclusive language, while others oppose this new language and advocate for the preservation of linguistic unity. In this context, the discussion around neutral language has gained prominence in political debates, and at the same time, notions, beliefs, and feelings about language are being expressed in legislative matters. Considering this debate, the aim of this research is to analyze the linguistic ideologies about neutral language as addressed in bills being processed in the Brazilian National Congress from 2020 to 2023. To this end, the research is epistemologically based on the studies of the Bakhtin Circle (Bakhtin, 2003[1952/3], Volóchinov, 2018[1929]), ideology (Eagleton, 1997; Volóchinov, 2018[1929]; Bakhtin, 2003 [1952/3]), linguistic ideologies (Blommaert, 2014; Del valle and Meirinho-guede; 2017; Woolard; Schieffelin, 1994, 1998; Kroskrity, 2004; Irvine; Gal, 2000) and neutral language (Barbosa Filho and Othero; 2022; Schwindt, 2018, 2020a, 2020b; Butturi Júnior, 2022). From this theoretical framework, the research sought to answer the following research question: how are the linguistic ideologies about neutral language constituted in bills? The research methodology adopted was qualitative-interpretative through a documentary research. The delimited corpus was selected from the legislative databases of the legislative assemblies of the Brazilian states. For data analysis, theoretical tools (Woolard, 2021) and categories of linguistic ideologies (Kroskrity, 2004) and utterance analysis (Volóchinov, 2018[1929]; 2019[1926]; Bakhtin, 2003 [1952/3]) were employed, resulting in a conflict between centripetal forces (conservatism, right-wing and its extremes) and centrifugal forces (linguistic stratifications and heterodiscursivity) and legislative language practices are linguistic ideologies that are mobilized to maintain the hegemony of a certain conception of language and to prohibit certain linguistic-discursive performances.

Keywords: ideology; linguistic ideologies; neutral language; bills.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Produção do enunciado.....	28
Figura 2 – Monólogo das mãos, por Bibi Ferreira.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ferramentas teóricas das ideologias linguísticas.....	46
Quadro 2 – Cinco níveis de organização das ideologias linguísticas.....	48
Quadro 3 – Projetos de Lei sobre linguagem neutra nas Assembleias Legislativas estaduais.....	76
Quadro 4 – Intertexto e discurso alheio.....	88
Quadro 5 – Denominações à linguagem neutra.....	104
Quadro 6 – Ideologia linguística relacionada ao falante.....	108

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 Fundamentos bakhtinianos para a análise da linguagem.....	18
2.2 Interação discursiva e a formação do signo ideológico: tema e significação.....	25
2.3 Ideologia e ideologias linguísticas: dos conceitos e análises.....	35
2.3.1 Ideologias linguísticas e/ou da linguagem: caracterização, conceitos e abordagens.....	40
3 O ESTADO DA ARTE SOBRE LINGUAGEM NEUTRA.....	51
3.1 Conceito e movimento social da linguagem neutra.....	51
3.2 Posições nas mídias digitais sobre a linguagem neutra.....	61
3.3 Questão linguística da linguagem neutra.....	65
4 PROCESSOS METODOLÓGICOS.....	71
4.1 Caminhos teórico-metodológicos do Círculo de Bakhtin.....	71
4.2 A pesquisa nas ideologias linguísticas.....	73
4.3 Tipo de pesquisa e geração dos dados.....	74
4.4 Geração de dados e compreensão dos dados.....	76
4.5 Parâmetros de análises de dados.....	80
5 LINGUAGEM NEUTRA, IDEOLOGIAS LINGÜÍSTICAS E DISCURSO LEGISLATIVO	82
5.1 O cronotopo dos projetos de lei sobre linguagem neutra no discurso legislativo.....	82
5.2 A ideologia da língua única: o tensionamento entre forças centrípetas e forças centrífugas	91
5.2.1 – Ideologia linguística da língua única e os ecos do colonialismo linguístico.....	94
5.2.2 Ideologia da língua culta e homogênea.....	98
5.3 Ideologia Linguística com relação aos falantes: a valorização das pessoas LGBTQIA+	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

A Revista OESTE de São Paulo noticiou que o Colégio Dante Alighieri, um dos mais requisitados do Estado, advertiu uma professora que utilizou a linguagem neutra em sala de aula, devido à pressão de familiares de alunas/os/es. Com essa notícia, a revista em questão expõe sua opinião sobre o fato da linguagem neutra, dizendo que ela “não tem correspondência com o padrão de uso de linguagem adotado institucionalmente pelo colégio”¹. Assim, na reportagem, a revista traz “especialistas” para tratar sobre o assunto; um deles diz que o fato “Trata-se de uma crise da inteligência”, outra diz que “garante que a linguagem neutra marginaliza cegos e surdos e é um desrespeito ao idioma. O ‘dialeto neutro’ inviabiliza a comunicação desses grupos”.

Em Minas Gerais, sobre o mesmo assunto, o prefeito de Divinópolis² sancionou uma lei que proíbe as expressões de linguagem neutra na grade curricular e material didático da rede pública e privada. Com isso, o Ministério Público de Minas Gerais apontou a inconstitucionalidade da lei municipal e recomendou a revogação. Contrariando esta decisão, o prefeito decidiu manter a lei com a justificativa de manter o direito de “aprendizagem” da língua portuguesa e suas normas legais (Orientações nacionais de educação, VOLP e Gramáticas).

Esse pedido de revogação foi baseado em uma decisão do Supremo Tribunal Federal – STF que declarou inconstitucional uma lei de Rondônia sobre o mesmo teor de proibição de linguagem neutra na escola. O argumento do STF, com base na constituição de 1988, lembra que os municípios não têm competência para legislar normas que editem sobre currículos e conteúdos programáticos escolares, sendo competência da União.

Esses e vários outros exemplos que circulam na sociedade são reações ao uso da linguagem neutra e isso produz um efeito manada, principalmente em redes sociais em que vários defensores defendem uma pretensa “língua portuguesa”, pura e intocável, em que não cabe variantes das práticas sociais de língua. Fatos esses que podemos observar em perfis de professoras/es de língua portuguesa, guisa gramática, nos canais de YouTube que atacam ferozmente esse tipo de linguagem, dizendo até que quem usa a linguagem neutra é desprovido de inteligência ou quando um pai dizendo que se preocupa com a educação do

1 Disponível em: <https://revistaoeste.com/brasil/colégio-dante-alighieri-adverte-professora-que-usou-linguagem-neutra-em-aula/> Acesso em: 13 de agosto de 2023.

2 Disponível em: <https://portalgerais.com/proibicao-da-linguagem-neutra-e-mantida-em-divinopolis/> Acesso em: 13 de agosto de 2023.

filho e da língua nacional pergunta a Academia Brasileira de Letras se o uso da linguagem neutra é correto, justificando que seu pedido à ABL é feito por uma instituição de autoridade da língua portuguesa. Por conta disso, essa discussão em torno da linguagem neutra ganhou espaço na discussão política. Como explica Signorini e Lucena (2023), a reivindicação por uma linguagem mais inclusiva, principalmente reivindicados pelos ativismos LGBTQIA+, esse movimento de criação de termos não binários, que propõe reformulação de palavras e construções gramaticais já existentes tem ganhado protagonismo na agenda política, sendo a linguagem neutra “objeto de ações oficiais de repúdio e indignação, através de projetos de lei que buscavam proibir o uso institucional dessa linguagem alegando falta de legitimidade linguística, moral e política” (Signorini; Lucena, 2023, p. 01).

Essas reações à nova linguagem, como explicam Signorini e Lucena, enquadram-se na concepção do grafocentrismo que convencionam institucionalmente o “bom uso” da língua e reproduzem padrões de fala, configurando-se, também, como lutas sociopolíticas e ideológicas. O grafocentrismo demanda um projeto de poder de caráter generalizante de como devem ser o uso das formas linguísticas. Ademais,

A polêmica, no entanto, foi, de fato, instalada em 2015, especialmente entre políticos conservadores e acadêmicos, quando foi aprovada uma versão do Plano Nacional de Educação (PNE) que excluía do texto a palavra ‘gênero’. A partir desse debate, as discussões sobre o uso da linguagem neutra ganharam mais espaço e muitos/as professoras/es e ativistas ligados/as a grupos com pautas progressistas e identitárias passaram a usá-la de modo mais recorrente, demarcando uma postura política em favor de múltiplas identidades de gênero. (Signorini; Lucena, 2023, p. 06)

Tendo em vista essa discussão, Barbosa Filho (2022) discute os embates em torno da língua no campo político e legislativo, ele vê que esses embates são sempre singulares e devem ser compreendidos nos contextos históricos em que surgem as discussões e as condições em que são produzidos determinados usos, pois os efeitos de sentidos na língua entram em jogo e um desses efeitos diz respeito a palavra *nação*. Sobre isso o autor afirma que

Visivelmente, as línguas sempre entretêm alguma relação com os espaços políticos, com os territórios e com a vida material das diferentes sociedades históricas. Os debates sobre a proibição de outras línguas no Brasil atravessam mais de três séculos – do Marquês de Pombal a Getúlio Vargas [...], passando pela discussão legislativa em torno do nome da língua oficial do Brasil nas décadas de 1930 e 1940, até o mais recente debate acerca dos estrangeirismos em 1999 [...]. A história é testemunha de

verdadeiras batalhas não apenas em torno da língua, mas pela língua. (Barbosa Filho, 2022, p. 143)

É perceptível que o debate legislativo sobre a linguagem neutra³ carece de um entendimento não apenas linguístico, mas de um debate de discurso, de construção de sentido, de semântica e do entendimento próprio de língua e como esses fenômenos estão ligados às identidades. As tensões que estamos percebendo nesse espaço-tempo em que estamos vivendo em torno da linguagem dizem respeito aos saberes metalinguísticos, a uma política de língua sobrecarregada de ideologias várias, entre elas a ideia de uma língua nacional, uma homogeneidade de língua. Esses atos, ao mesmo tempo, atingem sujeitos sócio-históricos, suas identidades, pertencimentos e, até mesmo, seus corpos. O uso da linguagem neutra e as reações que ela vem enfrentando esbarra num efeito de homogeneidade e de preconceitos às minorias.

A linguagem neutra, dessa maneira, vem se mostrando um obstáculo à ideia de unidade de língua, assim como uma forma de comunicação que objetiva incluir pessoas que não se identificam com os gêneros gramaticais masculino e feminino. Dessa forma, busca não só mudanças estritamente linguísticas, mas discursivo-ideológicas, como, por exemplo, impor obstáculos a termos que reforçam estereótipos de gênero e pensar a língua como prática social, dinâmica, maleável e inclusiva.

A inclusão e promoção da igualdade de gênero na linguagem não é um destaque apenas desta atualidade, mas de algumas décadas que, desde então, vem ganhando movimentos em direção a uma linguagem neutra que vem impulsionar, de maneira crítica, as discussões sobre a identidade de gênero, a igualdade de gênero e os direitos LGBTQIA+.

Do limiar dessas discussões, lastreou-se alguns movimentos que influenciaram e se tornaram marcos importantes para a proposta da linguagem inclusiva. Na década de 1960, o movimento feminista começou a ganhar força e a desempenhar um papel importante sobre o tratamento que as mulheres recebiam no uso da linguagem, principalmente sobre os usos do masculino como termo genérico e, assim, tenta conscientizar o impacto da linguagem no uso desses tratamentos.

³ Há em discussão sobre qual o melhor termo para designar a linguagem que não marca gênero algum e inclui indivíduos que não se identificam com a binaridade da língua. Existem várias formas conhecidas como “linguagem não-binária”, “linguagem inclusiva”, “língua de gênero”, “gênero neutro”, etc. Neste trabalho, usaremos alguns termos de forma intercambiadas, mas em sua maioria a “linguagem neutra” por se tratar de um termo inaugural de discussão.

O feminismo, a partir de então, começou a ganhar um aliado na luta das causas inclusivas, o movimento LGBTQIA+. Este surgiu como um reconhecimento da diversidade de gênero e orientação sexual. A linguagem, assim, tornou-se uma ferramenta importante para inclusão de pessoas não binárias, transgêneros e outras identidades de gênero e, ao mesmo tempo, arena de lutas discursivas e ideológicas.

Fervilhando esses acontecimentos no meio social, a ciência passou a olhar esses fenômenos e ter um papel significativo nos estudos de gênero, inserindo-os em campos de estudos interdisciplinares que se dedicam às identidades, subjetividades e representações e suas categorias. Várias frentes, como a geografia, a história, a ciência política, a sociologia, a antropologia, a linguística aplicada e os estudos queer, etc. trouxeram e influenciaram outros estudos de gênero e sexualidade. Um desses campos, a qual esse trabalho se insere, é a linguagem, pois as/os/es linguistas e analistas do discurso estudam como a linguagem pode refletir, prescrever e moldar as performances de gênero e como normas de comportamento afetam essas identidades na linguagem, o que, no caso da linguagem neutra, surge como uma ferramenta para desafiar essas normas.

Com o surgimento das redes sociais as discussões se intensificaram e, ao mesmo tempo, surgiram vários ativismos online que tentam, a sua maneira, conscientizar o público sobre a nova linguagem. Assim, vários grupos e/ou hashtags se disseminam para compartilhar informações sobre o tema. Além das redes sociais, as comunidades LGBTQIA+ e os grupos de ativismos promovem a linguagem neutra no âmbito educacional e defendem a adoção em ambientes escolares, nos ambientes públicos e administrativos, como também, nos meios de comunicação. Essas propostas não são uma pretensa mudança radical na língua, como muitos entendem, mas uma inserção na linguagem da representatividade de grupos que não se sentem inseridos nos meios democráticos.

Em reação a tudo isso, políticas e leis são implementadas nas esferas públicas a fim de promover ou abolir o uso da linguagem não binária em documentos oficiais e nas comunicações governamentais e, principalmente, no ambiente escolar. Isso demonstra que a linguagem neutra é um assunto em debate que está evoluindo e a sua prática, independentemente dos resultados da discussão, está em uso em diferentes culturas e contexto, como acontece na Argentina, mas a aceitação, em sua maioria, vai depender da compreensão e dos fatores culturais, sociais e políticos.

Com efeito, os estudos sobre ideologias linguísticas, a operação do exemplo da linguagem neutra e a análise dos objetos legislativos estão inseridos num escopo maior que é a cultura e por isso que nos estudos de linguagem a/o/e pesquisadora/or/re terá que lidar com os sistemas de representação, o funcionamento da língua, os signos ideológicos, o heterodiscurso e as identidades. Portanto, com essa base, esta pesquisa será explicitada.

Nessas intenções, o tema/título desta pesquisa é *a linguagem neutra em projetos de lei: análise de ideologias linguísticas*, cujo objetivo geral é analisar as ideologias linguísticas sobre a linguagem neutra em projetos de lei. Para isso, os objetivos específicos delimitados foram:

- 1) Investigar quais e como as ideologias linguísticas são materializadas nas práticas discursivas legislativas, nas quais performances linguísticas estão em ação e contingência;
- 2) Compreender como as ideologias linguísticas são mobilizadas para manter a hegemonia de determinada concepção de língua;
- 3) Analisar a relação de forças centrípetas e centrífugas nas ideologias linguísticas em práticas discursivas em confronto;

A fim de alcançar os objetivos acima, nos apoiamos nos pressupostos do Círculo de Bakhtin, nas noções de ideologia, da ideologia linguística oriunda das discussões da antropologia, da sociolinguística e dos estudos culturais. Como consequência disso, procura-se entender a discussão sobre a linguagem neutra e seu momento sócio-histórico e levantar as questões de ideologias linguísticas em projetos de lei.

Partindo disso, das discussões de Volóchinov foi trabalhado com alguns conjuntos de conceitos que dizem respeito ao signo ideológico, a noção de linguagem, representação simbólica e ideologia. Sobre este último, para ele, a questão da criação ideológica está intimamente ligada ao problema da filosofia da linguagem, pois além de qualquer produto ideológico ser parte da realidade natural e social, também reflete e refrata o que está além dessas realidades, isto é, representa outras realidades, possuindo, além de seus limites, uma significação, isto é, um signo que carrega em seu bojo uma ideologia, pois “*Onde não há signo também não há ideologia*” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 91, grifos do autor).

Dessa forma, é com base no Círculo que apresentamos a noção de ideologia, para enfim, chegar às ideologias linguísticas. O conceito de ideologia, até o momento, é o mais difícil de encontrar um consenso e, por isso mesmo, ela se caracteriza como um campo de conflito conceitual.

Essas teorizações e explicações balizaram a pesquisa a entender as ideologias linguísticas que dizem respeito à linguagem neutra, esta utilizada pelas minorias que não se identificam com os gêneros tradicionais da língua padrão. O objetivo do uso da linguagem neutra é inserir alternativas para identificação de identidades que não estão “contempladas” na língua oficial. Essa temática é um fenômeno recente, cujas discussões estão amadurecendo e, no bojo dessas discussões, são perceptíveis as ideologias linguísticas a respeito da linguagem neutra e estão no centro da política brasileira de língua. Como dito ante os referenciais teóricos que embasaram este estudo se constituem de Volóchinov (2018, 2019), Bakhtin (2003, 2016, 2015), Eagleton (1997), Barbosa Filho e Othero (2022); Schwindt (2018, 2020a, 2020b), Butturi Júnior (2022), Blommaert (2006, 2014), Kroskrity (2004, 2008, 2010), Silverstein (2012), Woolard (1992, 1994, 2020, 2021).

Esses levantamentos nos auxiliaram a responder a seguinte questão/problema da pesquisa: *como se constituem as ideologias linguísticas sobre linguagem neutra em projetos de lei?* Portanto, a presente pesquisa se justifica para discutir essa questão e clarear, na medida do possível, “a de que a forma da língua (a forma real, socialmente situada) e a estrutura social são mediadas por ideologias linguísticas, e que a atenção às ideologias linguísticas nos fornece ferramentas ultrassensíveis para se detectar caminhos pelos quais a estrutura causa impacto sobre a forma da língua” (Blommaert, 2014, p. 75-76). Com isso, convém mencionar a construção metodológica da pesquisa.

A abordagem adotada foi de base qualitativo-interpretativista que subsidia na compreensão das complexidades e contradições de fenômenos singulares e imprevisíveis no bojo da prática de grupos sociais (Gerhardt; Silveira, 2009; Chizzotti, 2009).

Quanto ao tipo de pesquisa, foi realizado uma pesquisa documental. Para as autoras Gerhardt e Silveira (2009), esse tipo de pesquisa recorre a fontes diversificadas sem, a princípio, tratamento analítico, mas trilhando o mesmo caminho da pesquisa bibliográfica. Desse tipo de pesquisa são trabalhados os documentos de primeira mão, que são aqueles que nunca foram analisados e os de segunda mão, ou seja, aqueles que já passaram por algum tratamento. No caso desta pesquisa, trabalhamos com os dois formatos, pois alguns textos

discutidos aqui já foram analisados por alguns analistas, e os que trazemos para o bojo dos estudos do Círculo de Bakhtin e das ideologias linguísticas.

Com relação a geração dos dados, eles nos direcionaram para o procedimento dos parâmetros de análise, como bem lembra Volóchinov: “Todo fenômeno pode ser melhor compreendido se observado no processo do seu surgimento e desenvolvimento” (Volóchinov, 2019[1926], p. 238). Com isso, este trabalho foi realizado a partir de buscas digitais nos sites na internet pelo método de capturas de dados documentais. Os dados foram gerados nas bases dos poderes das assembleias legislativas dos Estados. O levantamento considerou os anos de 2020 a 2023, da qual resultou 29 projetos, ou seja, colhidos das assembleias legislativas dos 26 Estados mais o DF. Foram delimitados 05 (cinco) projetos (um de cada região do Brasil) do ano de 2023 mais o PL 5248/2020, de autoria do Deputado Guilherme Derrite (PP/SP), que foi um dos primeiros projetos que influenciou o debate acadêmico sobre o assunto e os demais projetos que daí surgiram. Assim, o foco da análise recai sobre seis (06) projetos de lei (PL 25001_2023 (BA), PL 31/2023 (DF), PL 191/2022 (ES), PL 212/2021 (MS), PL 282/2021 (PE)).

Para as análises dos dados, numa primeira fase, estudamos as ferramentas teóricas (Woolard, 2021) e as categorias de ideologias linguísticas (Kroskrity, 2004) e de análise de enunciados (Volóchinov, 2018[1929]; 2019[1926]; Bakhtin, 2003 [1952/3]). No entanto, a partir de uma leitura prévia na pesquisa documental, os dados nos direcionaram aos conceitos que mobilizamos na análises, a saber: 1) conceito de cronotopo (Bakhtin, 2018) e o conceito de 2) conceito de forças centrípetas e centrífugas (Bakhtin, 2015 [1975]) quando são discutidas as forças autoritárias do discurso legislativo, cuja concepção adotada é uma arena de vozes sociais. Em adição, consideramos essas categorias como constitutivas das ideologias linguísticas que orbitam a linguagem neutra e a valoração aos falantes LGBTQIA+. Enfatiza-se, assim, que o cronotopo e as forças centrípetas e centrífugas são as regularidades dos dados no seu surgimento e desenvolvimento.

Esperamos com os resultados da pesquisa trazer contribuições aos estudos da linguagem, em especial ao campo da LA, mas também à área de Ciências Sociais e Humanas, no sentido proposto por Moita-Lopes (2006) de que as pesquisas atuais devem ser vistas/pensadas/realizadas a partir de “um modo de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (Moita-lobes, 2006, p.14), buscando-se

entender como ocorrem as interações–discursivas nesses novos espaços de discussão da identidade, da minoria e da relação de poder e ideologias linguísticas.

Por fim, esta dissertação se estrutura pelas seguintes subseções: o primeiro diz respeito à introdução, o segundo os referenciais teóricos sobre as abordagens do Círculo de Bakhtin e suas contribuições para os estudos da linguagem, as noções de ideologias e ideologias linguísticas; o terceiro se ocupará sobre o estado da arte sobre a Linguagem Neutra; o quarto será o percurso metodológico da pesquisa e geração de dados; o quinto se dedica às análises dos dados, seguido das considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentamos os conceitos que norteiam a presente pesquisa, a saber, as discussões do Círculo de Bakhtin que concebem a língua(gem) como dialógica. A teoria dialógica do discurso tem se mostrado rica no desenvolvimento de várias noções que se referem ao estudo da linguagem e essa orientação se deve à dimensão com que o Círculo se dedica ao funcionamento da língua como sócio-histórica-dialógica-valorativa. Nessa direção, nos delimitamos às noções bakhtinianas que perfazem o discurso nas concepções sócio-histórico-cultural de língua, observando-as nos contextos relacionadas às ideologias linguísticas, especialmente nas esferas/campo da política e da legislação, assim como as noções volochinovianas de signo ideológico e seu funcionamento na prática social. Apresentamos, de igual forma, os estudos das Ideologias linguísticas, que dizem respeito às concepções sobre a estrutura e uso da linguagem nas ideologias. Dessa maneira, considera-se os campos políticos e legislativos como contextos situados de heterodiscursos e de concepções sócio-histórico-culturais, cujas comunicações são efetivas entre as/os/es indivíduos/os/es do discurso.

2.1 Fundamentos bakhtinianos para a análise da linguagem

Os escritos do Círculo de Bakhtin concebem a linguagem como atividade de prática social, situada em contextos comunicativos/culturais concretos, tendo em vista a concepção histórica, cultural e social que nos leva aos efeitos de compreensão e análise da comunicação efetiva dos sujeitos do discurso (Brait, 2010; Suassuna, 2003). Essa concepção de linguagem é a noção central dos estudos do enunciado do Círculo de Bakhtin, sendo que o discurso é socialmente orientado e cada enunciado torna-se um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (Bakhtin, 2016 [1979]), refletindo a interação social da/o falante, da/o ouvinte e do tema como o produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles (Volóchinov, 2018 [1929]).

Dessa concepção, os enunciados são inseridos em situações sociais concretas. Essa inserção faz deles elementos carregados de sentidos ideológicos, refratando, de certa forma, a visão total da realidade. Como os enunciados estão inseridos em relações discursivas concretas, carregadas de sentidos ideológicos, sendo fenômenos sociais e culturais nos atos de fala das/dos/des indivíduos/os/es, eles nos obrigam a considerar o contexto extraverbal, pois

Volóchinov (2018[1929], 2019[1926]) considera o contexto extraverbal integrante ao enunciado como parte constitutiva essencial de sua significação, englobando a compreensão e avaliação de um enunciado junto com o discurso verbal.

Tendo em vista isso, Acosta Pereira e Rodrigues (2014) compreendem que o contexto extraverbal, com a sua dimensão social, abrange o caráter social do enunciado que se constitui, se confirma, ocorrendo o trabalho da ideologia e da valoração que lhe são concernentes. Lembrando, igualmente, que a situação pragmática do contexto extraverbal para Volóchinov (2018 [1929], 2019 [1926]) engloba a “compreensão” e a “avaliação” de um enunciado (concordância ou discordância) junto ao próprio discurso verbal. Estendendo, assim, a expressividade, o tom valorativo, levando em consideração não apenas o que se está na unidade da língua (expressões verbais), mas o contexto extraverbal, que se constitui, segundo Volóchinov (2019 [1926]), a partir dos seguintes três elementos indissociáveis: 1) Horizonte espacial comum das/os interlocutoras/es: a unidade do visível, a extensão ou visão espacial dos sujeitos discursivos; 2) O conhecimento e a compreensão comum da situação por parte das/os interlocutoras/es: a partilha da informação e do entendimento desse conhecimento produzido na interação verbal; 3) Avaliação comum dessa situação: Julgamento do enunciado discursivo na situação concreta, podendo ser concordado ou discordado.

Partindo disso, para demonstrar suas observações a respeito desse caráter ideológico do signo linguístico, Volóchinov (2019[1926]) apresenta uma análise dos enunciados da vida cotidiana, definindo os enunciados como unidades reais e concretas da interação e os diferencia das unidades da língua vista como sistema (Acosta Pereira; Rodrigues, 2014).

Nesse sentido, os enunciados também refletem as condições específicas e as finalidades de cada esfera/campo de comunicação (Bakhtin, 2016 [1979]). Assim, o enunciado, constituído a partir de um determinado gênero discursivo, apresenta três características fundamentais: a) *Conteúdo temático (ideológico/volitivo)*; b) *estilo de linguagem*; c) *construção composicional*. Esses três elementos, como diz Bakhtin (2003 [1952/3]) “estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação”, e constituem, assim, os Gêneros Discursivos.

Nessa mesma direção, Bakhtin (2016 [1979]) aponta mais três características do enunciado, que são os limites essenciais e precisos da compreensão do gênero do discurso, o que pode auxiliar na análise dos dados desta pesquisa. Dessa forma, Acosta Pereira e

Rodrigues (2014, p. 182-183) apresentam a organização dos aspectos do enunciado: 1. *A alternância dos sujeitos do discurso*: entre os enunciados existe a alternância de sujeitos, posto que elas/eles/iles também são as unidades da interação verbal, passando-se de uma palavra a outra. Toda/o/e falante termina seu enunciado para passar ao outro ou dar lugar a sua ação ativo-responsiva (Bakhtin, 2016 [1979], p. 29); 2. *conclusibilidade específica do enunciado*: é o acabamento do enunciado em seu interior, ou seja, é a possibilidade da/o interlocutora/e tomar uma postura de resposta em relação ao enunciado do outro, ou seja, é a percepção em que um enunciado se refere a uma situação definida ou o *dixi* conclusivo do autor do enunciado a/o interlocutora/e. Essa conclusibilidade é realizada a partir de três elementos ligados no todo orgânico do enunciado (Bakhtin, 2016 [1979], p. 35-36): (i) *A exauribilidade semântico-objetual do tema*: objeto, sentido e temas são inesgotáveis e profundamente diversos nos diferentes campos da comunicação discursiva, mas ao entrarem no horizonte apreciativo das/os interlocutoras/es, passam a ter acabamento dentro das condições e finalidades específicas de cada campo dos enunciados, esse acabamento é percebido na interação com os gêneros do discurso. (ii) *Intenção discursiva*: é a percepção e interpretação da intenção discursiva da/o falante, que para Bakhtin “determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras”. (iii) *Os gêneros do discurso*: para Bakhtin a vontade discursiva das/os falantes se realiza na escolha de determinado gênero do discurso, essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação, considerando os seus temas, sua situação concreta e composição pessoal do participante. Os gêneros passam a ser a demarcação da produção de enunciados e horizontes apreciativos para o interlocutor, na relação com eles é permitido a percepção do todo do enunciado e sua conclusibilidade (Bakhtin, 2016 [1979], p. 29); 3. *A expressividade*: essa é a propriedade de o enunciado ser expressivo, uma das marcas da posição valorativa da/os participantes em face aos temas propostos, essa expressividade e valoração estão intimamente ligados (Bakhtin, 2016 [1979], p. 47).

A partir dessa exposição, percebemos que o uso da língua se efetua por meio de enunciados materializados em gêneros discursivos, que orientam, no campo semântico e ideológico/volitivo/valorativo, as/os interlocutores discursivos; refletem, assim, as condições e finalidades específicas de cada esfera/campo da atividade humana, permitindo, também expressar e transmitir pensamentos em tonalidades dialógicas (Bakhtin, 2016 [1979]). Esses enunciados são materializados em gêneros discursivos concretizados, no caso desta pesquisa,

em projetos de lei.

Deste modo, os gêneros são formados por enunciados, o que significa que não produzimos enunciados fora da esfera/campo de comunicação, eles são determinados pelas condições específicas e pelas finalidades que o discurso pede. Estruturamos nossos discursos por enunciados que se materializam a partir de determinados gêneros discursivos (Bakhtin, 2016[1979]).

Dessa forma, para analisar os acontecimentos de ideologias linguísticas (Kroskrity, 2004; Woolard; Schieffelin, 1994), teremos que compreender os fenômenos enunciativos-discursivos que impulsionam as manifestações socioculturais político-ideológicas e uma delas são os gêneros a partir dos enunciados (projetos de leis, decretos, constituição, liminares, etc.), o que nos fará buscar discursos produzidos e as diversidades de discursos alheios e suas relações, ou seja, o dialogismo discursivo.

O campo ideológico ou esfera ideológica (Volóchinov, 2018 [1929], p. 94), adotado aqui como uma esfera/campo de uso da linguagem, em articulação às teorias dos demais membros do Círculo de Bakhtin, contemplam, entre outras, a noção do discurso entre o individual (enunciado) e o social e o entrecruzamento de lutas e valores sociais de orientações que, em uma arena discursiva, podem se contradizer, fazendo do discurso produto da interação viva das forças sociais (Bakhtin, 2003 [1979]).

Tendo isso em vista, para Bakhtin (2016 [1979]), os gêneros se organizam em dois grandes grupos: os primários e os secundários, sendo eles complementares. Os gêneros primários correspondem à comunicação cotidiana, enquanto os secundários correspondem à comunicação cultural mais complexa e enfatizam a pluralidade de manifestações discursivas. É sob esta segunda categoria que os dados desta pesquisa se encontram, pois, segundo Bakhtin, os gêneros da esfera jurídica e política são retóricos e ideológicos e “surgem nas condições da comunicação de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado” (Bakhtin, 2016 [1979], p. 15-16), isso

Porque todo trabalho de investigação de um material linguístico concreto – seja de história da língua, de gramática normativa, de confecção de toda espécie de dicionários ou de estilísticas da língua, etc. - opera invariavelmente com enunciados concretos (escritos e orais) relacionados a diferentes campos da atividade humana e da comunicação – anais, tratados, textos de leis, documentos de escritório e outros, diversos gêneros literários, científicos, publicísticos [...] de onde os pesquisadores haurem os fatos linguísticos de que necessitam. (Bakhtin, 2016 [1979], p. 16)

Na discussão do heterodiscurso em *Teoria do romance I: a estilística*, Bakhtin traz

alguns pontos interessantes sobre os gêneros do discurso que vem ao encontro da presente pesquisa. Nesse caso, ele trata a estratificação da língua como organismo específico dos gêneros (Bakhtin, 2015 [1975], p. 63), pois os vários elementos da língua ganham matizes dos gêneros do discurso pelo fato de agregarem pontos de vistas, enfoques, formas de pensamentos, nuances e acentos ideológicos. Dessa forma, o gênero acompanha a língua e se torna estratificado, isto é, entrelaça-se pelas várias estratificações, como por exemplo, a estratificação profissional, cotidiana, do momento histórico, de grupos sociais, etc. Para Bakhtin, essas “línguas evidentemente se distinguem não só por seu vocabulário: envolvem determinadas formas de diretriz intencional, formas de assimilação e avaliação concreta” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 63).

Ele explica, em seguida, que os gêneros em contextos heterodiscursivos importa o aspecto intencional, este entendido como aspecto concreto-semântico e expressivo da estratificação da língua, pois

não é a composição linguística neutra da linguagem que se estratifica e se diferencia, mas são as suas potencialidades intencionais que se sequestram: estas são realizadas em direções definidas, são completadas por um conteúdo definido, concretizam-se, especificam-se, impregnam-se de avaliações concretas, ligam-se a *horizontes* definidos, concretos e expressivos dos gêneros e profissões. (BAKHTIN, 2015 [1975], p. 64)

É enfatizado, assim, que as línguas dos gêneros “são intencionais, ricas de sentido e imediatamente expressiva, porque toda manifestação verbal, por mais socialmente significativa que seja, é carregada de intenções ideológicas, de nuances semânticas que variam dependendo de cada camada social e das línguas sociotípicas estreitas ao círculo social de cada indivíduo” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 67).

Bakhtin reforça, dessa maneira, que “todas as línguas do heterodiscurso, qualquer que seja o princípio que sirva de fundamento ao seu isolamento, são pontos de vista específicos sobre o mundo, formas de sua compreensão verbalizada, horizontes concretos-semânticos e axiológicos específicos” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 67). Há, dessa forma, uma luta real que se firma na estratificação da língua, isto é, no heterodiscurso e no uso intencional de determinado gênero do discurso, pois

antecipações esclerosadas do processo intencional, sinais deixados no caminho do trabalho vivo das intenções, da compreensão das formas comuns da língua. Esses sinais externos, observados e fixados por via linguística, não podem por si sós ser compreendidos e estudados sem que interprete a sua concepção intencional. A

palavra vive fora de si, em seu direcionamento vivo para o objeto. (Bakhtin, 2015, p. 67)

E nesta direção que a presente pesquisa lida especificamente com gêneros da esfera jurídica e política e demais esferas, quando os enunciados ali encontrados vão refletir sobre as individualidades das/os falantes e o reflexo da individualidade na linguagem presentes nos gêneros do discurso e suas intenções no uso de determinado gênero (Bakhtin, 2016 [1979], p. 17).

Com essa base, a fim de discutir as ideologias linguísticas em projetos de lei que circulam nas assembleias do Brasil, mobilizamos as ideias de Bakhtin (2015 [1975]) sobre a questão da língua única, das forças de unificação e centralização (forças centrípetas) e de estratificação e heterodiscursiva (forças centrífugas) do mundo verboideológico. Bakhtin, dessa forma, parte do cerne das ciências da língua para tratar a problemática, como a filosofia da linguagem, a linguística e a estilística. Para ele, essas ciências postulam uma relação simples e imediata da língua única e singular, isto é, do enunciado monológico do indivíduo, o que quer dizer que apenas o sistema da língua única e o indivíduo que fala são os únicos dois polos que elas conhecem.

Com essa premissa, as ideias de Bakhtin se expandem para o mundo da ideologia cotidiana, pois as diferentes épocas, nas diferentes correntes da filosofia da linguagem e das ciências que dela nascem introduzem diferentes conceitos de sistema de linguagem, enunciados e indivíduos/os/es. Ele diz que os conteúdos basilares dessas ideias permanecem estáveis, mas são condicionadas a determinados destinos sócio-históricos, pois esses “destinos e tarefas determinaram tanto certas variedades de gêneros do discurso ideológico quanto certas correntes verboideológicas e, enfim, uma determinada concepção filosófica de discurso” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 39) e são nelas que as forças centrípetas e centrífugas residem.

Para Bakhtin, a categoria de língua única são expressões de processos históricos de unificação e centralização linguística, que no caso presente, reduziu-se a gramática e a noção de língua nacional em que as relações de poder institucionais tomam para si o direito de impor certos limites à língua. Bakhtin prossegue dizendo que a língua única não é dada, é uma indicação de oposição ao heterodiscurso “enquanto força que supera esse heterodiscurso, que lhe impõe certos limites, que assegura certo *maximum* de compreensão mútua e se cristaliza na unidade real, embora relativa, da linguagem falada (do dia a dia) com a linguagem literária,

com a ‘linguagem correta’.” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 40, destaque do autor). Assim, ele prossegue:

A língua única e comum é um sistema de normas linguísticas. Contudo, essas normas não são um imperativo abstrato, mas *forças criadoras* da vida da língua, que superam o heterodiscurso da linguagem, unificam e centralizam o pensamento verboideológico, criam no interior da língua nacional heterodiscursiva um núcleo linguístico firme e estável da língua literária oficialmente reconhecida ou protegem essa língua já formada contra a pressão do crescente heterodiscurso. (Bakhtin, 2015 [1975], p. 40, destaque do autor)

Assim, a língua não é tomada como um sistema de categorias gramaticais abstrata, mas tomada como ideologicamente preenchida, como uma cosmovisão de mundo, de compreensão mútua, dialogizada, conflituosa, dinâmica, ou seja, estratificada em todos os campos da vida ideológica. As forças centrípetas, unificadoras de língua, atuam, como diz Bakhtin, no meio efervescente do campo heterodiscursivo, da estratificação ideológica da língua. Porquanto,

Em cada momento concreto de sua formação, a língua é estratificada em camadas não só de dialetos no exato sentido do termo (segundo traços formalmente linguísticos, sobretudo fonético), mas também – o que é essencial para nós – em linguagens sociológicas: linguagens de gerações, etc. (Bakhtin, 2015 [1975], p. 41)

Essas estratificações são diversamente discursivas e dinâmicas, pois se ampliam e se aprofundam, se caracterizam como forças centrífugas, “aquelas que corroem continuamente as tendências centralizadoras, por meio de vários processos dialógicos” (Faraco, 2009, p. 70) e desenvolvem o trabalho incessante do processo de descentralização e separação das forças centrípetas. Reforça-se, assim, que “Cada enunciação concreta do sujeito do discurso é um ponto de aplicação tanto das forças centrípetas quanto das centrífugas” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 42), ou seja, é na enunciação, ou melhor dizendo, nos horizontes axiológico/valorativos que se cruzam as forças numa comunhão de ambiente heterodiscursivo que cada enunciado desse ambiente determina a feição linguística e do estilo do enunciado e isto, como diz Bakhtin, não é inferior ao sistema normativo-centralizador da língua única (p. 42).

Assim, parafraseando Bakhtin, o heterodiscurso, em se tratando de linguagem neutra, ou qualquer estratificação da língua são polemicamente afiados contra as linguagens oficiais hegemônicas da contemporaneidade. Dessa forma, pode-se “dizer com franqueza que o elemento dialógico do discurso e todas as manifestações a ele vinculadas permaneceram até ultimamente fora do horizonte da linguística” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 43) e as tendências

centralizadoras de língua carregam uma ideologia de língua e exorbita, ao mesmo tempo, como uma unidade no heterodiscurso. Por isso que a ideologia linguística vem ao encontro desse trabalho para poder entender o porquê a diversidade de linguagens permanece fora do campo de visão da política brasileira.

Adiantamos, assim, que “*a palavra é o fenômeno ideológico par excellence*” (Volóchinov, 2018[1929], p. 98, grifos do autor), porque a palavra é mediadora da comunicação social e desta forma um signo ideológico. Desta maneira, é lançado a mão o estudo da significação dos signos ideológico, ou seja,

a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a clareza excepcional da sua estrutura sêmica já seriam suficientes para colocá-la no primeiro plano da ciência da ideologia. É justamente no material da palavra que se pode explicar, do melhor modo possível, as principais formas ideológicas da comunicação sêmica. (Volóchinov, 2018[1929], p. 99)

Porém, nos é dito que a palavra é um signo neutro, porque ela não é puramente representativa e sêmica como os demais materiais sêmicos, porque eles são particulares, são símbolos e signos específicos, surgidos especificamente de um campo ideológico. A palavra, explica Volóchinov, é neutra em qualquer função ideológica em qualquer campo específico. Sobre isso, há um capítulo específico em *Marxismo e Filosofia da Linguagem (MFL)* que explica que uma palavra pode se repetir em vários campos ideológicos, tornando-se uma significação preenchida por um tema que varia de acordo com as posições ideológicas e esse fenômeno constitui o signo ideológico, tornando, assim, a palavra como material usual da comunicação cotidiana. Em suma,

A realidade da palavra, como a de qualquer signo, está localizada entre indivíduos e é produzida por meio do organismo individual [...] É necessária uma análise profunda e detalhada da palavra na qualidade de signo social, com o propósito de compreender a sua função como meio da consciência [...] *a palavra acompanha toda a criação ideológica como seu ingrediente indispensável.* (Volóchinov, 2018 [1929], p. 100, grifos do autor)

Esse organismo individual da palavra e sua qualidade de signo social e criação ideológica será apresentado na seção abaixo.

2.2 Interação discursiva e a formação do signo ideológico: tema e significação

Nos estudos do Círculo de Bakhtin, especificamente nos escritos de Volóchinov, a noção de linguagem é preponderante para o entendimento das representações simbólicas e, diante disso, o signo nesses estudos é central para a investigação da ideologia, sendo o signo ideológico o fundamento para as análises da linguagem. Para isso, teremos que dar atenção a alguns conceitos que nos dão caminhos para análise das linguagens ideológicas. Antes de estudarmos os conceitos de tema e significação, primeiro temos que ter em vista a base desses dois conceitos, isto é, a interação discursiva. Ela é estabelecida por Volóchinov a outros dois conceitos, a vivência e a expressão.

O capítulo que antecede o tema e a significação na língua, no livro *MFL*, Volóchinov tece sérias críticas às tendências teóricas na época sobre a língua, a saber, o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato. A primeira via a enunciação de caráter individual, cuja linguagem nasce na consciência da/o/e indivíduo/a/o/e, ou seja, a consciência como nascedouro e instância individual da língua. A segunda via o sistema linguístico como instância própria, autossuficiente, independente e que organiza a língua, deixando, assim, a consciência e a interação social de lado.

Tendo em vista essas tendências, Volóchinov torna visível as lacunas carregadas nessas teorias e mostra que a interação discursiva e suas relações da vivência das/dos/des indivíduos/os/es e suas expressões não são contempladas em detrimento a encarnações sócio-históricas dos signos. Como ele diz,

A vivência expressa e a sua objetivação exterior são criadas, como sabemos, a partir do mesmo material. Com efeito, **não há vivência fora da encarnação signica**. [...] não pode haver nenhuma diferença qualitativa entre o interior e o exterior. [...] o centro organizador e formador não se encontra dentro [...] e sim no exterior. Não é a vivência que organiza a expressão, mas, ao contrário, a expressão organiza a vivência [...] (Volóchinov, 2018 [1929], p. 204, destaque nosso)

A essa expressão, o autor dá o nome de *expressão-enunciado*; isso, para ele, é definido pelas condições reais do enunciado, ou seja, pela *situação mais próxima* dessa vivência expressa. Aqui entramos numa análise mais profunda do enunciado; decerto, a expressão-enunciado se expande para outros tipos de linguagem (isso se tornará mais claro quando chegarmos ao tema e significação), não somente o verbal, pelos seguintes motivos:

O enunciado se forma entre dois indivíduos socialmente organizados, e, na ausência de um interlocutor real, ele é ocupado, por assim dizer, pela imagem do representante médio daquele grupo social ao qual o falante pertence. *A palavra é*

orientada para o interlocutor, ou seja, é orientada para *quem* é esse interlocutor [...] Não pode haver um interlocutor abstrato, por assim dizer, isolado, pois com ele não teríamos uma língua comum nem no sentido literal, tampouco figurado. (Volóchinov, 2018 [1929], p. 204-205, destaques do autor)

Vemos, assim, que o autor destaca o ambiente social concreto circundante, onde quem tem papel relevante são as/os/es participantes da interação discursiva. Esse ambiente para Volóchinov é caracterizado de três formas: 1) o horizonte social típico e estável, isto é, o mundo e o conhecimento compartilhado que 2) orienta a criação ideológica do grupo social e da época em que se vive, o que se direciona para um 3) auditório social estável.

É nesse ambiente construído pela interação discursiva que se formam os motivos, as avaliações axiológicas, os argumentos e ideologias, mas quando o conhecimento de uma/um indivíduo/a/o/e amplia-se, mais seu auditório aumentará e, mesmo assim, essa/esse participante terá dificuldade de ultrapassar os limites de sua classe e de sua época, porque é pela palavra/língua/gem (construída pela situação mais próxima e do horizonte social) que a consciência de classe é formada, pois eles são territórios comuns entre a/o falante e a/o/e interlocutor/a/e. Essa orientação pela palavra/língua/gem é um ato de inter-relação, ou seja, “Toda palavra serve de expressão ao ‘um’ em relação ao ‘outro’. Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva da minha coletividade” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 205).

Essa organização da inter-relação, do ato bilateral (falante e ouvinte) e do discurso se dá pela expressão, emprestada “da reserva social de signos disponíveis” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 206); dessa forma, explica ainda Volóchinov, a constituição do signo é determinada pelas relações sociais, ou seja, a palavra ou signo é reflexo dessa relação: “*A situação social mais próxima e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, de dentro, a estrutura do enunciado*” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 206).

Isso quer dizer que a orientação social produz a forma e o estilo do enunciado (expressão-enunciado) de forma tácita, consensual, dialogada, negociada e até conflituosa, isto é, o enunciado “é determinado de modo mais próximo pelos participantes do evento do enunciado [...] em relação a uma situação determinada” [...] As camadas mais profundas da sua estrutura são determinadas por ligações sociais mais duradouras e essenciais, das quais o falante participa” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 206-207).

Para ilustrar esse argumento, apresentamos a figura a seguir para visualizar a criação da expressão-enunciado:

Figura 1 – Produção do enunciado



Fonte: O autor. Elaborado de Volóchinov (2018 [1929])

A orientação social é a camada mais profunda da interação social, a sua base, pois é pela orientação social que a vivência e o grau de consciência de uma/um indivíduo/o se relacionam, é por essa tomada de consciência que se forma a ideologia. Como afirma Volóchinov, a vivência e a consciência ideológica apenas continuam e clarificam a orientação social de determinado signo ideológico e suas expressões, isto é, suas formas. O meio social mais amplo é o pertencimento de grupo, de classe, por assim dizer, do meio social, da posição em que é tomada nesse meio, o ambiente real em que ocorre o enunciado. Por sua vez, a situação social mais próxima, correndo o risco de sermos simplistas, é o que é diretamente vivido pelo eu; em termos bakhtinianos, diz respeito ao contexto valorativo e o horizonte social em que determinada experiência é concebida.

Para isso, Volóchinov dá o exemplo da fome. Exemplificando em nosso contexto, a fome em nosso país passa por uma orientação social, pois é dever do Estado garantir a subsistência do seu povo. De forma geral, a fome está no plano ideológico político que se dirige a todas/os/es, já no meio social mais amplo, podemos pegar como exemplo a merenda escolar, pois o grupo que deve ser alcançado são as/os/es estudantes da educação básica, o que podemos dizer como uma classe; delimitando mais esse cenário, podemos chegar a situação social mais próxima quando a vivência do eu se deflagra, isto é, a demarcação individualista, pois pode haver nesse meio uma criança que sobrevive apenas dessa merenda

escolar ou uma mãe que toma a consciência ideológica da importância desse alimento e protesta para a manutenção dessa política, outros que não necessita, outros que tomam isso como privilégio e muitas outras formas de expressar a fome individualmente.

Assim, a/o/e participante é o centro desse aglomerado de situações sociais, porque disso ela/ele/ile passa a vivenciá-lo e a experimentar essa vivência, disso ela/ele/ile passa a externalizar suas experiências, produzindo de forma relativamente estável, estruturando, escolhendo recursos linguageiros e criando o estilo da expressão-enunciado. Diante disso, a ênfase nesses argumentos, é que as escolhas dos recursos para formação do enunciado vão esbarrar numa materialidade e em significados variados, uma forma de explicar as ideologias do cotidiano.

Posterior a isso, a seção sobre tema e significação em *MFL* inicia-se com a seguinte expressão: “o problema da significação é um dos mais difíceis da linguística”. Inferimos de imediato que essa conclusão se dá pela complexidade linguística e social que a/o/e indivíduo/o/e lida; os pormenores dessa premissa são explorados por Volóchinov ao explicar e aplicar a teoria do tema e da significação na língua.

Dessa forma, os textos do Círculo de Bakhtin apresentam um conjunto de questões teóricas que só pode ser examinado no todo a partir do seio social da linguagem e na relação das/os interlocutoras/es uns com os outros. Esse conjunto é unidade orgânica complexa de afinidades, que muitas/os estudiosas/os o chamam de arquitetônica do Círculo de Bakhtin.

Com essas acepções, procuramos apresentar aspectos relativos à arquitetônica bakhtiniana, que nos ajudam na compreensão do horizonte axiológico específico e sistematizá-los na análise da linguagem.

A primeira questão a ser destacada diz respeito aos conceitos de tema e significação na linguagem. Em *MFL*, em capítulo específico, é utilizado o termo *significação* como uma capacidade de significar signos em potencial construção de sentido, isto é, “a significação se decompõe em uma série de significações em conformidade com os elementos linguísticos do enunciado” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 229).

A significação é uma possibilidade de construir sentidos mais estáveis do enunciado e dos signos, ela é por natureza abstrata e tende a permanecer na estabilidade para o signo (Brait, 2010), ou seja, o elemento que torna a forma linguística um signo não é a sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica (BRAIT, 2005). Desse modo, fazendo da significação elemento da enunciação reiterável e idêntico cada vez que é repetido, sendo abstrato e convencional sem existência concreta e independente, fundado sobre uma

convenção (Volóchinov, 2018 [1929]).

Como exemplificação, uma palavra qualquer, como “casa”, esta palavra é sinal enquanto índice de um complexo sonoro inerte e imutável, convencionada, reiterável e idêntica a cada vez que ela é repetida, porém o que faz dessa palavra um signo não é sua identidade de sinal e sim sua relação de sinal com a mobilidade específica, entendendo este último termo como uma orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos (Brait, 2005). Consequentemente, a significação está voltada para o signo, ou seja, a investigação do significado desse elemento no sistema material da língua.

Percebemos, assim, que esses dois conceitos (tema e significação) são partes da constituição do *signo ideológico*. Diante disso, é preciso entender, primeiramente, que para Volóchinov, **o signo é formado pela significação e pela ideologia**, pois “qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social [...] reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites. Tudo que é ideológico possui uma significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um signo. *Onde não há signo também não há ideologia*” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 91, destaques do autor).

Isso quer dizer que uma palavra/corpo/objeto por si só não significa nada; no entanto, é preciso acrescentar algo a mais nesse objeto, algo que represente além desse corpo inerte. Para Volóchinov, essa palavra/corpo/objeto tem que representar algo, tornando-se um produto ideológico, o que assim o fará um signo. Bakhtin ao corroborar com essa visão entende que

Todo sistema de signos (isto é, qualquer língua), por mais que sua convenção se apoie em uma coletividade estreita, em princípio sempre pode ser codificado, isto é, traduzido para outros sistemas de signos (outras linguagens); consequentemente, existe uma lógica geral dos sistemas de signos, uma potencial linguagem das linguagens única (que, evidentemente, nunca pode vir a ser uma linguagem única concreta, uma das linguagens). (Bakhtin, 2003, p. 311)

Já Grillo e Américo (2018, p. 367) nos dizem que “O signo é uma realidade material da ideologia. Os objetos que chamam atenção da sociedade entram no mundo da ideologia, se formam e se fixam nele, tornando-se signos ideológicos ao adquirirem uma ênfase social.”

Ainda sobre o conceito de significação, Volóchinov, ao tratar disso nos primeiros capítulos de *MFL*, expõe que o signo se constitui de significação e ideologia, pois os objetos são transformados em signos, pois a eles são determinados um mundo particular, a dos signos, o que ele denomina de ora de campos dos signos, ora de esfera ideológica, isto é, “cada

campo da criação ideológica possui seu próprio modo de se orientar na realidade, e a refrata a seu modo. Cada campo possui sua função específica na unidade da vida social. Entretanto, *o caráter sógnico é um traço comum a todos os fenômenos ideológicos*” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 94, destaque do autor).

Em outras palavras, o signo para ser signo e funcionar numa realidade, num fato concreto, ele precisa de uma base, de um produto, o qual é denominado como significação, isto é, *“um artefato técnico de realização do tema”* (Volóchinov, 2018 [1929], p. 229, destaque do autor). Nesse sentido, as significações são únicas e determinadas, são sentidos únicos e pertencentes a totalidade do enunciado, são *“repetíveis e idênticos a si mesmos* em todas as ocorrências [...] forma convencional isolada esses aspectos são abstratos [...] são parte inseparável e necessária do enunciado” (p. 228).

Por sua vez, o tema é a realidade que se torna objeto do signo (Grillo, 2018), é a totalidade de sentido do enunciado, se tornando único à medida que ele acontece, o que quer dizer que ele é individual e não se repete. O tema, assim, expressa a situação concreta que forma o enunciado pelos aspectos extraverbais da situação; esses dois elementos (situação concreta e aspectos extraverbais) são sustentados pelo momento histórico a qual pertencem. Desta forma, *“O enunciado só possui um tema ao ser considerado um fenômeno histórico em toda a sua plenitude concreta. É isso que constitui o tema do enunciado”* e a ideologia mencionada anteriormente (Volóchinov, 2018 [1929], p. 229, destaque do autor).

Para melhor entender esse aspecto, trouxemos um texto de outra esfera (literária) para mostrar como é perceptível o tema e a significação na formação do enunciado:

HOJE EU ESTOU MEIO ROMÂNTICO

Mário Prata⁴

Foi numa grande festa na pequena cidade que o fato se deu.

O grande homem, olhando a pequena mulher, pensou:

– Que pequena.

A pequena mulher, sentindo os grandes fuidos em sua cabeça, pensou:

– Grande.

Pequenas piscadas, grandes sorrisos, uma só cumplicidade.

E foi assim que eles foram.

Ele pegou nas pequenas mãos da mulher com sua grande mão.

4 PRATA, Mario. 100 Crônicas. Cartaz Editorial, São Paulo, 1997.

Com seus grandes olhos, procurou os pequenos dela, grande ternura, pequena timidez.

Com o grande dedo da grande mão direita passou, levemente, uma pequena alegria para os pequenos lábios do pequeno sorriso.

Ele sorriu, mostrando dois grandes dentes e deu um beliscão no pequeno nariz que ficou vermelho como o pequeno coração que disparou dentro do seu pequeno corpo.

Com o seu grande coração conquistou o pequeno sim e fizeram grandes planos e pequenas despesas.

Um pequeno período de noivado e pensaram na grande festa do grande dia.

Num pequeno hotel da pequena cidade, numa grande cama, o pequeno corpo esticou-se atravessado e foi recolhido num grande abraço.

Grandes horas, pequenos segundos, grandes prazeres, pequenos gemidos, pequenas lágrimas, um grande suor, pequenos ais, grandes beijos, pequenos dentes, grandes mordidas, grande língua, seios pequenos contidos por um grande peito.

Pequenos saltos, grandes suspiros.

Um grande amor.

Depois de grandes dias e pequenas brigas, vieram as pequenas diferenças.

Grandes anos, pequenos segundos, pequenos filhos, grandes festas, pequenas viagens, pequenos passeios, grandes almoços, pequenos pileques, grandes barrigas, pequenos partos, grandes fadigas, pequenas férias, grandes trabalhos, pequenos salários, grandes dores de cabeça, pequenos comprimidos, grandes ansiedades, pequenas alegrias, grandes insônias, pequenas noites, grandes decepções, pequenos senões, grandes tempos, pequenos tempos.

Grandes brigas, pequenos não.

Passou um grande tempo, apenas um pequeno amor sustentava a grande casa já repleta de filhos pequenos e grandes.

Sentaram-se na grande poltrona da pequena sala para resolver o grande problema: o grande amor ficara pequeno.

A sua grandeza foi diminuindo e as pequenas razões da mulher ficando grandes.

Foi quando ela percebeu que era uma grande mulher.

E ele, ficando cada vez mais pequeno, também.

Ela pegou uma pequena faca e enfiou na pequena barriga dele.

Saiu uma grande quantidade de sangue e o pequeno corpo ficou ali, esticado, no grande tapete atravessado, recebendo pequenos olhares.

Vieram os filhos pequenos e grandes e deram grandes gritos.

Para a polícia ela deu pequenas explicações e conseguiu uma grande pena: dos pequenos e grandes filhos e da justiça.

Anos mais tarde, teve uma pequena morte numa pequena sala de uma grande penitenciária e o jornal deu apenas uma pequena nota de um amor que um dia foi tão grande.

O enunciado de Mário Prata usa as palavras *grande* e *pequena* como composição semântica para a formação de sentido da crônica. As duas palavras em destaque têm sentidos diferentes a cada vez que é mencionada e, conseqüentemente, temas diferentes a cada situação concreta que o autor vai construindo, ou seja, o tema desses termos é singular e muito estreito a situação mais próxima e dividi-lo apenas em elementos linguísticos se tornariam sem sentido.

Nota-se, assim, que há uma gradação das palavras *grande* e *pequena*. Na primeira parte, até a linha 14, são centradas as emoções dos primeiros momentos do casal e à *mulher* é designado o adjetivo *pequena* e ao *homem*, o adjetivo *grande*. Depois dessa primeira parte adentramos aos inícios dos primeiros compromissos da relação (“*grandes e pequenas despesas*”). Daí, até a linha 23 vemos o que comumente dizem de “bodas de beijinhos”, os primeiros meses de casamento. Depois se segue a consolidação do casamento, os compromissos, filhos e as conseqüências desses atos. Na quarta parte notamos a inversão de sentido de *grande* e *pequena*, o que era *pequena* se torna grande e o que era *grande*, se torna pequena. Para o desfecho, o autor nos deixa a sua avaliação axiológica, não deixando de brincar novamente com a troca semântica das palavras.

Com este breve apontamento da crônica, entendemos que “O tema é *um complexo sistema dinâmico de signos que tenta se adequar ao momento concreto da formação*”. Isso quer dizer que “o tema deve apoiar-se em alguma significação estável, caso contrário ele perderá a sua conexão com aquilo que veio antes e que veio depois, ou seja, perderá totalmente o seu sentido” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 229). Como explica Volóchinov, o tema é o sentido da totalidade do enunciado, o que vimos em *grande* e *pequena* na crônica a partir das situações mais próximas apresentadas.

Uma outra característica importante nos estudos do tema e significação é o problema da inter-relação entre a avaliação e significação, pois além da compreensão ativa e do ato ativo responsivo, o signo ideológico traz em seu bojo as avaliações entre a/o/e indivíduos/o/e no diálogo; a avaliação também acompanha o tema e a significação e a isso afirma Volóchinov:

Qualquer palavra realmente dita não possui apenas um tema e uma significação no sentido objetivo, contedístico dessas palavras, mas também uma *avaliação*, pois todos os conteúdos objetivos existem na fala viva, são ditos ou escritos em relação a certa ênfase valorativa. (Volóchinov, 2018 [1929], p. 233)

Apesar de a palavra ser privilegiada pelo Círculo, entendemos que as compreensões nos discursos se estendem a outras materialidades e a avaliação é uma característica preponderante para a compreensão dialógica, pois se as materialidades languageiras não possuem uma ênfase valorativa, praticamente não haverá materialidades, tanto a palavra quanto os enunciados. Dessa forma, é salutar a questão que Volóchinov responde em relação a avaliação: **“O que então seria a ênfase e qual seria a sua relação com o aspecto objetivo da significação?”**

Para responder essa pergunta, Volóchinov considera que a camada social e avaliação são transmitidas com a ajuda da entonação expressiva, portanto, “a entonação é definida pela situação mais próxima, e muitas vezes pelas suas circunstâncias efêmeras. No entanto, a entonação pode ser mais essencial” (Volóchinov, 2018[1929], p. 233). Para exemplificar essa afirmativa, trouxemos abaixo considerações do vídeo de Bibi Ferreira em que performa o texto *Monólogo das mãos*, poema de Giuseppe Artidoro Ghiaroni⁵. Essa performance é elucidativa por trazer em suas construções várias camadas sociais e deflagram as entonações expressivas e que trazem à luz as avaliações nessas entonações.

Figura 2 – Monólogo das mãos, por Bibi Ferreira



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3BhsnXDn-jk>

⁵ Poema completo em: <http://www.veramussi.com.br/recomendo.php?cod=177>

Consideramos o uso das mãos, nesse monólogo, como um artefato técnico, sua significação, um apoio para as entonações em que os temas apresentados em cada configuração da mão se sustentam. Como falamos, toda essa performance é realizada por meio de entonações que expressam (metáfora gestacional) as avaliações das camadas sociais apresentadas; contudo, como diz Volóchinov, as “avaliações e entonações são determinadas na situação social mais próxima da conversa” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 235), como os exemplos de Maria Antonieta, Pilatos, Judas, a guerra, a enfermeira a cuidar de enfermo e várias outras situações em que a mão é peça chave para essas avaliações. Nessa dialética do tema com a significação, Volóchinov considera que

o tema próprio a todo enunciado [...] se realiza integralmente apenas por meio da entonação expressiva, sem a ajuda da significação das palavras e das relações gramaticais. Essa avaliação, bem como a entonação correspondente, não pode extrapolar os limites estreitos da situação mais próxima e do pequeno mundinho social íntimo [...] A consideração da avaliação social é necessária justamente para compreender a formação histórica do tema e das significações que o realizam. A formação do sentido na língua está sempre relacionada com a formação do horizonte valorativo do grupo social, e, por sua vez, essa formação, compreendida como um conjunto de tudo que possui significação ou importância para o grupo [...] (Volóchinov, 2018 [1929], p. 236-237)

Dessa forma, Valentin Volóchinov enfatiza que não existe enunciado sem avaliação, porque todo enunciado é prenhe de orientação avaliativa e cada elemento, não só significa, mas também avalia. O motivo disso é o papel criativo nos manuseios e mudanças dos artefatos sógnicos e da própria significação. Essa mudança é sempre uma reavaliação; conforme “a significação – elemento abstrato e idêntico a si mesmo – é absorvida pelo tema e dilacerada por seus conflitos vivos, para depois voltar como uma nova significação com a mesma estabilidade e identidade transitórias” (Volóchinov, 2018 [1929], p. 238).

A seção a seguir tratará sobre os conceitos de ideologia e ideologia linguística, que serão mobilizados ao fenômeno da linguagem neutra.

2.3 Ideologia e ideologias linguísticas: dos conceitos e análises

O conceito de ideologia é um dos mais importantes para os estudos da linguagem, o que tange aos estudos do discurso e da ideologia linguísticas. As/os estudiosas/os das ideologias linguísticas trazem algumas razões do trabalho com este conceito. Woolard (1992), primeiramente, nos diz que o termo ‘ideologia’ tem sido caracterizado de várias maneiras em um emaranhado de senso comum e significados semitécnicos, assim como é confuso e

problemático. Diante disso, a autora problematiza a razão de se trabalhar esse conceito e uma delas é que a ideologia aparece com frequência cada vez maior nos estudos da linguagem. É por isso que no conceito de ideologia se encontra uma riqueza de estudos que a abordam desde as concepções culturais sobre a natureza da linguagem, as noções de metalinguística, metapragmática, as atitudes, estigmatização, valores, normas, padrões e hegemonia.

Ao levantar essas questões, Woolard (1992) aponta que a ideologia precisa ser analisada sistematicamente no estudo da linguagem. A principal razão para se escolher a ideologia como conceito-chave para a organização do campo de investigação das ideologias linguísticas é que as origens sociais da ideologia chamam atenção para a dimensão do conhecimento ou da “consciência” situada, derivada da experiência e da posição social. Isso posiciona as pesquisas em ideologia linguística dentro de domínios teóricos, mesmo com as tensões em torno do termo ideologia, o que já é motivo para captar as ideologias nos usos da linguagem (Woolard, 1992).

Para essa autora, a ideologia em si é uma palavra polissêmica e controversa, pois não existe um acordo completo sobre sua significação e, se assim fosse, não haveria motivos para ser um conceito central para as pesquisas sobre as concepções de linguagens no meio social. Destaca-se, ainda, que a ideologia é entendida como parte de regimes alternativos de verdade. Isto significa que um compromisso com os estudos de linguagem implica reflexão e exame de nossas próprias suposições sobre a linguagem, a linguística e significados sob as mais variadas perspectivas de ideologias (Woolard, 2021).

Nessa mesma direção, Kathryn Woolard e Bambi Schieffelin (1994) propõem que a ideologia é frequentemente considerada discursiva e que muitas/as teóricas/os as veem como um reflexo comportamental, pré-reflexiva ou estrutural. Ao contrário disso, as autoras analisam essas ideias como uma organização de práticas significantes nas relações vividas. Nessa acepção, a consciência dos diferentes locais em que a ideologia ocorre pode dar luz a várias controvérsias que são aparentes e explicar fenômenos sociais e linguísticos. O termo, assim, carrega em sua significação que as concepções culturais são parciais, contestáveis, contestadas e carregadas de interesse. Um exemplo é que mesmo as tendências que naturalizam e esvaziam o conteúdo histórico de qualquer conceito, tornando-o universal, uma verdade incontestável, é vista como chave para um processo ideológico (Woolard; Schieffelin, 1994).

As autoras afirmam que o foco nas análises ideológicas nas origens sociais e experienciais dos sistemas de significação contrapõe-se à naturalização do cultural. Essa naturalização é tendenciada pelas relações de poder. Esse foco de análise se sustenta pelo fato de os meios culturais terem histórias sociais e, por isso, a pesquisa busca entender como os significados sobre a linguagem são socialmente produzidos como efetivos e poderosos. Assim, Woolard e Schieffelin (1994) conceituam a ideologia como processo que envolve lutas entre múltiplas conceitualizações, o que exige o reconhecimento da variação e contestação dentro de uma comunidade, bem como contradições entre as/oses individuais/os/es na história.

Para reforçar a razão e o conceito dessa palavra, Woolard (2012) expõe mais uma razão ao abordar a ideologia nos estudos linguísticos que são os reconhecimentos da existência de múltiplas tradições essenciais para a incursão do campo de investigação, devido às várias dimensões da ideologia. Este, assim, pode ser observado dentro da própria prática linguística, nas concepções explícitas sobre a língua, sobre a regimentação do uso da língua numa metapragmática, isto é, o uso e a interpretação da língua. Dessa maneira, a ideologia se sobressai devido às suas múltiplas facetas que se dão na linguagem, desde os seus indicadores metapragmáticos, assim como nas produções do discurso e as suas relações sociais e materiais (como vimos em Volóchinov). Assim, Woolard concebe a ideologia como um efeito, uma prática construída socialmente com consequências nos processos sociais e linguísticos. Vale destacar que a autora analisa as eficácias da ideologia, a forma como são transformadas as materialidades que são observadas na linguagem, assim como os aspectos performativos da ideologia, porque a ideologia cria e age no mundo social enquanto “disfarça” a forma como o mundo é (Woolard, 2012, p. 30).

A esse respeito, José del Valle e Vítor Meirinho-Guede (2017) colocam em desafio a identificação do significado concreto que se quer dar e a decisão de incorporar a ideologia em qualquer quadro teórico. Para essa incorporação, os autores partem das primeiras tendências de significado da ideologia. A primeira, quando surgiu no século XVIII como nomeação de um novo campo de conhecimento, o estudo das ideias. Mas, posterior a isso,

o termo passou a designar sistemas de ideias, conscientemente adotados por indivíduos ou grupos humanos, que representam uma determinada forma de ordem social e a defendem em oposição a outras alternativas. Nesse sentido, as ideologias são doutrinas baseadas em modelos ideais de sociedade que estimulam formas de ação políticas voltadas para a realização desse ideal. Este é o significado de “ideologia” quando falamos de ideologias de direita ou de esquerda, ideologias nacionalistas, ideologias liberais ou ideologias

conservadoras ou revolucionárias. (DEL VALLE; MEIRINHO-GUEDE, 2017, p. 628, tradução nossa)⁶

Este último conceito de ideologia era uma forma deliberada de representações de camadas da sociedade vinculada às lutas políticas e, segundo esses autores, restringiu ainda mais o sentido de ideologia como uma representação tendenciosa ou simplesmente falsa da realidade, que se opõe ao objetivo e à verdade, concepção que residia das doutrinas marxistas; porém, ao analisar os pressupostos marxistas, viam que essa tradição tinha concepções bem abertas em que a ideologia adquire um sentido mais social e cultural e viam que a crença consciente⁷ da ideologia não se sustentava.

Somando-se a isso, eles se aproximam das ideias de Eagleton (1997), em que a visão racionalista da ideologia como sistemas de crenças conscientes e bem articuladas não é suficiente, porque “ignora as dimensões afetivas, inconscientes, míticas ou simbólicas da ideologia; a forma como constitui as relações vividas e aparentemente espontâneas do sujeito com uma estrutura de poder e a forma como vem a produzir o colorido invisível da vida quotidiana” (Del Valle; Meirinho-Guede, 2017, p. 628, tradução nossa)⁸. É claro que eles consideram, de igual maneira, a performatividade da ideologia, sua retórica e pseudo-proposição, mas não significa que falte verdades (conteúdo proposicional, nos dizeres dos autores mencionados) importantes ou proposições que a ideologia pode propor, mas elas podem ser avaliadas em termos de sua verdade ou falsidade.

Nesses parâmetros, eles veem que o termo ideologia não está apenas associado a um lado da moeda apenas, isto é, às doutrinas políticas específicas, mas se “aproxima do reino das

6 se desplazó el término para designar sistemas de ideas, conscientemente adoptadas por individuos o grupos humanos, que representan una determinada forma de orden social y la defienden en contraposición a otras alternativas. En este sentido las ideologías son doctrinas basadas en modelos ideales de sociedad que animan formas de acción política orientadas a la realización de aquel ideal. Este es el significado de “ideología” cuando hablamos de ideologías de derecha o de izquierda, de ideologías nacionalistas, de ideologías liberales o de ideologías conservadoras o revolucionarias.

7 Ao postular as cinco categorias de análise das ideologias linguísticas, Kroskrity (2008) vê que embora o conceito de consciência era frequentemente adotado como uma manifestação da ideologia como explícita e articulada pelos membros, ele problematiza que a consciência permite diferentes graus que pode ser interpretada a partir do uso real da ideologia. Explica, com base em Anthony Giddens, que isso varia entre a consciência discursiva e a consciência prática. O primeiro, como uma forma de monitoramento reflexivo que permite a discussão explícita das ideologias linguísticas pelos falantes, enquanto a segunda representa aquelas ideologias que estão incorporadas em ações reais, relativamente automáticas, tácitas e construídas socioculturalmente e/ou impostas numa sociedade. Mas é nos postulados de Volóchinov (2018, p. 95-97) que entendemos que a consciência individual é um fato social e ideológico, este não se reduz na consciência em si, mas que se “forma e se realiza no material signico criado no processo da comunicação social de uma coletividade organizada”.

8 Ignora las dimensiones afectivas, inconscientes, míticas o simbólicas de la ideología; la manera en que constituye las relaciones vividas y aparentemente espontáneas del sujeto con una estructura de poder y el modo en que llega a producir el color invisible de la vida cotidiana.

crenças, do afetivo, do inconsciente, do mítico e do simbólico”. É nessa constatação que Del Valle e Meirinho-Guede avaliam que as inserções de elementos culturais na ideologia dificultam o seu exame em critérios objetivos de validação. Explicam, ainda, que, com isso, as oposições dualistas entre positivo e negativo, falso e verdadeiro da ideologia não se sustentam, porque entre a

ideologia e realidade social não há mais uma relação funcional unidirecional, pois a primeira é tanto a causa quanto o efeito da segunda. A ideologia já está presente na experiência das condições materiais e consequentemente as influencia; mas, ao mesmo tempo, é moldada por elas. Além disso, embora a ideologia sirva, com efeito, como uma máscara para os conflitos de classe, ela também se apresenta como um lugar de conflito entre pessoas e grupos opostos que reivindicam os princípios da ideologia para usá-la a seu favor e contra os outros. Em outras palavras, os agentes sociais podem se “apropriar” da ideologia para disputar as relações sociais que ela, em princípio, havia legitimado. (Del Valle; Meirinho-guede, 2017, p. 628-629, tradução nossa)⁹

Para Silverstein (2012), a ideologia, por sua vez, é uma característica intencional e previsível de uma sociedade ou de um grupo em uma formação social, sendo até mesmo previsível como uma posse ou característica as/os/es indivíduos/os/es na medida em que se entende que eles vivem dentro de uma certa sociedade definida. Dessa maneira, assim como Del valle, Meirinho-guede (2017) e Eagleton (1997) veem na linguagem a inscrição das relações de poder social que podem ser rastreadas nas materialidades linguísticas como as estruturas lexicais, sintáticas e gramaticais que exercem como funções da ideologia. As mudanças dessas materialidades linguísticas “podem servir para obscurecer a agência concreta de um evento social de maneiras conveniente para os interesses ideológicos dominantes” (Eagleton, 1997, p. 173).

Reforça-se, dessa maneira, que todo discurso produz certos significados e parte de uma posição interessada. Um dos exemplos é o discurso político que produz significados, que no caso legislativo, tentam conceitualizar situações específicas. O discurso político tenta organizar um corpo de sujeitos ativos em suas experiências de vida e “busca equipá-los com

⁹ ideología y realidad social ya no media una relación funcional unidireccional, pues aquella es a la vez causa y efecto de esta. La ideología está ya presente en la experiencia de las condiciones materiales y consecuentemente influye sobre ellas; pero, al mismo tiempo, es moldeada por ellas. Además, aunque la ideología sirve, en efecto, como máscara de conflictos de clase, también se presenta como lugar de conflicto entre personas y grupos enfrentados que reclaman los principios de la ideología para usarla en su favor y contra otros. En otras palabras, los agentes sociales pueden “apropiarse” de la ideología para disputar las relaciones sociales que esta, en principio, había legitimado.

formas de valor e crença relevantes para suas tarefas sociais específicas e para reprodução geral da ordem social” (Eagleton, 1997, p. 194).

É a adoção do papel da linguagem como materialidade específica da criação ideológica que Volóchinov (2018, 2019) entende que o signo se forma pela ideologia e seu produto ideológico, pois “tudo que é ideológico possui uma significação [...] Onde não há signo também não há ideologia” (Volóchinov, 2018, p. 91), reforçando o que foi dito anteriormente. A esses signos formados na interação social, a avaliação ideológica pode ser aplicada a qualquer um deles. É sobre isso que Volóchinov entende que os campos ideológicos coincidem com o campo dos signos, pelo fato de que a ideologia e seus campos de formação possuem seus próprios signos e por eles suas significações e cada um deles possui sua própria maneira de se orientar e refratar a realidade circundante (Volóchinov, 2018, p. 93-94).

Esse caráter sógnico comum a todos os fenômenos ideológicos e da consciência individual da realidade é um fato social e material da ideologia (Volóchinov, 2018, p. 96-97). Por esse caminho, Volóchinov entende que a ideologia é “todo conjunto de reflexos e refrações no cérebro humano da atividade social e natural, expressa e fixada pelo homem na palavra, no desenho artístico e técnico ou em alguma outra forma sógnica” (Volóchinov, 2019, p. 243). Essas reflexões e refrações dos produtos ideológicos captam outras realidades além de seus limites e a palavra, como vamos ver no caso desta pesquisa e, se apoiando nesta última base teórica, é signo ideológico que expõe as existências sociais e todo convívio e efeitos dessas interações e seus conflitos de interesse. A essas existências e convívios, Volóchinov atribui como ideologia do cotidiano, pelo fato de nossas ações e estados de “consciência” criarem sentidos e disso surgir outros sistemas ideológicos. Com esses conceitos e bases, é apresentado, a seguir, os estudos sobre ideologias linguísticas.

2.3.1 Ideologias linguísticas e/ou da linguagem: caracterização, conceitos e abordagens

O artigo *Language ideology: Issues and approaches*, de Woolard (1992), mostra a possibilidade da abordagem comparativa mais sistemática e fundamentada do campo de investigação da ideologia linguística. Isso permitiu uma caracterização mais sólida desse estudo, pois isso pode revelar as dimensões da ideologia no processo linguístico em investigação e pode dar esclarecimentos de problemáticas como, no entendimento de Woolard, da “ideologia da linguagem de x ou de y”. É evidenciado neste artigo a dificuldade

em generalizar a ideologia na língua, porque se encontram contradições entre linguagem, formas de cultura e ideologia das/dos/des indivíduos/os/es. Ao tornar evidente essas problemáticas, nos é mostrado que ao avançar na caracterização das concepções de linguagem ou ideologia, precisamos abordar a relação dos diferentes tipos de ideologia, do mais aberto ao fechado, dos hábitos e da prática linguística (Woolard, 1992, p. 243).

A ideologia da linguagem pode ser uma área empírica produtiva em busca de compreensões da relação entre ideologia e prática na vida social. Com isso, para a autora, o interesse com as ideologias linguísticas implica tanto os estudos da estrutura linguística como da compreensão de que a ideologia da linguagem é essencial para entender a evolução das estruturas linguísticas, as maneiras pelas quais muitas instituições sociais são mantidas e as formas que as ideologias tomam, vinculando-se às práticas sociais (Woolard, 1992, p. 244).

Nesses pressupostos, a ideologia da linguagem é vista como um elo mediador entre as estruturas sociais e as formas de discurso, sendo significativa tanto para a análise social quanto para a linguística. As ideologias, segundo Woolard e Schieffelin (1994), vislumbram e promovem ligações da linguagem com a identidade de grupo e indivíduo/o/e. Para as pesquisadoras, essas conexões, muitas vezes, sustentam instituições sociais fundamentais e a linguagem se define implicitamente e/ou explicitamente pelos seres humanos, como, por exemplo, no âmbito da desigualdade entre grupos de falantes, das imposições coloniais, das instituições sociais, do Estado-nação, da educação, da lei, e, no caso deste trabalho, às propostas de mudança na língua, a exemplo da linguagem neutra, entre outros que dependem da ideologização do uso da linguagem.

Nesse debate, Woolard e Schieffelin (1994) veem diferenças no uso do termo do campo de pesquisa que empreendem atualmente, apontando diferenças entre as terminologias *ideologia linguística*, *a ideologia de língua* e *as ideologias da linguagem*. As autoras diferenciam a ideologia linguística com o foco mais em estruturas linguísticas formais, da(s) ideologia(s) de/a língua(gem) com o foco nas representações de uma ordem coletiva. Com essas distinções, elas utilizam as terminologias de formas intercambiáveis, caminho que tomaremos neste texto. O consenso entre essas áreas específicas é que a concepção e visões das/dos/des indivíduos/os/es sobre a linguagem, a comunicação e as especificidades culturais e históricas são tópicos recompensadores de investigação, mas o objetivo das autoras é atentar aos estudos da linguagem na dimensão ideológica e aprofundar a compreensão das questões linguísticas, do discurso e da dominação social (Woolard; Schieffelin, 1994, p. 55-57).

Por sua vez, a respeito da linguagem nos estudos das ideologias, Blommaert (2006) compreende que a linguagem nunca deixa de ser um foco de estudo da ideologia, pois a comunicação humana exhibe inscrições meta-níveis significativas, ou seja, é adicionado camadas de significados sociopolíticos aos eventos ideológicos (Blommaert, 2006, p. 510-511).

Essa importante reflexão de Blommaert (2006) de que a linguagem é central para os estudos da ideologia surgiram inspiradas nas obras de Bakhtin e Volóchinov, isto é, de que a linguagem incorpora e articula as experiências da luta social, da transição e do conflito e, conseqüentemente, o signo linguístico é visto como ideológico. Nesse entremeio, para Blommaert, o uso da linguagem exhibe uma variedade de orientações para interesses sociais, derivadas de posições das múltiplas vozes, do diálogo na arena heterodiscursiva.

Também, conforme Silverstein (1979), as visões de mundo são complexos ideológicos linguísticos organizados de forma indexada. Isto é, o plano indexical de significado, que abrange o domínio de uso da linguagem, com seus signos linguísticos e seus efeitos das mais variadas situações discursivas. Esse plano indexical dos signos, Blommaert (2006) chama de camada metapragmática, caracterizada como avaliativa, relacional, socialmente posicionada, investida de interesses e sujeita a contestação e dominação. Com isso em vista, ele aponta a questão da noção uniformizadora e singularizada de linguagem que obscurece as diferenças sociolinguísticas que ocorrem na linguagem e diz que é um equívoco comparar os recursos de linguagem com a de outras/os/es usuárias/o/es, pois a própria noção de “linguagem” e “língua” como unitários e contáveis (português, inglês, espanhol, francês, etc.), já é um poderoso efeito de ideologia linguística, resultado de longos processos históricos e de construção e elaboração de língua (Blommaert, 2006), efeito presente no objeto desta pesquisa.

Para entender esses processos, Blommaert (2006) propõe que devemos partir da ideologia referenciada na linguagem. O exemplo que ele dá é a da crença generalizada da conotação, da linguagem como um sistema transparente, estruturado de forma clara e não contextual que caracteriza grupos de pessoas. Esse comportamento ideológico, ele chama de visão artefactual da linguagem. Isso quer dizer que uma língua é “vista como um objeto que se pode obter, possuir, fabricar e aprimorar” (Blommaert, 2006, p. 512, tradução nossa). A partir disso, a desigualdade linguística começa a fazer corpo a partir da desqualificação da variação linguística de um grupo ou pessoa e não ser aceita como *status* de “plenitude” linguística. O

referido autor se contrapõe a essa ideia ao evidenciar que certas motivações ideológicas podem mudar estruturas linguísticas, impulsionadas por compreensões populares da estrutura e uso da linguagem e vê que a mudança gramatical é parte da indexicalidade, isto é, da mudança funcional-estrutural da língua no seu contexto de uso.

Blommaert (2006), a partir desses estudos, observa que uma das contribuições do estudo das ideologias linguísticas é a percepção de que a linguagem é carregada ideologicamente e proporciona compreensões, suposições, conjecturas, inferências, posições interessadas e valorações sociopolíticas identificadas nos enunciados e discursos produzidos.

Seguindo este caminho no foco das estruturas linguísticas, Kroskrity (2010) conceitua ideologias linguísticas “como crenças, sentimentos e concepções sobre a estrutura e uso da linguagem, que frequentemente refletem os interesses político-econômicos de falantes individuais, grupos étnicos e outros grupos de interesse, e Estados-nação.” (Kroskrity, 2010, p. 92, tradução nossa). Ele explica que essas concepções incorporadas na linguagem ou na prática comunicativa representam tentativas de racionalizar o uso da linguagem, essas racionalizações são multiplamente contextualizadas e construídas a partir da experiência sociocultural da/o falante, ou seja, é a partir da consciência das/os falantes em relação à linguagem, sua estrutura e uso que as ideologias linguísticas são refletidas para moldagem, alteração, regularização e mudanças das estruturas linguísticas; o reconhecimento deste fato é de que quando as/os falantes racionalizam sua língua, eles dão o primeiro passo para mudá-la (Kroskrity, 2010, p. 92-9; Silverstein, 1979, 2000), é o caso dos movimentos feministas que estudam e embatem uma linguagem mais inclusiva e menos machista.

Essas racionalizações são resultados das interações feitas a partir da formação de signos mediados pela ideologia cultural e demonstram o papel da ideologia na influência das mudanças linguísticas, como no caso dos ativismos para mudança dos pronomes de gênero e alternância pronominal. Sobre isso, Kroskrity explica que os significados advindos das formas linguísticas surgem de conexões indexicais, isto é, entre os signos linguísticos e os fatores contextuais de seu uso nas diferenças dialetais e práticas discursivas, assim como as formas linguísticas adquirem seu “significado social” por meio do uso interacional.

Dessa forma, Kroskrity (2004; 2010) entende que a compreensão de ideologias linguísticas abrange as ideias das/os participantes e das/os operadoras/es das ciências que lidam com a língua e compreendem as variedades linguísticas que carregam os modelos socioculturais da linguagem. As/os participantes na prática comunicativa articulam e

incorporam as ideologias linguísticas como formas de racionalização de uso da linguagem, tais “racionalizações são tipicamente múltiplas, contextualizadas e necessariamente construídas a partir da experiência sociocultural do falante” (Kroskrity, (2010, p. 192, tradução nossa).

Esse mesmo conceito é trabalhado por Blommaert (2014) em relação à língua, que, para ele, é vista como modo de produção de significados, de comportamento simbólico (semiose) e performance dentro de um campo regimentado em que as ideologias linguísticas produzem estabilidades. Assim, as ideologias de linguagem para Blommaert são práticas que exorbitam em relações de poder, em comportamentos linguísticos compreendidos como as categorias gramaticais e representações das formas linguísticas. Esta última é uma indexicalização do contexto e da ideologia, em outras palavras, é a significação social e cultural particular. Essa indexicalização da língua foi trabalhada mais tarde por Del Valle e Meirinho-Guede (2017) que entendem como um repertório linguístico de uma/um indivíduo/o/e que se conecta com as identidades e relações sociais em jogo. Ou seja, o valor de um enunciado ou qualquer outro elemento específico da língua que aponte o contexto em que se deu o enunciado, indo muito além do seu significado dicionarizado ou específico, o que também exploramos em relação a formação do signo ideológico em Volóchinov (2018, 2019).

Um outro fator trabalhado por Blommaert é a produção de metadiscursos especializados sobre a língua. Esse fator tem relação com a representação de que a linguística e a gramática têm produzido particularmente sobre língua e isso traz a noção de *ideologia artefactual da língua*: “uma ideologia especialista em que a diversidade desconcertante que caracteriza a língua real em contextos reais (‘fala’) pode ser *reduzida* a apenas um punhado de formas e regras que organizam as combinações de tais formas” (Blommaert, 2014, p. 71, destaques do autor).

Sobre essa concepção, Del Valle e Meirinho-Guede (2017, p. 622, tradução nossa) entendem a ideologia linguística como

uma categoria teórica construída sobre uma definição de linguagem como uma prática social em sua dimensão formal – o que poderíamos chamar de pura materialidade linguística ou gramatical — e o contexto em que ocorre a interação estão inseparavelmente ligados (Não importa se for oralmente ou por escrito).¹⁰

10 una categoría teórica construída sobre una definición del lenguaje como práctica social en la que están unidas de manera inseparable la dimensión formal del mismo —lo que podríamos llamar su pura materialidad lingüística o gramática— y el contexto en que tiene lugar la interacción (no importa si es en forma oral o escrita).

Além da indexicalização ligada a esse conceito, o de ideologia linguística, a indexicalização é estendida como

sistemas de ideias que articulam noções de língua, línguas, fala e/ou comunicação com formações culturais, políticas e/ou sociais específicas. Embora pertençam ao campo das ideias e possam ser concebidos como quadros cognitivos que relacionam coerentemente a linguagem com uma ordem extralinguística, naturalizando-a e normalizando-a, é preciso notar também que são produzidos e reproduzidos no campo material das práticas linguísticas e metalinguísticas. (Del Valle; Meirinho-Guede, 2017, p. 629, tradução nossa)¹¹

As relações de poder, nesse meio, também se ligam ao conceito de ideologia linguísticas que se operam por meio da estratificação, da desigualdade, pela ordenação de variantes e de uma ordem de indexicalização (Blommaert, 2014, Woolard; Schieffelin, 1994, 1998; Kroskrity, 2004; Irvine; Gal, 2000).

Antes disso, ao se depararem sobre questões do conceito de ideologias linguísticas/linguagem, Woolard e Schieffelin (1994) abordam o estado deste termo no campo de pesquisa como “conjuntos de crenças sobre a linguagem articuladas pelos usuários como uma racionalização ou justificação da estrutura e uso percebidos da linguagem”. Para trazer mais ênfase social ao conceito, Woolard e Schieffelin (1994, p. 57) o caracterizam como:

- a) Ideias e objetivos autoevidentes que um grupo mantém em relação aos papéis da linguagem nas experiências sociais dos membros, à medida que contribuem para a expressão do grupo;
- b) Sistema cultural de ideias sobre as relações sociais e linguísticas, junto a suas implicações morais e políticas;
- c) Conjuntos compartilhados de noções comuns sobre a natureza da linguagem no mundo.

Dessa forma, a ideologia linguística é um filtro interpretativo na relação entre língua e sociedade (Woolard; Schieffelin, 1994, p. 62) e as crenças sobre o que é ou não é uma língua e a noção de que existem línguas distintamente identificáveis que podem ser isoladas, nomeadas e contadas. Assim, a ideologia linguística vem contribuir para o entendimento da

¹¹ sistemas de ideas que articulan nociones del lenguaje, las lenguas, el habla y/o la comunicación con formaciones culturales, políticas y/o sociales específicas. Aunque pertenecen al ámbito de las ideas y se pueden concebir como marcos cognitivos que ligan coherentemente el lenguaje con un orden extralingüístico, naturalizándolo y normalizándolo, también hay que señalar que se producen y reproducen en el ámbito material de las prácticas lingüísticas y metalingüísticas.

relação da linguagem neutra com a sociedade, dessa distinção e compreensão da ideologia do que é língua e as estratégias de dominação social na língua.

Para Woolard e Schieffelin (1994), a mistura de línguas e alternância de códigos, por exemplo, são frequentemente avaliados como habilidades linguísticas inferiores, atitudes que mostram as suposições de que a natureza da língua/linguagem é baseada em padrões predominantes que equiparam a mudança linguística como decadente.

No entanto, no caminho inverso dessas crenças, as autoras argumentam que compreender a ideologia linguística é essencial para entender as mudanças das estruturas linguísticas e da sociolinguística. Essas mudanças podem desencadear interpretações ideológicas do uso da linguagem, pois na “medida em que os falantes conceitualizam a linguagem como uma ação social com propósito, devemos examinar suas ideias sobre o significado, função e valor da linguagem para entender a extensão e o grau de sistematicidade nas formas linguísticas que ocorrem empiricamente” (Woolard; Schieffelin, 1994, p. 69, tradução nossa).

Essa compreensão do próprio uso linguístico pode, com grande força, modificar a língua e a estrutura. A modificação da língua pela compreensão da/o falante, segundo Woolard e Schieffelin (1994), condiciona a ideologia, que reforça e expande a estrutura linguística original ou pode distorcer a linguagem para aproximar as noções entre as línguas ou ideologias defendidas.

Para essas situações concretas, Woolard (2021) se utiliza de categorias de análise, estas geradas pela fundamentação teórica da pesquisa situada no campo das ideologias linguísticas. Primeiro, para ela, as ideologias linguísticas são importantes ferramentas teóricas que dependem tanto de processos de sentidos quanto sociais e foram aprimoradas nas últimas décadas para analisar esses processos. Desses estudos, levanta as seguintes ferramentas de análise, das quais escolhemos os que se aproximam desse trabalho, no quadro abaixo:

Quadro 1 – Categorias teóricas das ideologias linguísticas

<i>Enregistro</i>	São conjuntos de características linguísticas tipificados, ou seja, estilos ou registros típicos e/ou padronizados à disposição das/os falantes para determinados repertórios para contextos de fala ou variedade de línguas, cujos modelos são formulados e tornados disponíveis aos falantes. Woolard não considera o enregistro como um comportamento
-------------------	--

	linguístico padronizado, mas uma metapragmática, no qual as/os participantes postulam maneiras de uso para orientar suas posturas em relação ao uso da língua. Woolard explica que isso abre espaço para as/os falantes poderem adotar diferentes posturas em relação aos elementos de um registro que mobilizam para fins variados, por exemplo, quando um homem usa uma forma de linguagem associada às mulheres para expressar afeto. As/os falantes podem abraçar ou se distanciar de um registro.
<i>Inversão indexal</i>	Como o próprio nome já diz, há uma inversão do índice com o seu objeto que lhe dá significado, tornando invisíveis processos de mudanças sociais na língua, como no exemplo trazido por Woolard do Japão do século XIX. Nesse período houve a reconstrução da elite política e social que desenvolveu uma imagem da “linguagem feminina” como vulgar com base no suposto uso de formas linguísticas vulgares por estudantes do sexo feminino. O que não havia evidências de qualquer vulgaridade socialmente reconhecida dessas formas antes de sua associação com a fala das estudantes, que foi promovida por elites culturais masculinas. O que houve, foi uma inversão de valores, relacionando a vulgaridade da associação de jovens do sexo feminino. Outro exemplo, é a inversão do valor do uso da linguagem neutra como uma “aberração linguística” que não pode ser considerada como uso de forma linguística legítima de identidade de gênero.
<i>Cronotopo bakhtiniano</i>	Conceito de espaço-tempo derivado das teorias bakhtinianas. As formas de fala não estão apenas registradas para tipos de falantes e espaços sociais; esses espaços e falantes estão situados em diferentes quadros temporais. Os domínios de línguas ou registros são espaços-tempo, o cronotopo que enquadra o uso da linguagem é crucial porque ele restringe o tipo de participante que pode ser expresso e o grau e tipo de agência concedida a um ator social.
<i>Autoridade linguística</i>	Aqui diz respeito a diferenciação linguística e social.

	A autoridade linguística abrange as variedades e formas linguísticas específicas construídas para autoridades políticas e sociais, isto é, a grupos dominantes, a grupos dominados e indivíduos/os a todo tipo de relações, como as relações de poder do masculino sobre o feminino, do adulto para a criança, da colonização linguística, do uso da força político-jurídico e religiosa do uso de determinadas forma linguísticas.
--	---

Fonte: Woolard (2021, p. 7-12)

De igual modo, Kroskrity (2004, p. 195-201) vê as ideologias linguísticas como ponto central de análise das linguagens e “como um conceito conjunto, composto por várias dimensões convergentes”. Com isso, ele formulou cinco níveis analiticamente distinguíveis para identificar e exemplificar as ideologias linguísticas “tanto como crenças sobre a linguagem quanto como um conceito projetado para auxiliar no estudo dessas crenças.”. Dessa forma, as cinco categorias de ideologias linguísticas, pensadas por Kroskrity (2004) são:

Quadro 2 – Cinco níveis de organização das ideologias linguísticas

<i>Percepções da linguagem e do discurso</i>	Ideologias construídas em interesse de um grupo social e cultural específicos. As noções de alguns membros sobre o que é “verdadeiro”, “moralmente bom” ou “esteticamente agradável” em relação à linguagem e ao discurso têm suas bases na experiência social e muitas vezes estão claramente ligadas a interesses político-econômicos. Essas noções frequentemente fundamentam tentativas de utilizar a linguagem como o local para promover, proteger e legitimar tais interesses. Projetos nacionalistas de padronização da linguagem são exemplos de imposição de um padrão hegemônico apoiado pelo Estado para beneficiar alguns grupos sociais em detrimento de outros.
<i>Variações e multiplicação de significados e da pluralidade de divisões sociais</i>	Grupos socioculturais (classe, gênero, clã, elites, gerações, e assim por diante) que têm o potencial de produzir perspectivas divergentes expressas como

	índices de pertencimento a um grupo. As ideologias linguísticas estão enraizadas na experiência social, que nunca é distribuída uniformemente em qualquer escala política, o que podemos incluir o heterodiscurso bakhtiniano.
<i>Os graus de consciência</i> que os participantes têm sobre as ideologias linguísticas que adotam	Ideologias de prática que devem ser interpretadas a partir do uso real da língua, isto é, diferentes graus de consciência (no sentido de percepção e/ou incorporação de uma forma linguística) em relação às próprias atividades.
<i>Mediações</i> entre estruturas sociais e formas de fala	As ideologias linguísticas das/os usuárias/os de uma língua fazem a ponte entre sua experiência sociocultural e seus recursos linguísticos e discursivos, ao constituir essas formas linguísticas e discursivas como indexicalmente relacionadas às características de sua experiência sociocultural.
<i>Representação e produção</i> de variadas identidades sociais, culturais e nacionais	As ideologias linguísticas são usadas de forma produtiva na criação e representação de várias identidades sociais e culturais (por exemplo, nacionalidade, etnia). A linguagem, especialmente a linguagem compartilhada, tem servido há muito tempo como a chave para naturalizar os limites dos grupos sociais. Exemplos: tradições nacionais, reportagens e ficção popular, narrativas produzidas pelo Estado para situar cidadãos no fluxo do tempo nacional.

Fonte: Kroskrity (2004, p. 195-201)

Até aqui foram discutidos os fundamentos bakhtinianos para a análise da linguagem, assim como a interação discursiva e a formação do signo ideológico em Volóchinov e o conceito de ideologia em relação aos estudos da linguagem. Este, pelos levantamentos teóricos apresentados, entendemos como um processo que envolve lutas entre diferentes conceitualizações de línguas que, por um lado, exige o reconhecimento de variações e contradições do uso da linguagem. Dessa maneira, são coexistências de concepções explícitas e implícitas sobre a língua que regulamentam o uso e a interpretação da linguagem, ou seja, uma metapragmática, quando a ideologia se sobressai devido essas múltiplas facetas de uso e produção de discurso e suas relações materiais.

A partir do exposto, podemos observar que as ideologias linguísticas passam a ser, em relação aos pressupostos volochinovianos, todo um conjunto de reflexos e refrações da atividade social expressa e fixada no signo ideológico; ação que busca compreender a relação entre ideologia e prática social. Tendo em vista o signo, as ideologias linguísticas implicam os estudos das estruturas linguísticas com a ideologia, a fim de entender as mudanças estruturais da língua e as maneiras pelas quais as instituições têm um papel crucial para a formação das ideologias linguística que se vinculam às práticas sociais.

De igual forma, entendemos que as ideologias linguísticas são elos mediadores entre estruturas sociais e as formas dos discursos, estas significativas para a análise linguística, discursiva e dos processos históricos de elaboração de língua, sendo filtros interpretativos na relação entre língua e sociedade e suas crenças sobre língua.

Assim, é um conceito complexo, que no seu bojo identifica-se os modos de produção de significados, comportamentos simbólicos e performances que exorbitam em relações de poder, cujos comportamentos linguísticos são compreendidos como categorias gramaticais e representações das formas linguísticas. Esses embates de ideias e crenças podem, com grande força, modificar as estruturas da língua.

Portanto, discorreremos, nesta subseção, o desenvolvimento, o conceito, a caracterização e a abordagem do campo das ideologias linguísticas. Na sequência, apresentamos o estado da arte sobre a linguagem neutra e, a seguir, a descrição dos aspectos metodológicos, bem como os parâmetros de análise que nortearam o presente estudo.

3 O ESTADO DA ARTE SOBRE LINGUAGEM NEUTRA

Esta seção apresenta, até o momento, a produção da pesquisa sobre a linguagem neutra. São levantados os conceitos, os debates, as opiniões sobre o tema e traz, de igual forma, algumas discussões sobre a linguagem não binária no contexto da linguística.

3.1 Conceito e movimento social da linguagem neutra

Noronha (2023, p. 578-579), ao tratar sobre a linguagem neutra e os projetos de lei no Brasil e na Argentina, aborda a língua como um dos processos discursivos em funcionamento, não a vê somente nas normativas do certo e errado. Nessa perspectiva, a nova linguagem, independente de legislações, já funciona na língua, pois mesmo em lugares de interdições, ela é compreendida e enunciada; além de que o próprio fato de a proibir é reconhecer os sujeitos, suas identidades e o uso da linguagem fora do par masculino/feminino. A autora salienta, ainda, que a suposição da defesa de uma língua que seja intocável paira na preservação de uma norma culta alheia ao funcionamento social da língua.

Com isso, ela trabalha com a tese de que a marcação do feminino evidencia que o masculino não se realiza plenamente, pois, em alguns casos, é preciso marcar o feminino para mostrar que as mulheres também seriam interlocutoras no discurso. No caso do contexto de trabalho, é notado a necessidade de melhorar a participação das mulheres nos negócios, devido as mulheres não estarem inseridas automática ou naturalmente no mercado de trabalho, por isso a necessidade e a importância da presença feminina nesse espaço, principalmente em relação à representação linguística feminina; assim, na sua concepção, poderia

a partir da marcação do feminino em recrutamentos de empresas, contestar que o masculino estaria funcionando, de fato, como uma não marcação em termos de gênero. Daí pensarmos, também, na demanda por se marcar um gênero concebido fora do binarismo, que tem sido chamado de gênero neutro/inclusivo e tem sido notado com as desinências “e”, “x”, “@”, com efeito de evidenciar a presença de pessoas fora das marcações binárias de gênero, assim como funcionar como genérico no lugar do masculino que, a partir desta posição, marcaria, a despeito do previsto nas gramáticas normativas, a desinência do masculino, correspondendo, portanto, a uma forma marcada em termos de gênero. (Noronha, 2023, p. 582 – 583).

Ao ter em mente a necessidade dessa marcação de gênero na língua, a partir do exemplo dado acima, o fato de aparecer outras necessidades de marcação, Noronha argumenta

que é compreensível, interpretável e possível na língua essas marcações e é mais uma evidência que faz parte do funcionamento da língua e qualquer mudança não é estranho a ela. Desse modo, as interdições de enunciar qualquer modo de funcionamento não diz respeito à língua em si, mas a uma questão de cunho político e ideológico, de funcionamentos sociais que recaem mais na “discussão sobre identidades de gênero, do que a funcionamentos linguísticos” (Noronha, 2023, p. 584). É diante disso que é conceituado a linguagem neutra/inclusiva de “marcação de uma terceira desinência de gênero que poderia funcionar tanto como genérica [...] como para marcar a possibilidade de um gênero tomado fora do binarismo. Essa marcação costuma, também, ser referida como linguagem não-binária, neolinguagem” (p. 584).

De tal fato, nessa referência, o gênero não é algo natural, mas uma performance de atos repetidos que se encontram numa estrutura reguladora altamente rígida. A linguagem neutra, nesse entremeio, incorporaria na língua uma concepção de fabricação do gênero como uma construção social e “não só poderia ser absorvida no funcionamento da língua através da possibilidade de uma desinência em que se marcasse gênero para além do binarismo, como, de fato, isso já ocorre” (Noronha, 2023, p. 586).

No tocante aos projetos de leis que circulam no Brasil e na Argentina, a autora observa que as leis que “vedam expressamente” o uso da linguagem neutra são apenas forças que coíbem um “funcionamento já em vigor na sociedade”. Essas vedações produzem efeitos de segregação; para atingir esses efeitos, os PLs analisados pela autora usam de conceitos de língua e mudanças na língua a partir de confusões de pressupostos errôneos para construir uma inadequação de uma desinência de gêneros não-binários. Tudo isso para interditar a linguagem não binária. Outro argumento trazido pelos PLs é a suposta defesa da educação a fim de invalidar o uso da linguagem neutra. Esse processo de disputa e de regulação da língua, conclui Noronha (2023), é uma evidência de reconhecimento da existência de uma terceira marcação de gênero e, ao mesmo tempo, um processo político que lida com práticas de linguagem em relações sociais conflituosas.

Já em uma perspectiva histórica, Carboni (2003) já evidenciava que a linguagem única é um projeto social excludente. Sobre o gênero feminino, ela vê que, na maioria das línguas, ele é desaparecido/esmaecido por detrás do masculino. Essa ocultação, para Carboni, é uma expressão ideológica de ocultação da mulher por parte do patriarcado. Essa ocultação é naturalizada pelo uso do conceito linguístico “aparentemente abrangente, sintético e neutro do

gênero masculino, impõe sua essência social, reforçando as relações de dominação patriarcal do mundo real”. Diz, ainda, que “o próprio modo como os gramáticos e lexicógrafos explicam o funcionamento das línguas constitui processo ideológico que reflete a ideologia dominante sexista” (Carboni, 2003, p. 4).

Sobre isso, ela dá um exemplo interessante do mito bíblico que diz que a "mulher se fez dos ossos e da carne do homem" como metáfora gramatical do masculino como radical que se flexiona para gerar o feminino, negando a este a integração identitária na língua. Apesar de perceber nos seus estudos que a discriminação sexual estar em processo de regressão nas sociedades mais desenvolvidas, ver, ainda, na língua, as marcas linguísticas de opressão e de expressão da consciência. Diante disso, entende que a língua é um instrumento retórico, dialógico e que os signos linguísticos são forjados em contextos de comunicação e passam a possuir significados que “refletem recortes da realidade. Portanto, encontram-se marcados, histórica, social e ideologicamente, como já assinalado [...] As práticas escravizadoras e colonialistas europeias ensejaram visões classistas preconceituosas das sociedades americanas” (Carboni, 2003, p. 5).

Essa contestação de uma marcação do gênero feminino vai ao encontro da proposta e reivindicação de uma terceira desinência que contemple outras identidades. Sobre este assunto, Covas e Bergamini (2021) veem a linguagem neutra como um termo que promove uma linguagem que não marca gênero algum, isto é, “uma linguagem que abarca pessoas cujas identidades de gênero não são designadas pelos compostos binários homem ou mulher, partindo-se do pressuposto que a diversidade de identidade compõe múltiplas performatividades de gênero” (Covas; Bergamini, 2021, p. 54900).

Para a autora e para o autor, a linguagem neutra tem sua origem na reivindicação de minorias e o desenvolvimento dessa linguagem não se apoia em uma bandeira individualista, pois se apoia em uma realidade de diversidade. Assim, ela e ele veem os dois lados dessa diversidade: o direito de tornar-se visível e receber um tratamento igualitário e o dever de provocar a visibilidade a fim de conceber tratamento igualitário.

Covas e Bergamini (2021) reconhecem a linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+ e do ponto de vista linguístico é viável a criação de um pronome neutro, assim como ocorre em outros idiomas como o alemão e o inglês. Ao estudarem a interdição desse tipo de linguagem em PLs, veem que isso não é uma

medida prudente e que não há nenhum argumento válido para essa proibição e não seria possível proibi-la, pois é totalmente possível seu uso.

Já para Sá (2022), essa variante é uma supressão de uma necessidade de expressão na língua pelas minorias que não se veem representadas no próprio idioma e por isso pensaram em “estratégias, sistemas e outras possibilidades, como os pronomes e gênero neutro” (Sá, 2022, p. 2). Desse modo, a linguagem neutra é vista como uma variação da língua usada por determinado grupo em certos contextos sociais que têm uma relação quase sempre de proibição e censura, como percebido pelo levantamento realizado pela pesquisadora, de 34 projetos de lei criados no Brasil nos anos de 2020 e 2021 (SÁ, 2022, p. 3-8), assim como necessidades e demandas advindas de movimentos feministas e de pessoas trans e não-binárias.¹²

Sá prossegue dizendo que a linguagem neutra surge como proposta de descentralizar o masculino genérico em busca de um equilíbrio de gênero na língua e a neutralização. Nesse caso, “busca criar e possibilitar novas flexões de gênero não masculinas e não femininas e dar-lhes uma posição de maior preferência em relação às formas de gênero já estabelecidas” (Sá, 2022, p. 21). Assim, com base em outros autores, ela evidencia que os preconceitos linguísticos são herdados e eliminá-los envolve mais do que expor esses preconceitos e sugerir alternativas para fazê-los desaparecer e as alternativas de mudanças linguísticas são as mais difíceis de aceitação, pois, para alguns, mudanças em uma língua são ameaçadoras aos costumes sociais, que são cristalizadas desde as regras gramaticais e os “bons usos” escolares. É importante notar, diante desses argumentos, que nos estudos de Sá (2022), os PLs são caracterizados como produtos de um fazer-persuasivo que busca estabelecer um contrato entre “cidadãos” e os diferentes níveis de governo e de uma parcela da sociedade (p. 22-56).

Paiva (2023), por sua vez, afirma que a linguagem neutra é um tipo de linguagem usada para não demarcar um gênero e que é possível nas modalidades escritas e faladas, pois, nessas modalidades, a linguagem neutra possui elementos apropriados que não indicam o gênero masculino ou feminino, mas se referem à pluralidade de gêneros¹³. Para tanto,

12 Vale notar que Cunha (2021) também fez esse mesmo levantamento pela agência de jornalismo independente *Diadorim* do uso do gênero neutro na língua portuguesa (34 projetos de lei espalhados por 19 estados brasileiros), concluindo, de igual forma, que os PLs visam impedir a variação gramatical para além do gênero masculino e feminino. Brevilheri et al (2022, p. 1) também fizeram uma pesquisa documental eletrônica “que gerou o mapeamento de 26 (vinte seis) Projetos de Lei, entre 2020 e 2021, vinculados a uma agenda conservadora anti-gênero nacional de ‘proibição da linguagem neutra’, traçando paralelos entre tais construções discursivas e os argumentos utilizados em torno de uma suposta ‘Ideologia de Gênero’”.

13 Para Lau (2017), a finalidade primordial da linguagem neutra é mostrar a desconstrução de gênero, o rompimento do binarismo nas formas escrita e falada.

Tais necessidades emerge de um forte contexto de reivindicações de comunidades implicadas e que exigem agora maior atenção social, desde quando as mulheres e outros gêneros, como os não-binários (que não se identificam com nenhum dos dois gêneros convencionados) passaram então a reclamar pelo reconhecimento de suas próprias referências. Passaram a exigir o uso de novas formas de referências, e que não se sentissem sensíveis na língua e que fossem contempladas para além de referência normativa linguística, geralmente feita aos homens. (Paiva, 2023, p. 49)

Desse modo, a autora toca num ponto crucial em relação aos elementos linguísticos da língua portuguesa na atualidade; assim, argumenta que esses elementos discutidos são estratégias discursivas justificadas pelos “interesses de melhores formas de comunicação entre as pessoas, com as pessoas (a respeito) da realidade delas, no contexto da língua portuguesa” (Paiva, 2023, p. 51). Com isso, volta seu olhar para as normativas ensinadas nas escolas e vê que as gramáticas até admitem que o gênero masculino abrange o feminino (no plural ou sentido coletivo) “como uma forma que toma a parte pelo todo e uma predomina sobre o outro”. Esse argumento, para ela, tem gerado inúmeras reflexões, análises e debates por especialistas e enxerga que

Entre os que estão a favor da adoção de novos elementos linguísticos numa linguagem neutra, o argumento se concentra na necessidade real e urgente de adotar uma linguagem verdadeiramente inclusiva, que contribua para valorizar e respeitar a diversidade de gênero, não privilegiando um determinado grupo em detrimento de outros (lutar contra situações de sexismo), e sim, gerando permanente reflexão sobre a diversidade de gêneros, já reconhecidos pela ciência. (Paiva, 2023, p. 52)

Paiva observou que o argumento da citação acima tem sido combatido por grupos de pais, educadores e grupos políticos “que não reconhecem na ciência fundamentos para explicar os conceitos em torno da identidade de gênero, ou ainda, como não sendo este um tema pertinente ou suficiente para mudanças na língua” (p. 53). Eles apoiam a ideia de que o gênero masculino já é neutro e que “que num sistema natural de definição de gênero já atende a necessidade de ser genérico e neutro” (p. 53). Com isso, Paiva também observa que os defensores do gênero masculino argumentam que a ideia de um gênero inclusivo é uma “agenda de gênero” que gera pressão psicológica entre crianças e jovens. Essas ideias contrariam a defesa dos valores da família, da moral e da religião. Assim, “Há outros contra-argumentos a essas novas práticas, como por exemplo, a afirmação de que sendo uma língua neolatina como o espanhol, o português tem um natural sistema de gênero na sua origem

normativa, sem fazer relação com qualquer intenção de desvalorização do gênero feminino ou de outros grupos identitários de gênero” (Paiva, 2023, p. 53-54).

Ao observar esses fenômenos, Biondo (2019, p. 95) já via que as hegemonias de gênero/sexualidade e as hegemonias linguísticas aparecem interligadas, pois propõem uma série de descrenças de argumentos contra o uso da identidade de gênero e credibilização de argumentos a favor das hegemonias de gênero.

Além dos dados apontados acima, Schawartzmann (2022, p. 259) traz outros argumentos que vão de encontro à ideia de gênero na língua. No Brasil, por exemplo, produziu-se um senso comum de que a língua portuguesa é difícil, que a brasileira e o brasileiro não sabem falar e escrever corretamente, fazendo com que a língua, dessa forma, fosse sólida e que já estaria repertoriada por gramática e dicionários. Assim, observa que

o gênero gramatical não torna automaticamente uma língua mais ou menos sexista ou inclusiva. As escolhas do falante, que apresentam os reflexos da sua cultura e da sua identidade, vão tecendo uma rede figurativa, um encadeamento isotópico de figuras que vai se correlacionar a determinado(s) tema(s). (Schawartzmann, 2022, p. 265)

Em relação ao discurso, Schawartzmann (2022) reconhece, em suas palavras, novas figuratividades que dão contas de várias figuras como “sujeitas femininas, agênero, transgênero, intersexo, não binárias, independentemente dos recursos de linguagem manuseados, em uma espécie de artesanato idiossincrático que, se não rompe com uma lógica ‘industrial’ da repetição da língua, vai ao menos na sua contramão” (Schawartzmann, 2022, p. 267). Inclusive, a língua é um instrumento social de comunicação em que as pessoas se servem para dizer o que existe e o que não existe, de criar palavras, novos mundos, novas artes, novas literaturas, leis, etc. Para ele, “não se trata apenas, portanto, de uma questão de gênero. No entanto, diante de uma plateia em que haja as mais diversas pessoas, uma ‘boa tarde a todas, todos e todes’ é bastante inclusivo” (p. 272) e a marcação de gênero é uma saída legítima para incluir pessoas que não são estabelecidas na língua. Com isso ele pergunta e responde: “É preciso alterar todas as palavras de um texto ou discurso? Muito provavelmente, não, porque o que se busca mostrar com as escolhas linguísticas é o respeito à diversidade e o acolhimento” (p. 272).

Do outro lado da pesquisa científica, no contexto das redes sociais, Signorini e Lucena (2023) se debruçam sobre a discussão no Twitter. Nesta rede social, a discussão implica a questão do uso da linguagem inclusiva na comunicação social. Para essas autoras, o debate

consiste em “uma demanda de natureza linguística e metapragmática de caráter geral, ou generalizante, sobre como são/devem ser os usos das formas linguísticas na interação social, oral ou escrita” (Signorini; Lucena, 2023, p. 3). Essas lutas metadiscursivas e metapragmáticas constituem

disputa de natureza política e ideológicas sobre usos e regulamentação dos usos linguísticos por grupos e indivíduos diferentemente posicionados em estruturas e redes de poder e autoridade, chamados a exercer suas capacidades metalinguísticas e metacomunicativas no exame da questão. O julgamento, nessa disputa, não ocorre com base em critérios linguístico-discursivos estritos e sim com base nas “posições e identidades dos falantes e de sua língua numa dada ordem sociocultural e política”. (Signorini; Lucena, 2023, p.10)

As autoras explicam que há uma luta algorítmica nas redes sociais, cujo ativismo está na estratégia bolsonarista de redes sociais de proibição e embate de mudança linguística, cuja linguagem neutra, segundo as autoras, assumiu a função de “indexador da chamada ‘ideologia de gênero’ e suas relações com uma esquerda dita corrupta e ‘relativista’, com o comunismo e o feminismo ditos ateus, globalistas e autoritários” (p. 10). Ao analisarem *tweets* contrários a nova linguagem, as autoras observam que os ativistas bolsonaristas se valem de conceitos reducionistas de língua, mas numa redução de apreensão e compreensão que a linguagem neutra compõe uma prática performática de minorias e reduz, ao mesmo tempo, a língua portuguesa como língua nacional, isto é, única e oficial. As concepções observadas deflagram uma disputa entre “majoritário institucional, oficial e, portanto, legítimo, e uma ameaça minoritária perturbadora da ordem institucional, portanto ilegítima” (Signorini; Lucena, 2023, p. 13).

Nessa análise, as autoras evidenciam o enquadramento da língua portuguesa, contra a linguagem neutra, ao papel do grafocentrismo como ideologia que privilegia as formas alfabéticas de letramento, tornando-se, assim, uma lógica da colonialidade que universaliza concepções ocidentais de letramentos. Ao mesmo tempo, o grafocentrismo, na lógica do bolsonarismo algorítmico, trazidos pelas autoras, é o fato de normatizar e padronizar os usos linguísticos dos falantes nas cenas públicas e em testes institucionais (Signorini; Lucena, 2023, p. 13-15).

A ideia, assim, “de que a linguagem neutra escapa ao âmbito da língua nacional se radicaliza com a associação a uma língua inventada por um poder centralizador e autoritário”. Em outras palavras, essa “radicalização está no argumento de que essa ‘novilíngua’

concorreria com a língua nacional e com a ‘norma padrão’ ou ‘cultura’, isto é, com a língua oficial do país e com a língua de prestígio no ensino, no intuito de substituí-la” (p. 17). Ao se depararem sobre a função do enquadre grafocêntrico dado à linguagem neutra, a língua passa pelo mesmo processo de redução. Assim, a análise evidencia as seguintes categorias de redução que elas sofrem ao tratamento dado pelos ativismos bolsonaristas: a) Redução da noção de linguagem; b) Redução das funções atribuídas à língua; c) Redução do conhecimento especializado sobre língua/linguagem, e d) Redução das metapragmáticas da língua em uso.

Assim, Signorini e Lucena (2023) consideram que a linguagem neutra está mais sujeita ao “preconceito linguístico” que as demais modalidades de menor prestígio. A linguagem neutra, assim, encena

uma disputa que, na maior parte das vezes, mantém fora de foco sua razão de ser, que é a demanda de visibilidade e voz por parte de uma comunidade minoritária que tensiona a língua portuguesa em sua capacidade tanto de representá-la (políticas identitárias de gênero), quanto de criar realidades que favoreçam sua emancipação sociopolítica e econômica (políticas de inclusão). (Signorini; Lucena, 2023, p. 25)

Portanto, transitando no estado da arte desta pesquisa, encontramos nas discussões de Seidel (2021) a linguagem neutra sob a perspectiva dialógica do discurso. Ela também concorda que essa “nova forma de linguagem tem por objetivo instaurar um processo de não exclusão via estruturas linguísticas que podem atuar como marcadores de gênero”, que visa incluir pessoas de diferentes gêneros na língua (p. 2). Assim, situa-se suas discussões nas ideias de posições sociais situadas sócio-historicamente a partir de uma valoração de mundo em contextos amplos e imediatos, enxergando, entre outras, a língua pelas diferentes classes sociais com suas distintas orientações dialógicas que os posicionam ao enunciar em função de uma organização sociopolítica da sociedade.

As discussões sobre a linguagem não binária, para Seidel, com base na leitura bakhtiniana, estão numa tensão entre as duas forças: centrípetas e centrífugas. Para ela, a definição de linguagem neutra está na relação entre língua e sociedade, entre o controle da língua, do exercício de poder que determina o que é válido e/ou aceito em termos de identidade de gênero. A autora entendeu que estabilizar certos sentidos, não apenas nega possibilidades de usar dada forma linguística, mas, pela negação do outro, se reconhece a existência desse outro (Seidel, 2021, p. 6). Dessa forma, entende, igualmente, que

a linguagem neutra carrega consigo a potencialidade de promover uma ruptura no binarismo de gênero que estrutura a sociedade brasileira, de forma que, ao mesmo tempo que expressa uma identidade de gênero fluida, abre espaço para que essa identidade exista no mundo. Assim, essa forma de linguagem instaura uma fissura nas “[...] limitações impostas por categorias sexuais estanques e hegemônicas, i.e. homem e mulher, que castram as potencialidades identitárias de alguns indivíduos que essas categorias não contemplam” [...], definindo quem escapa dessa dicotomia como desviante. (Seidel, 2021, p. 8)

Ainda para a autora, a neutralização da classificação binária de gênero na língua instaura a possibilidade de alterar estereótipos instituídos na sociedade como o masculino consagrado como padrão identitário e qualquer desvio desse padrão é tido como uma patologia. Nesse pensamento, a linguagem neutra torna-se signo que integra uma linguagem inclusiva que situa os sujeitos no mundo a partir de uma dada ótica, pois “o reconhecimento de uma identidade de gênero que não é inata, fixa e dicotômica e que não, necessariamente, corresponde ao sexo biológico passa também pelo reconhecimento das formas linguísticas não pautadas na binariedade” (Seidel, 2021, p. 9). Assim, a linguagem inclusiva reconhece a existência das diversas construções da identidade de gênero.

Dessa forma, explica que nas línguas que codificam gênero, como no português, não é incomum as/os suas/seus falantes estabelecerem alguma correspondência entre marcação linguística de gênero com sexo biológico. Assim, gênero gramatical e gênero social são categorias distintas que não encontram apoio no uso da língua, pois ainda que a convenção gramatical aceita de que não haja uma relação direta entre gênero da palavra e gênero biológico, na prática de uso da língua, a relação é realizada corriqueiramente, pois

Tendo em vista os inúmeros movimentos sociais voltados para repensar a construção da categoria de gênero como algo binário, que não mais entendem o masculino genérico como um simples fenômeno linguístico, mas como um produto de convenções sociais e políticas de sociedades patriarcais [...], alguns termos parecem não atender mais à realidade da comunidade linguística que os utiliza e que percebe a identidade de gênero como uma construção, que não é inerente, fixa ou dicotômica. Nesse cenário, são propostas e empregadas novas formas linguísticas, que derivam do objetivo de libertar os falantes da normatividade imposta pelo gênero na língua e, consequentemente, na sociedade. (Seidel, 2021, p. 11)

Seidel considera que a proposta da linguagem neutra é uma reacentuação de signo que marca alteração na forma linguística e nas formas tradicionalmente empregadas, como os marcadores de gêneros que não dão mais conta da realidade. Para Seidel, “trata-se de buscar expressar a realidade vivenciada por grupos que não partem de uma perspectiva binária de gênero” (Seidel, 2021, p. 9).

Rodriguez et al. (2020, p. 137), sobre o mesmo assunto, também compreenderam que a utilização da linguagem neutra no jornal Argentino Página/12 fez parte de uma desconstrução de gênero e que há mais possibilidades além dos rótulos mulher e homem e perceberam, ao mesmo tempo, que as pessoas não-binárias sofrem de uma opressão linguística pelo fato de não se sentirem representadas na língua e, por isso, promovem a linguagem neutra.

Sobre essa opressão, Brevilheri et al. (2022, p. 2) comentam que as novas linguagens têm potencial de inclusão enquanto “prática de valorização das diversidades de identidades e expressões de gênero”. Para isso, há uma apropriação dos conhecimentos científicos por parte da comunidade trans, travesti, do ativismo e das ações afirmativas, pois os próprios sujeitos pensam sua realidade e as transformam e se entendem como agentes ativos nessas transformações e confrontam a realidade social a fim de superar a descriminalização e a marginalização.

Essas e esses autores nos dizem que atualmente há uma maior visibilidade das narrativas de identidades que não enquadram na dicotomia homem-mulher. Com o surgimento da política “não-binária”, que, segundo Brevilheri et al. (2022), representa uma proposta abrangente de todas as identificações e as multiplicidades de gênero.

A pesquisa documental dessas e desses autores trouxe evidências de que os projetos de leis se caracterizam como retóricas conservadoras e reacionárias na esfera política institucional brasileira e com retóricas antigênero associadas ao dispositivo da “ideologia de gênero” (p. 3).

Além desses tópicos levantados, é importante trazer os argumentos de Menezes (2021, p. 2) sobre o pânico moral que se instaurou com o surgimento da linguagem neutra; assim diz que os corpos e seus atos de fala passaram de potências críticas e de debates para práticas e lutas que evidenciam preconceitos “produzidos pelas narrativas publicizadas na rede e a sua relação com a moral”. Para Menezes,

A Língua Portuguesa, sempre ergueu definições, representações binárias e dicotômicas para mencionar algo/alguém, através dos artigos, preposições e pronomes classificatórios, além de delimitar o gênero gramatical masculino como representante geral e como um signo de uma cultura de subjugação ao predomínio masculino. Essa divisão e hierarquia passa a ser contestada por alguns sujeitos que não se sentem incluídos/as/os e buscam assim, o direito a representação linguística da identidade como meio de visibilidade social e linguística. (Menezes, 2021, p. 2)

Nesse processo, os sujeitos são efeitos de linguagem que tomam posições ou, como diz, formas-sujeitos que são movidos pelos problemas dos processos de linguagem e, ao mesmo tempo, move esses problemas, ou seja, “os problemas são os modos como a linguagem neutra interroga a linguagem” e esta linguagem inaugura novos problemas que surgem das delimitações da língua e “entra como um novo espaço para o pensamento num contexto de profunda crise ética, política, econômica e de desmonte da educação” (Menezes, 2021, p. 7).

3.2 Posições nas mídias digitais sobre a linguagem neutra

Antes de chegar às últimas referências desta subseção sobre a questão linguística da linguagem neutra, alguns especialistas tomaram posições na mídia digital sobre a nova linguagem. Em 2015, por exemplo, Gisela Collichon e Luiz Carlos Schwindt publicaram no blog do jornal Zero Hora um texto sobre o assunto. No artigo *Por que a distinção entre gênero social e gramatical na língua portuguesa é necessária ao idioma* já começam dizendo que a distinção entre gênero social e gênero gramatical são questões caras para a ciência linguística, assim como a função da escrita enquanto sistema representacional e a dinamicidade em se tratando de línguas naturais.

Assim como tantos outros especialistas, tomam a língua portuguesa e as línguas indoeuropeias como bases para explicar a categoria gênero, pois essas línguas, segundo eles, têm relação a uma categoria semântica “sexo” menos generalizada. Assim, explicam que gênero “é uma categoria linguística inerente aos substantivos, ou seja, todos os substantivos do português têm gênero”. Para isso, mostram que 13% dos substantivos do português, em relação ao gênero, estão relacionados ao “sexo”, sendo que nos demais substantivos, é “meramente uma categoria formal, classificatória, que determina, entre outras coisas, a concordância”. Explicam que os substantivos que têm relação com o sexo biológico possuem associações arbitrárias como “mulher” que é feminino, mas “mulherão” que é masculino.

A partir disso, nos trazem alguns dados e opiniões um tanto interessantes e questionáveis. Continuam dizendo que a intuição das pessoas sobre as vogais “a” e “o”, gênero feminino e masculino, respectivamente, não são fortuitas. Defendem tal posicionamento, trazendo dados de pesquisa (instituto de letras da UFRGS) que apontam que estas últimas correspondências (as intuições) existem de modo bastante regular e que “6,5% dos substantivos aproximadamente ela está relacionada com sexo – ou seja, pares do tipo

menino/menina são minoria em português, apesar de substantivos como bolo, que termina em “o” e é masculino e casa, que termina em “a” e é feminino, serem bastante comuns”. Dessa maneira, opinam em dizer que não lhes parecem

possível, porém, atribuir-se comprometimento ideológico ao gênero dessas palavras. Ainda nesta pesquisa, em relação aos substantivos terminados em “e”, observou-se perfeito equilíbrio entre palavras femininas (a ponte) e masculinas (o pote), não cabendo, portanto, qualquer associação entre essa vogal e um suposto gênero neutro na língua. (Collichon; Schwindt, 2015)

Essas opiniões, menos do que fatos, por ignorar a prática social, mostram que o sistema linguístico ainda se consagra como uma abstração, porém, deixando mais dúvidas do que certezas. Logo essas opiniões vão de encontro aos postulados do Círculo de Bakhtin e dos Estudos das ideologias linguísticas, porque olham a língua e os sujeitos no contexto sócio-histórico-cultural, quando se criam significados para os signos ideológicos. Acrescenta-se, igualmente, que o fato da maioria, numa língua, usar determinados termos, não quer dizer, por si só, que a língua não seja sexista. Não é questionado e nem mencionado, por assim dizer, o que faz que a maioria tenha determinado repertório e nem a relação sócio-histórica desse repertório linguístico.

Para ficar mais fortes seus argumentos, a autora e o autor trazem a noção da marcação linguística e afirmam que ter o entendimento dessa noção é crucial para qualquer sistema linguístico. Explicam que “Num sistema de dois gêneros, como o do português, em geral, um dos gêneros é não marcado. Isto significa que é usado como forma coringa”. Em outras palavras, o masculino usado como termo genérico que engloba dois gêneros como “todos” inclui homens e mulheres e “todas” só inclui mulheres. Explicam, ainda, que em

Em muitas línguas, o gênero não marcado é o masculino, e isso não significa uma relação de poder do homem sobre a mulher. Recentemente, temos observado muitas mulheres usando “obrigado” em vez de “obrigada”. A forma é originalmente um adjetivo, por isso, fazia a concordância com o sexo de quem fala. Aos poucos, parece que está se convertendo numa interjeição, contribuindo para a tese de que as línguas naturais caracterizam-se como fenômenos dinâmicos. Como as interjeições não têm gênero, a forma não marcada passa a ser usada pelas mulheres tanto quanto pelos homens. (Collichon; Schwindt, 2015)

Com isso, entendem que o uso da língua está sujeito a princípios gerais que “não são trivialmente controláveis por seus falantes, como muitos supõem” e que o gênero muda muito pouco. Assim, cabe novamente trazer suas considerações:

Esforços externos para mudar uma forma de falar podem ter sucesso eventualmente na substituição de uma ou outra palavra, como aconteceu por exemplo com "afrodescendente" e "pessoa com deficiência", mas não são efetivos para mudar a estrutura de uma língua [...] não podemos afirmar que é a língua que produz ou que sustenta historicamente as desigualdades de gênero. (Collichon; Schwindt, 2015)

Várias áreas da linguística, do discurso e da filosofia da linguagem, assim como da antropologia linguística afirmam de forma diferente o exposto acima. Muitas das mudanças que ocorreram na língua não foram de formas eventuais, pois existiram e existem lutas para mudanças na língua, principalmente aquelas para diminuir os preconceitos que são refletidos na língua. As mudanças, às quais essa e esse autor se referem na citação, se deu por uma sustentação histórica e que produzia efeitos nocivos aqueles pelas quais tais palavras eram direcionadas. Tanto assim, que isso reverberou em mudanças legislativas para que tais vocabulários fossem mudados no repertório linguístico brasileiro.

Há algumas lacunas que não foram preenchidas neste texto da Collichon e Schwindt (certo de que não caberiam como discussão no texto), mas poderiam deixar algum vislumbre para o leitor a fim de dirimir algumas dúvidas, como, por exemplo, o que seriam línguas naturais? Haja vista que o manuseio da língua requer um contexto social; o que eles entendem por categoria semântica “sexo” ou categoria formal ou como a língua se desenvolve para ser divididas em categorias? Sobre esse tema, Silverstein (2012) e Blommaert (2006, 2014) explicam que as mudanças linguísticas estão relacionadas a uma relação de poder e que, nesse sentido, a forma da língua está situada socialmente e a estrutura social são mediadas nessas relações de poder, principalmente pelas ideologias e isso nos fornece os caminhos e os impactos que a forma da língua sofre. Bakhtin, por sua vez, vê essa questão por embates ideológicos em contexto de heterodiscurso que refletem as mudanças na língua. Porém, esses conceitos são revisitados em artigos científicos por Schwindt que veremos mais adiante.

Este artigo de opinião é um contra-argumento do texto de Colling (2015), publicado no mesmo jornal e foi tomado como exemplo de partida para discussão da linguagem inclusiva. No texto de Colling, ela usa a famosa frase de Simone de Beauvoir para dizer que a “sociedade ensina o que é ser masculino e feminino” para, assim, chegar à linguagem neutra. Este, para a autora, ocupa um lugar central na resistência às mudanças e das relações de poder entre os sexos, tornando-o, dessa forma, um campo privilegiado de lutas por igualdade. Para a articulista, “eles” incluem homens e mulheres, mas “elas” jamais incluem homens e mulheres ou qualquer outra nova identidade. O surgimento de uma linguagem inclusiva causa

incômodo e esse “desconforto é ocasionado porque pessoas apegadas à gramática normativa sentem-se agredid@s com estas modificações. As novas sexualidades e as novas parentalidades estão aí e é preciso colocar em discussão essas questões” (Colling, 2015).

Nesse enfoque, Colling expõe sua esperança de que o uso da linguagem não sexista seja um alerta e uma contribuição para a igualdade, pois o conhecimento de que existe um “eu” e um “outro” que pode ser de gêneros diferente do meu já é um primeiro passo para diminuir as desigualdades.

Marcos Bagno (2023), no blog da Parábola Editorial, emprega a mesma ação de resposta, da autora e do autor anteriores, ao artigo publicado na imprensa, no caso, a da Folha de São Paulo, sobre a linguagem neutra. Ele rebate os argumentos de Lygia Maria quando aborda o “sexo das palavras”. Bagno já argumenta que as palavras não têm sexo, mas sim gênero. Explica que comumente se confunde sexo e gênero, o que encadeia equívocos e atitudes sociais que se vinculam a violências. Para ele, a “noção de gênero, na gramática, se relaciona com a morfologia, isto é, com a formação das palavras da língua (e não com o sexo dos animais). Gata é o feminino de gato, mas vaca não é o feminino de boi: é uma forma supletiva, não deriva da mesma raiz”.

Entre esses e outros exemplos de diferenciação entre machos e fêmeas dos animais e suas curiosidades, o autor enfatiza que os dicionários e as gramáticas foram escritos por homens e, por isso, o gênero masculino é considerado o básico, o óbvio, o natural e, conseqüentemente, a norma. Ele vê que o feminino foi considerado um “ponto fora da curva”, um desvio dessa norma. Como Carboni (2003) disse mais acima, a ocultação do feminino é uma expressão ideológica de ocultação da mulher por parte do patriarcado.

Outra concepção equivocada que Bagno tenta esclarecer é a concepção de língua. Do texto analisado, vê a concepção de língua como aquela tradicional que tanto se repetiu que se cristalizou como verdade, o que de fato, é construto ideológico e que a língua é usada como instrumento de opressão, discriminação e violência a grupos sociais, etnias e populações inteiras. Para Bagno,

São as e os falantes, todas e todos, letradas e não letradas, que, em suas múltiplas interações diárias por meio da linguagem, configuram, desfiguram e reconfiguram a língua. Mais da metade das quase 7.000 línguas faladas no mundo não contam com “o trabalho criativo dos escritores”, porque não dispõem de tradição escrita, mas nem por isso deixam de ser línguas de pleno direito, sujeitas a toda sorte de variação e mudança e dotadas de grande complexidade.

Esse argumento resultou da afirmação, do texto o qual comenta, de que a língua é definida e construída pelo trabalho criativo de escritores e de manifestações populares. Por isso, a mudança da língua pela ação de grupos sociais ou de instituições estatais (glotopolítica) é não apenas de grupos de escritores. Sendo que o Estado também é um interventor na mudança linguística, não só na proibição, mas também na mudança do *status* sociopolítico da língua por meio de decretação, ofícios, repressão e, assim, vê que a norma padrão prescrita pela tradição gramatical é uma interferência direta de um pequeno grupo social para regulamentar os usos linguísticos.

A partir disso, Marcos Bagno traz exemplos de nações que exercem fortes pressões sociais sobre os usos idiomáticos, assim como nações que incluem as mudanças das línguas, que é o caso da Suécia e de Quebec. Dessa maneira, ele vê “como a sociedade é estratificada em classes e grupos sociais, em gêneros e raças, hierarquizada com base nisso, cada classe ou grupo social exerce, com maior ou menor sucesso, seu papel na mudança linguística”.

Sobre a estrutura linguística, vê que a morfologia do plural e os paradigmas são elementos abstratos da língua e que as categorias gramaticais de gênero vêm se vinculando aos “aspectos sociobiológicos do sexo das pessoas aos aspectos sociocultural do gênero e das orientações sexuais”. Um exemplo disso é quando homens gays se tratam no feminino e fazem a concordância com este gênero. Esta ação, para Bagno, é uma autoironia, uma desconstrução da normatividade masculina e um laço de solidariedade de grupo. Assim, qualquer outra mudança na língua (morfemas de plural, desinências verbais, etc.) não são cogitadas como as morfologias de gênero, é quando o gênero gramatical e o gênero social se interseccionam. Portanto,

a língua não tem “objetivo” nenhum: nós, falantes, é que realizamos atividades linguísticas para determinados fins e, principalmente, vejam só, para resolver problemas sociais, entre os quais, vejam só de novo, facilitar o fluxo cognitivo e comunicativo e também, claro, para dificultar esse fluxo [...] as pessoas que reivindicam uma linguagem neutra não querem impor nada, não querem obrigar ninguém a usar essa linguagem. (Bagno, 2023)

3.3 Questão linguística da linguagem neutra

Nesse sentido, retornando ao campo acadêmico-científico, Schwindt (2018, 2020a, 2020b) estuda a questão da exponência de gênero e classe temática no português brasileiro, assim como a predizibilidade e produção do gênero e os limites do sistema linguístico. No

primeiro estudo, o autor discute a interação das restrições fonológicas e a exponenciação (este entendido como traços morfossintáticos que se associam a traços fônicos) de morfemas de gênero e classe temática. Em uma abordagem quantitativa, é confrontado dados de produtividades (produção) de gênero que sobrepõe sobre classe e classe que se sobrepõe sobre gênero.

Isso quer dizer que nomes masculinos superam os nomes femininos nos conjuntos de palavras biformes (o amigo – a amiga; o estranho – a estranha), comum de dois (o artista – a artista; o chefe – a chefe), sendo o feminino mais específico e mais marcado que o masculino. Nesse exame quantitativo, Schwindt (2018) verificou o comportamento de produtividade de substantivos do português brasileiro quanto à realização de vogais terminais (-a, -o, -e) e sua relação morfológica de gênero e classe a partir dos dados de léxicos dicionarizados em uma amostra do sul do Brasil, o que resultou no papel gramatical das marcas. Dessa forma,

Há, no mapeamento geral da língua, isomorfismo entre a terminação *o* e gênero masculino, de um lado, e entre a terminação *a* e o gênero feminino, de outro, com alguma vantagem de frequência de feminino. Essa correlação diz respeito, majoritariamente, a gênero gramatical, não sexo biológico ou gênero social. Se observados, contudo, subconjuntos de dados, como o dos poucos nomes que estabelecem pareamento com sexo biológico ou gênero social, e mesmo o dos biformes e comuns de dois na língua em uso, apesar de sua frequência também limitada, constata-se que o isomorfismo mencionado se mantém, e as formas masculinas passam a prevalecer – o que consideramos evidência adicional à tese mattosiana de masculino como forma não marcada em português. (Schwindt, 2018, p. 766)

Apesar de uma predominância do masculino sobre o feminino, Schwindt (2018) conseguiu enxergar brechas de uma possível produtividade no português brasileiro para outras terminações, mas que lida com restrições no sistema linguístico. Certo de que essa abordagem se volta apenas a dados estritamente isolados, deixando de lado, mais uma vez, a influência social dos sujeitos e das forças maiores que fazem essa produção prevalecer.

Com o avanço de sua pesquisa, Schwindt (2020a) estuda a predizibilidade da marcação de gênero em substantivos no português, isto é, o grau de probabilidade de uma/um falante atribuir gênero a um substantivo. Dessa maneira, parte da *intuição* que as/os falantes têm sobre a língua ser machista, sendo que não é seu objetivo discutir o gênero social, mas entender como se chega a essa intuição. Este autor considera que o gênero é uma categoria que atinge 100% dos nomes e que não se alinha perfeitamente com categorias como sexo ou animacidade, mas se pergunta “como os falantes de português ainda assim são capazes de

predizer o gênero dos substantivos?” Sua resposta é hipotética: a) a intuição das/dos falantes que permite predizer o gênero dos nomes se funda em aspectos de produtividade; b) aspectos relacionados à disponibilidade e rentabilidade de formas linguísticas no juízo da atribuição do gênero gramatical em português (Schwindt, 2020a, p.283).

Em suma, a tese defendida é que

os falantes são capazes de antecipar generalizações acertadas sobre gênero na língua. Nossos argumentos se fundam em produtividade, entendido tal conceito na perspectiva de disponibilidade de formas na gramática, a que se associam evidências de masculino como forma não marcada, e de rentabilidade, com evidências provenientes da análise de dados de léxico dicionarizado e de uso e contraste com frequência lexical. (Schwindt, 2020a, p. 292-293)

Esses dados têm muito a dizer sobre a possibilidades da construção de gênero na língua portuguesa e, neste trabalho, é mostrado a variação, a predominância e a redução dos gêneros e o uso deles. Schwindt (2020a) mostra o quanto o sistema pode ser complexo e se articula às restrições morfológicas e fonológicas. Assim, foi lançado um “olhar baseado em produtividade no exercício de compreender por que os falantes conseguem predizer gênero e ainda intuir aspectos não óbvios sobre seu comportamento” (Schwindt, 2020a, p. 294).

Em outro trabalho, Schwindt (2020b) propõe uma abordagem de neutralização de gênero em português brasileiro pela perspectiva do sistema linguístico, partindo das características de mudanças deliberadas e sobre os padrões de marcação e produtividade de gênero gramatical na língua.

Assim, ele avalia os quatro tipos de emprego que são propostas para a linguagem neutra: a) uso de feminino marcado no caso de substantivos comuns de dois gêneros (a presidenta, o presidente); b) emprego de formas femininas e masculinas em vez do uso genérico do masculino (alunas e alunos); c) novas marcas no final de nomes e adjetivos (x e @: amigx, amig@) e d) ampliação da função de marcas já existentes (-e: migue). Percebe que o termo -e encontra menos restrições para a expansão no sistema dos substantivos e adjetivos.

Schwindt (2020b) orienta, dessa maneira, que a morfologia de uma língua deve ser considerada e envolvida na mudança da língua e que

apesar de o fenômeno da variação e da mudança atingir os diferentes níveis da linguagem, não os atinge em igual escala. Pelo modo como os sistemas linguísticos se organizam, e não por questões sincronicamente ideológicas, primitivos, como morfemas, fonemas e condições de estrutura silábica, são mais resistentes à mudança. (Schwindt, 2020b, p. 18)

Com isso, explica que a resistência à mudança não quer dizer que seja impermeável. Para a permeabilidade, depende da pressão social e dos processos de mudança nos limites do sistema linguístico, pois

é preciso que as pessoas conheçam e sejam capazes de identificar no mundo, de forma mais ou menos tácita, o significado de categorias como cis, trans, não binário etc. para que as marcas linguísticas que as designem se estabeleçam no uso. Mesmo assim, uma gramática que conte apenas com o/a/e designando, respectivamente, masculino, feminino e não binário, ainda que amplie as possibilidades de representação linguística de entidades do mundo, seguirá não dando conta de todas as possíveis segmentações ou subsegmentações de gênero social. (Schwindt, 2020b, p. 19)

Este autor conclui que dadas as medidas dos limites do sistema linguístico, parece progredir a proposta do emprego do *-e* como morfema neutro em substantivos e adjetivos para designar, em suas palavras, os “seres sexuais”¹⁴. Essa mudança, na sua visão, é controlada pelo sistema de marcação e produtividade de palavras fechadas pela vogal *-e*. Ressalvadas suas complexidades, infere, ao mesmo tempo, que a ciência tem um papel importante com o compromisso inegociável com o entendimento das diferenças e pode oferecer importantes contribuições para compreensão das mudanças linguísticas.

Para concluir esta parte, Fiorin (2022) apresenta as condições histórico-sociais da linguagem neutra como reivindicação de que o mundo não se organiza em apenas dois gêneros, mas que expressa um gênero neutro ao lado do masculino e feminino. Com essa premissa, Fiorin expõe (com base nas línguas indo-europeias, latim, inglês e português) como se organizam os gêneros nas línguas. No inglês, por exemplo, a neutralidade é mais simples, sendo que no português, para fazê-lo, é mais complexo, devido às idiossincrasias do idioma. A simplicidade no inglês, segundo o autor, se dá pelo fato do gênero ser marcado pela referência pronominal na terceira pessoa do singular dos pronomes pessoais e possessivos, enquanto no português, o gênero é marcado pela referência pronominal, pela concordância e pela flexão.

De forma didática, Fiorin tece seus argumentos pela possibilidade da marcação linguística da não binariedade, não só pelas suas complexidades e restrições que encontra no sistema, mas pela força e potência das ações sociais. Assim, considera que o objetivo da não

14 Schwindt ao usar o termo “seres sexuais” deixa evidente a separação das categorias de gênero gramatical e gênero social, mostrando, dessa maneira, sua filiação dicotômica de análise material da língua.

binariedade na língua é “mostrar que um determinado sexo ou gênero social não é a norma” (Fiorin, 2022, p. 2).

O interessante na argumentação do pesquisador é que alguns conceitos ligados diretamente à linguagem neutra são pontos de partidas importantes para a explicação linguística que ele empreende, situando a língua, dessa forma, no seu contexto sócio-histórico. O primeiro conceito é o de gênero social, este se refere “a uma construção sociocultural que atribui certos papéis, comportamentos, formas de expressão, atividades e atributos considerados como adequados ao significado dado às características biológicas do sexo” (Fiorin, 2022, p. 2).

Com isso, chega ao gênero gramatical, uma categoria que divide os nomes em classes nominais: pronomes, concordância nominal e verbal e em afixos nominais (prefixos, sufixos e desinências), o que indica uma categoria gramatical de valor relacional, mediante concordância, que vincula o adjetivo e o pronome com o substantivo.

Diante disso, Fiorin entende a linguagem neutra como forma de “neutralizar o gênero desfazendo sua referência ao par homem/ mulher por meio de formas que sirvam para todos os gêneros, ou criar um novo gênero que indique o que está fora das categorias de gênero existentes” (Fiorin, 2022, p. 4).

Por mais que Fiorin (2022, p. 10-11) exponha a diferença entre gênero gramatical e social, cuja a não binariedade é “a existência de identidades que não se identificam nem com o masculino nem com o feminino”, concorda com Schwindt (2020b) que o gênero neutro se refere a “seres sexuais” e que não é impossível acontecer na língua. No entanto, demonstra algumas dificuldades como, por exemplo, não “basta usar termos neutros, como ‘pessoa’, ‘seres humanos’, ‘representante comercial’, etc., porque a concordância indicará o gênero do substantivo” e as concordâncias, uma ou outra, indicarão a binariedade. Nesse caso, a explicação fica por conta de Fiorin:

Nesse caso, pode-se dizer que o que é preciso é alterar a desinência dos adjetivos, usando o -e, para marcar o neutro: pessoas bonites; representante comercial productive. Entretanto, uma questão logo se apresenta. Os adjetivos de tema em -e têm apenas uma forma para o masculino e o feminino e, portanto, não indicam o neutro, mas o masculino e o feminino: pessoas tristes, felizes, inteligentes, doentes. A desinência -e, como marca do neutro, só serviria para os adjetivos em -o/a. Isso também diz respeito aos substantivos comuns de dois com tema em -e: agente, estudante, contribuinte. Nesse caso, diz-se que a forma indicaria, além do masculino e do feminino, também o neutro, o que apresenta um certo inconveniente, pois a desinência -e é indicativa do neutro e poderia haver uma confusão na marcação dos gêneros. (Fiorin, 2022, p. 11).

Ao fazer esta análise, o pesquisador reforça e enfatiza que o gênero neutro se refere aos seres sexuados não binários e é possível como mudança complexa do ponto de vista do funcionamento linguístico, pelo fato da língua portuguesa categorizar os gêneros pela concordância, pela flexão e pela referência pronominal. A mudança, segundo Fiorin, tem que ocorrer por esses três elementos, mas a língua se adapta às mudanças sociais e incorpora as expressões dessas transformações sociais. Portanto, a linguagem neutra

Trata-se sim de uma mudança linguística, complexa para ser implementada: a criação de um novo gênero na língua. Entretanto, essa mudança, apesar de complexa e complicada, pode ser feita e não vai acabar com o português, mas, ao contrário, vai mostrar sua força e potência de, como toda língua, acolher nele as transformações sociais por meio dos mecanismos de mudança linguística. (Fiorin, 2022, p. 13)

Posto isso, esta seção trouxe, em sua maioria, até o momento, o estado da arte sobre a linguagem neutra. A maioria desses textos são empreendimentos científicos, alguns como formação de opiniões, mas que evidenciam a repercussão que a nova linguagem vem tomando. Diante disso, parte-se para as seções sobre a metodologia da pesquisa e as análises dos dados.

4 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Como dito antes, esta pesquisa se situa teórica e metodologicamente nos pressupostos do Círculo de Bakhtin e no campo das ideologias linguísticas. Nesta subseção, é apresentada o percurso metodológico trilhado a partir da discussão sobre o tipo de pesquisa e geração dos dados mobilizados, a descrição, seleção e delimitação dos dados, bem como os parâmetros de análises de dados.

4.1 Caminhos teórico-metodológicos do Círculo de Bakhtin

Os estudos do Círculo de Bakhtin desenvolvem conceitos e análises voltadas para o dialogismo, isto é, discursos como ações dialógicas, que se caracterizam como produções e recepções de contextos sócio-históricos e culturais, desenvolvidos em espaços-tempos permeados por vozes diferentes que se encontram (concordância) e se desencontram (discordância), tornando-os, ao mesmo tempo, arenas do heterodiscurso. Nesta arena, as/os interlocutores desenvolvem enunciados que têm relações dinâmicas, cujas necessidades se apoiam em gêneros do discurso, tornando-se únicos cada vez que são produzidos.

Foloni (2020) sumariza a pesquisa sob a ótica na ADD como uma análise teórico-dialógica do discurso, quando é pontuada a preocupação da/do analista/pesquisadora/or em se atentar aos enunciados concretos em suas particularidades discursivas. Em outras palavras, quando os dados dão mostra de suas parametrizações relativas e divergentes regularidades. Nesse ponto que o papel da/do pesquisadora/or se soma ao cenário discursivo de constante tensão, pois ela/ele/ile está sujeito a uma apreciação valorativa dos dados quando do recorte do *corpus*, daí a sua não neutralidade aos dados por ser um sujeito de seu tempo, inserida/o num espaço sócio-histórico que estabelece uma necessidade dialógica com o que está pesquisando, isto é, um ato de compreensão dos fenômenos estudados. O que a/o diferencia desse cenário é a orientação da pesquisa metodológica, de sua inclusão como experimentadora/or/observadora/or, mas incluído neste mundo observado, uma parte integrante desse mundo, ocupando uma posição de sujeito sócio-histórico, dada a necessidade da dialogicidade.

Nívea Rohling (2014), ao discorrer sobre ADD, explica que as teorias do círculo mostram os caminhos a serem examinados e a organicidade dos discursos, o que nos leva às novas perspectivas a respeito da linguagem, de suas várias formas e as maneiras de

compreender suas produções de sentido. Com isso, segue-se os parâmetros teóricos-analíticos para olhar as perspectivas ideológicas e dialógicas, tendo em vista as particularidades do discurso de poder a respeito da noção de língua nos dados gerados.

O Círculo de Bakhtin como base teórico-metodológica, neste trabalho, será considerado nos dados os contextos de produção e os aspectos extralinguísticos dos discursos analisados, olhando as relativas regularidades dos dados e as categorias que emergiram delas no percurso da pesquisa. É por essa perspectiva que a

ADD é uma proposta de análise, uma via de investigação, uma maneira de interrogar e não um método de pesquisa ou modelo rígido de escrita [...] O foco da análise são os elementos constitutivos do discurso que apontam para os modos de discursivização, perscrutando as regularidades materializadas no discurso. (Rohling, 2014, p. 49-50)

Rodrigues (2015), ao tratar sobre o mesmo assunto, acrescenta que a especificidade do discurso exige um reconhecimento de que há um campo novo a ser investigado. Com base em Bakhtin, ela nos diz que a produção de discurso entra numa nova forma de conhecimento que requer uma metodologia especial, devido ao novo campo de comunicação discursiva, pois a ADD apresenta “elementos que nos permitem buscar um caminho metodológico, após o conhecimento das especificidades do objeto a ser investigado” (Rodrigues, 2015, p. 123) e a situação de pesquisa passa a ser, igualmente, um acontecimento do campo discursivo, pelo fato de pressupor uma compreensão responsiva dialógica. A contribuição do Círculo sobre a pesquisa em linguagem dispõe sobre o “[...] corpo de conceitos, noções e categorias que especificam a postura dialógica diante de *corpus* discursivo, da metodologia e do pesquisador” (Brait, 2006b, p. 61).

Esse conjunto de pressupostos da teoria-metodológica do Círculo, permite desenvolver maneiras alternativas de abordar os discursos e as relações dialógicas da vida social (Destri; Marchezan, 2021). Isso permite situar o presente trabalho no campo da pesquisa das ideologias linguísticas.

Para tanto, mobilizam metodologias de base socio-discursiva, o que faz a/o pesquisadora/or adotar abordagem qualitativa-interpretativista de pesquisa. Esta abordagem é um aprofundamento da compreensão de um grupo social, da complexidade e das contradições de fenômenos singulares e imprevisíveis das relações interpessoais e sociais, o que faz a/o pesquisadora/or valorizar aspectos qualitativos e significativos que as/os indivíduos/os dão às suas ações (Gerhardt; Silveira, 2009; Chizzotti, 2009). Isso mostra que os aspectos da

realidade são imprevisíveis e a pesquisa qualitativa nos ajuda a compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais e os fatores que complexificam essas realidades.

4.2 A pesquisa nas ideologias linguísticas

Para Woolard (2021), a pesquisa sobre a ideologia de linguagem enfatiza a natureza socialmente situada de todas as representações na linguagem e suas parcialidades. No entanto, para a autora, os mecanismos impulsionadores entre as representações e os resultados sociais interessados não são diretos e nem sempre são o que parecem, pois eles atuam por meio de campos de atividade social e cultural e por isso são permeados de ideologias. Woolard (2021) diz, ainda, que o conceito de ideologia linguística informa de maneira abrangente e produtiva mais estudos sobre a linguagem em uso, tanto metodologicamente quanto tematicamente. A esse respeito, Kroskrity (2004, p. 498, tradução nossa) diz que a

a análise da linguagem e do discurso como um recurso político-econômico usado por falantes individuais, grupos étnicos e outros grupos de interesse e Estados-nação. Ele fornece uma visão geral de seu desenvolvimento conceitual e identifica e ilustra alguns de seus principais temas. Eu entendo essa caracterização de “ideologias de linguagem”, que eu uso como um conceito plural padrão [...] para circunscrever um corpo de pesquisa que simultaneamente problematiza a consciência dos falantes de sua língua e discurso, bem como sua posicionalidade (em sistemas políticos econômicos) na formação de crenças, proclamações e avaliações de formas linguísticas e práticas discursivas¹⁵.

Para Kroskrity (2004), as ideologias linguísticas como uma orientação teórica, continuam a se mostrar produtivas como recursos conceituais e metodológicos, encorajando e ampliando as pesquisas sobre as diversas formas discursivas (Kroskrity, 2010). Enquanto campo de investigação, Woolard (2012) expressa as ideologias linguísticas como representações (implícitas ou explícitas) que interpretam a relação da língua e dos seres humanos no mundo social e as variações culturais disso se dão pelas ideias sobre a língua e sobre o seu funcionamento na comunicação e no processo social e da forma mesma da língua. As ideologias linguísticas, assim, são vínculos que medeiam as formas sociais e as formas da

15 the analysis of language and discourse as a political economic resource used by individual speakers, ethnic and other interest groups, and nation-states. It provides an overview of its conceptual development and identifies and illustrates some of its main themes. I understand this characterization of “language ideologies,” which I use as a default plural concept (for reasons which will be explicated later), to circumscribe a body of research which simultaneously problematizes speakers’ consciousness of their language and discourse as well as their positionality (in political economic systems) in shaping beliefs, proclamations, and evaluations of linguistic forms and discursive practices.

fala e põem em jogo os vínculos da língua com a identidade, a estética, a moralidade e a epistemologia (Woolard, 2012, p. 19).

Dessa forma, a ideologia linguística é um campo de intersecção em que várias frentes do conhecimento se aproximam dela, tanto para o entendimento da estrutura linguística e sua evolução, quanto do uso da língua na interação, nas formas de significação que são contextualizadas em situações de uso no interesse humano. Para isso, assim como o campo do Círculo de Bakhtin, as ideologias linguísticas se caracterizam como teorias-metodológicas pelo fato de que à medida que as/os falantes conceitualizam a língua como uma ação socialmente intencional, a/o pesquisadora/or deve prestar atenção às a) ideias sobre o significado; b) a função e o valor da linguagem, com vista a entender o grau de sistematicidade (regularidades) socialmente compartilhadas nas formas linguísticas produzidas empiricamente (Woolard, 2012, p. 31).

Desse modo, como esta pesquisa está pautada nas perspectivas do Círculo de Bakhtin e das ideologias linguísticas, a linguagem e os signos ideológicos e seus sujeitos tornam-se objetos de análise, uma vez que há uma intenção de uma mudança da língua e uma força contrária a essa mudança, que caracterizamos como forças centrípetas e centrífugas, forças essas que se situam em um contexto sócio-histórico de polarização, cujas ideologias são produzidas, recebidas e embatidas. Sendo assim, o que se busca neste trabalho é analisar as ideologias linguísticas sobre a linguagem neutra em projetos de lei, o que se busca as ideologias linguísticas materializadas nas práticas discursivas legislativas.

Logo, o que se busca nos projetos de lei são as regularidades no que diz respeito a hegemonia de determinada concepção de língua; assim, pelo tratamento dos dados gerados na pesquisa, observou-se o cronotopo do discurso legislativo e a relação de forças centrípetas e centrífugas como constitutivas das ideologias linguísticas, isso com o propósito de responder a questão/problema da pesquisa: *como se constituem as ideologias linguísticas sobre linguagem neutra em projetos de lei?* A seguir descrevemos os tipos, gerações dos dados e os parâmetros de análise dos dados.

4.3 Tipo de pesquisa e geração dos dados

Esta pesquisa se caracteriza pelo tipo documental, um método de geração de dados documentais que dão dimensão do tempo-espço que compreende os aspectos sociais de cada época. Os dados documentais “favorece a observação do processo de maturação ou evolução

de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de gênese até os nossos dias” (Cellard, 2012, p. 295).

No caso presente, diferentemente do que Cellard (2012) diz que a análise documental elimina a influência ou intervenção do pesquisador, seguimos com a ideia de que a própria escolha documental já é exercida pela força do contexto social, movido pela época, pelo tema que reclama um tratamento científico para a compreensão do conjunto de interações, acontecimentos e/ou comportamentos sócio-históricos e neles a/o pesquisadora/or está inserida/o.

Esse tipo de pesquisa lida com documentos escritos, mas, no caso, com documentos digitais públicos registrados em sítios legislativos. Aqui os consideramos como fontes primárias e secundárias; o primeiro tipo são os que ainda não tiveram um tratamento de análise e o segundo já foram tratados em trabalhos anteriores, mas que reforçam a análise da/o pesquisadora/or. A pesquisa documental, segundo Cellard (2012), exige um reconhecimento das fontes potenciais de informação, não só do objeto gerado dali, mas da função de questionamento que se está inferindo, pois a/o pesquisadora/or empreende como objetivo um *corpus* que dê pistas capazes de fornecer informações interessantes. Assim, a análise documental se aplica em cinco dimensões (Cellard, 2012).

O primeiro é o exame do *contexto* social no qual foram produzidos os documentos, assim como o conhecimento da conjuntura política e cultural que motivaram a produção dos documentos que serão analisados. A compreensão desse contexto ajuda a identificar os esquemas autorais, as/os autoras/res, o público a quem se destina, os grupos sociais e as ideologias que se aludem.

As/Os autoras/es, essa dimensão leva a identificação ou ao possível reconhecimento das/os autoras/es que expressam seus interesses e motivos que levaram a produzir os documentos, a que grupo pertence, sua filiação institucional, etc. Cellard diz que nessa etapa, a “identidade” das/os autoras/es possibilita uma melhor avaliação da credibilidade de um texto, de qual interpretação é dada a alguns fatos, qual tomada de posição ali se deflagra, quais distorções e acontecimentos são ali mostrados, etc.

A autenticidade e a confiabilidade do texto, aqui não apenas a origem social, a ideologia, ou interesses da/o autora/or bastam, mas a qualidade da informação transmitida, isto é, a procedência dos documentos, como sua origem, a relação das/os autoras/es, o tempo-espaço do documento e a quem se destinam.

A natureza do texto, aqui diretamente relacionada ao seu suporte, tema, composição e estilo, a sua esfera de circulação ou esfera de origem, ou seja, qual contexto original foi redigido.

Os conceitos-chave e a lógica interna do texto, como o sentido dos termos empregados, os sentidos das palavras como signos ideológicos, quais as importâncias dadas a esses sentidos, o exame da lógica interna, como os argumentos desenvolvidos e suas partes principais.

Diante disso, apresentamos o método de geração de dados documentais, que são:

- 1) *identificação das fontes*: levantamentos das bases de dados, que compreendeu os sítios das assembleias legislativas dos 26 Estados e do Distrito Federal;
- 2) *localização das fontes e dados extraídos*: exploração dos sítios na internet das bases de dados e geração dos projetos de lei que tratam sobre linguagem neutra. Para isso, utilizamos o operador de busca booleano (AND, OR E NOT) nos espaços de pesquisa (na sua maioria como *proposições* ou *matérias legislativas*) dos sites das assembleias, combinando os termos linguagem neutra, linguagem não-binária e neolinguagem; e
- 3) *tratamento dos dados*: seleção e delimitação dos dados.

Com esse escopo, abaixo, descrevemos os dados, assim como a seleção e delimitação dos dados para a análise da pesquisa.

4.4 Geração de dados e compreensão dos dados

Brevilheri et al (2022, p. 11-13) propuseram um mapeamento de Projetos de leis das assembleias de todas as regiões do Brasil. Elas e Eles se pautaram na identificação de semelhanças entre esses projetos e nas suas articulações. Observaram que a agenda de proibições não atendeu apenas a um único partido, embora alguns predominem às proposições legislativas. Identificaram, igualmente, uma série de elementos redacionais muito parecidos entre os PLs que se perceberam vindos de diferentes grupos. Tais elementos são elencados abaixo:

- a) O espaço da Escola como ambiente-alvo de diferentes ofensivas reacionárias;
- b) Proibição da linguagem neutra em escolas públicas no âmbito de um Estado;
- c) Proibição para o nível de materiais didáticos;
- d) Algum tipo de punição a agentes que transgridem a “proibição da linguagem neutra” nos termos de cada PL – ponto também discutido por Signorini e Lucena (2023);

- e) Propostas de que caberia às Secretarias específicas dos Estados empreender na valorização da “norma culta da língua portuguesa”;
- f) Reforço a linguagem neutra como algo inexistente na língua portuguesa e não existência das possibilidades de gêneros.

Desse modo, os PLs seguem uma orientação única com redações absolutamente semelhantes, como caracterizado por Brevilheri et al (2022, p. 12):

Fica garantido aos estudantes do estado do _____ o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino estabelecidas com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Como o objetivo deste trabalho é analisar as ideologias linguísticas nos projetos de leis sobre linguagem neutra, foi feito um levantamento num período de seis meses (junho a novembro de 2023) dos PLs das assembleias de cada estado brasileiro, a fim de averiguar as semelhanças apontadas acima. O levantamento considerou os anos de 2020 a 2023, da qual resultou 29 projetos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 – Projetos de Lei sobre linguagem neutra nas Assembleias Legislativas estaduais

Nº	Estado	Sigla	PLs	Autores	Links
01	Amazonas	AM	PL 99/2023	Débora Menezes (PL/AM)	https://sapl.al.am.leg.br/materia/159854
02	Amazonas	AM	PL 387/2021	Fausto Júnior (União/AM)	https://sapl.al.am.leg.br/materia/151169
03	Bahia	BA	PL 25001/2023	Leandro de Jesus (PL/BA)	https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa-nova/proposicoes?numero=&palavra=linguagem+neutra&tipo=&deputado=&exDeputado=&outros=&dataInicio=&dataFim=
04	Bahia	BA	PL 24020/2020	Capitão Alden (PL/BA)	https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL.-24.020-2020
05	Ceará	CE	PL 338/20	André Fernandes (PL/CE)	https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/proposicoes/ver.php?nome=30_legislatura&ta

					bela=projeto_lei&codigo=1035
06	Ceará	CE	PL 306/21	Apóstolo Luiz Henrique (Republicanos/CE)	https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/proposicoes/ver.php?nome=31_legislatura&ta_bela=projeto_lei&codigo=164
07	Espírito Santo	ES	PL 191/2022	Capitão Assunção (PL/ES)	https://www3.al.es.gov.br/spl/processo.aspx?id=141134&estatistica_resultado=16&tipo=5
08	Goiás	GO	PL 438/2021	Delegado Humberto Téofilo (Patriotas/GO)	https://alegodigital.al.go.leg.br/processo.aspx?id=2058737
09	Mato Grosso	MT	PL 76/2022	Wilson Santos (PSD/MT)	https://www.al.mt.gov.br/proposicao/cpdoc/108178/visualizar
10	Mato Grosso do Sul	MS	PL 212/2021	Márcio Fernandes (MDB/MS)	http://sgpl.consulta.al.ms.gov.br/sgpl-publico/#/linha-tempo?idProposicao=135979
11	Minas Gerais	MG	PL 2301/2020	Coronel Sandro (PSL/MG)	https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/PL/2301/2020
12	Minas Gerais	MG	PL 2283/2020	Sargento Rodrigues (PTB/MG)	https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/PL/2283/2020
13	Minas Gerais	MG	PL 2271/2020	Léo Portela (PL/MG)	https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/PL/2271/2020
14	Pará	PA	PL 221/2023	Rogério Barra (PL/PA)	https://www.alepa.pa.gov.br/Legislativo/DetalhesProposicao?IdProposicao=12395&tipo=PROJETO%20DE%20LEI&situacao=0&decisao=-1&veto=-1
15	Paraíba	PB	PL 3399/2021	Gilberto Gomes da Silva (PL/PB)	http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=89349
16	Paraíba	PB	PL 2341/2020	Gilberto Gomes da Silva (PL/PB)	http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=78290
17	Paraná	PR	PL 108/2021	Ricardo Arruda (PL/PR)	https://consultas.assembleia.pr.leg.br/

					g.br/#/proposicao
18	Pernambuco	PE	PL 282/2023	Romero Sales Filho (União/PE)	https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=9707&tipoprop=p
19	Pernambuco	PE	PL 1796/2021	Pastor Cleiton Collins (PP/PE)	https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=6859&tipoprop=p
20	Rio de Janeiro	RJ	PL 80/2023	India Armelau (PL/RJ), Alan Lopes (PL/RJ)	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro2327.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/8161c2782b26187b0325894e004c5939?OpenDocument&Highlight=0,linguagem,neutra
21	Rio de Janeiro	RJ	PL 3325/2020	Anderson Moraes (PL/RJ), Márcio Gualberto (PL/RJ)	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/22e138b53c70ad770325861d005d40a9?OpenDocument&Highlight=0,linguagem,neutra
22	Rio Grande do Sul	RS	PL 154/2021	Capitão Macedo (PL/RS)	https://ww3.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/154/AnoProposicao/2021/Origem/Px/Default.aspx
23	Rio Grande do Sul	RS	PL 16/2021	Ruy Irigaray (PSL/RS)	https://ww3.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/16/AnoProposicao/2021/Origem/Px/Default.aspx
24	Rio Grande do Sul	RS	PL 29/2023	Eliana Bayer (Republicanos/RS)	https://ww3.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/29/AnoProposicao/2023/Origem/Px/Default.aspx
25	Rondônia	RO	PL 1373/2021	Alex Silva (Republicanos/RO)	https://sapl.al.ro.leg.br/materia/25996
26	Santa Catarina	SC	PL 0014/2023	Sargento Lima (PL/SC)	https://portalelegis.alesc.sc.gov.br/proposicoes/52Laz/tramitacoes
27	São Paulo	SP	PL 1387 /2023	Mauro Bragato	https://

				(PSDB/SP)	www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000501674
28	São Paulo	SP	PL 5248/2020	Guilherme Derrite (PP/SP)	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1968104
29	Distrito Federal	DF	PL 31/2023	Pastor Daniel de Castro (PP/DF)	https://www.cl.df.gov.br/web/guest/projetos

Fonte: o Autor (2024)

Com as leituras dos projetos gerados acima, as semelhanças entre eles permaneceram; portanto, ainda se mantém as características levantadas por Brevilheri et al (2022). Pontua-se que dos 26 Estados mais o DF, dos nove deles (Acre, Alagoas, Amapá, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe, Tocantins) não foram encontrados projetos sobre o tema. Os Estados do Rio de Janeiro (17 PLs), São Paulo (08 PLs) e o Distrito Federal (5 PLs) são os que mais propuseram projetos sobre o tema linguagem neutra. Deles foram escolhidos um de cada para compor os dados gerados na tabela acima, diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro que vão permanecer dois deles, devido ao marco histórico de discussão, explorado na análise.

A partir de uma leitura prévia dos dados no processo de pesquisa documental, foram delimitados 05 (cinco) projetos (um de cada região do Brasil) do ano de 2023 mais o PL 5248/2020, de autoria do Deputado Guilherme Derrite (PP/SP), que foi um dos primeiros projetos que influenciou o debate acadêmico sobre o assunto e os demais projetos que daí surgiram. Assim, o foco da análise recai sobre *seis (06) projetos de lei* (PL 25001_2023 (BA), PL 31/2023 (DF), PL 191/2022 (ES), PL 212/2021 (MS), PL 282/2021 (PE)). Essa delimitação desses seis projetos se deu por eles se diferenciarem quanto a carga argumentativa e explicitarem pontos de vistas diferente dos demais projetos sobre, o que fez excluir os demais PLs, sendo que eles seguem o padrão redacional entre eles.

4.5 Parâmetros de análises de dados

A geração dos dados apresentados na subseção anterior, em sua forma original, apresentou informações relevantes a serem focalizadas na análise, o que demanda parâmetros de análise que organize e simplifique as quantidades de dados gerados para que fosse possível analisar as ideologias linguísticas nesses enunciados.

Dessa forma, os parâmetros apresentados, a seguir, referem-se aos enunciados que foram utilizados nos PLs que avaliam, medeiam, proíbem e expõem ideias sobre a linguagem e as/os indivíduos/os. Os parâmetros na pesquisa qualitativa-interpretativista são essenciais para uma análise fundamentada em determinada perspectiva teórico-metodológica. Assim, considerando os pressupostos bakhtinianos de que os signos ideológicos são produtos dialógicos, emergidos do convívio social, é a partir deles que os parâmetros foram pensados, o que nos conduziu às avaliações, interpretações e compreensão dos dados. Ademais, esses parâmetros estão intrinsecamente correlacionados às regularidades observadas a partir das leituras prévias dos projetos; estão correlacionados, de igual maneira, aos objetivos específicos e aos conceitos teóricos agenciados no decorrer deste estudo, isto é, da análise dialógica bakhtiniana e das ideologias linguísticas.

O primeiro parâmetro é o conceito de *cronotopo* (Bakhtin, 2018), também presente nos estudos das ideologias linguísticas; este conceito é a conexão de relações temporais e espaciais que formam as cognições, as representações discursivas, as percepções dos acontecimentos sociais da realidade mais imediata num recorte do espaço-tempo em que se vive. É neste parâmetro, do recorte atual de discussão da linguagem neutra, que os projetos de lei (seus temas, composição e estilo) e o discurso legislativo serão discutidos.

O segundo parâmetro diz respeito ao conceito de *forças centrípetas e centrífugas* (Bakhtin, 2015 [1975]) quando são discutidas as forças autoritárias do discurso legislativo, cuja concepção adotada é uma arena de vozes sociais, quando atuam forças que buscam impor uma centralização de língua em detrimento do heterodiscurso da língua; as centrífugas se fazem presentes como forças que descentralizam as noções de língua e se encontram em processos dialógicos de estratificação da língua.

Por fim, o terceiro parâmetro observado no tocante às ideologias linguísticas têm relação com a valoração aos falantes LGBTQIA+.

Em suma, esses parâmetros nortearam o nosso olhar para análise dos dados sempre na interlocução com os demais conceitos tratados no referencial teórico desta dissertação. Assim, o capítulo 5 apresenta a análise empreendida a fim de compreender as ideologias linguísticas sobre a linguagem neutra em projetos de lei.

5 LINGUAGEM NEUTRA, IDEOLOGIAS LINGÜÍSTICAS E DISCURSO LEGISLATIVO

Os projetos de lei inseridos no cronotopo da “onda conservadora” passam a se caracterizar como polêmicos, que suscitam polarizações e dicotomizações (Barbosa, 2020). Em seu bojo, os PLs situam-se no plano do heterodiscurso em contexto do discurso político, nos espaços públicos e se realizam nas diversas situações comunicacionais ao tratar de debates que atingem a sociedade, o dia a dia do cidadão, as mais diversas ideologias, mobilizando, assim, adeptos aos temas tratados. Mesmo se tratando de debates públicos, ainda vemos a difusão de discursos institucionais, interesses de parcelas da sociedade, que, no caso presente, são deliberados interesses de instâncias da sociedade. É por esse viés que abordamos a análise dos dados no recorte cronotópico da discussão da linguagem neutra nos projetos de lei, isto é, no espaço e tempo dos dados gerados.

5.1 O cronotopo dos projetos de lei sobre linguagem neutra no discurso legislativo

O estudo do tempo e espaço (cronotopo), nesta subseção, se baseia no conceito extraído de Bakhtin (2018), que é uma forma indispensável de entender as compreensões, as percepções e representações nas realidades do meio social mais amplo e da realidade imediata (Volóchinov, 2017, 2019). Nos seguintes excertos identificamos alguns enunciados que caracterizam o cronotopo da “onda conservadora”¹⁶ e a visão de linguagem neutra:

Parágrafo único. Para efeito desta Lei entende-se por “linguagem neutra”, toda e qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, sejam escritos ou falados com a intenção de anular as diferenças de pronomes de tratamento masculinos e femininos baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes, mesmo que venha a receber outra denominação por quem a aplica. (PL 282, 2021)

surgimento de uma neolinguagem que pretende modificar a utilização das vogais temáticas, ou, mais especificamente, implementar a chamada “linguagem neutra” [...] A proposta primacial dos defensores dessa ideia baseia-se na premissa de que discursos direcionados a grupos de pessoas sejam alterados para que não se utilize mais o plural masculino. Nesse diapasão, estabelece-se uma identificação artificial de gênero neutro, substituindo-se o artigo “o” por “x”, “@” ou outro símbolo que supostamente afaste a marcação binária de sexo masculino ou feminino. (PL 5248, 2020)

16 Segundo Barbosa (2020, p. 32), “onda conservadora” diz respeito ao discurso político mobilizado, principalmente, nas mídias e pelas reações na internet. Essa mobilização é uma de suas variações. Trata-se de “uma designação de um grupo político, de uma descrição de pessoas, de um processo histórico em que o discurso está mobilizado pelo aparecimento desse grupo” que luta pela manutenção das instituições sociais tradicionais no contexto da cultura e da civilização e da língua, este enfatizado nesta pesquisa.

Nesses exemplos, a batalha para conservação de uma língua tradicional parte de um grupo político, de um grupo de pessoas dentro de um processo histórico em que os discursos estão alinhados e mobilizados dentro de um movimento que, de forma global, tentam manter tradições como “Deus, pátria e Família”, quando não cabem outras mudanças históricas.

O cronotopo funciona, tendo em vista esses dados, segundo Bakhtin (2018, p. 11-13), como o meio que materializa o tempo no espaço e concretiza a representação como força que dar corpo aos enunciados como ideias, ideologias, análises de causas e efeitos, ganhando vida nesses espaços-tempos.

Ou seja, o cronotopo é a forma em que se diferencia e se percebe os modos como os sujeitos criam suas imagens, tornando seus corpos inseparáveis do espaço que ocupam e do tempo em que se movem, isso é a maneira de se representar como sujeito sócio-histórico.

O tempo, de fato, é a categoria primária no cronotopo, percebido pelo comportamento das/os indivíduos/os no mundo físico. Sendo o tempo visível nas imagens representadas, essas representações são suscetíveis ao movimento do evento sócio-histórico a qual se encontram. Assim, os cronotopos são os modos de “descrever”, no caso dos PLs, as estruturas e época particular em que eles acontecem e de entender as significações que se constroem e as representações dentro desses cronotopos, como, por exemplo, as filiações das ideias de direita e esquerda e a ideia de língua tradicional, como vimos nos excertos acima.

Essas são formas de entender a história em que essas posições se encontram e a eventicidade em que ocorrem. A linguagem dos PLs, não deixando de observar sua estrutura genérica e tradicional, é fundamentalmente cronotópica, porque é possível enxergar o tempo em que a linguagem invoca: “*Fica vedado, fica proibido, é garantido aos..., veda expressamente, não há embasamento científico*”, etc., os sujeitos que se encontram nesses eventos, seus modos de dizer, o agir a partir de seu lugar e momento, assim como o heterodiscurso formado nesse espaço-tempo em que se encontram o embate discursivo, a classe ou grupo social e a geração que ali são mostrados, isto é, a disputa de poder por força da proibição para manter uma língua hegemônica.

Ainda sobre o tema, Rohling (2020), ao discutir o cronotopo pandêmico, explicou que nesse conceito se realiza as intervenções de sentidos, se revelam determinadas visões de sujeito, os processos e formações contínuas do campo do acontecimento, movimentos e transformações históricas, ou seja,

As séries espaciais e temporais dos destinos e das vidas dos homens se combinam de modo peculiar, complicando-se e concretizando-se pelas distâncias sociais, que não são superadas. Este é o ponto do enlace e o lugar onde se realizam os acontecimentos. Parece que o tempo se derrama no espaço e flui por ele (formando os caminhos). (Rohling, 2020, p. 5225)

A partir do ponto de vista do cronotopo, é possível visualizar marcações pontuais nos PLs, isto é, os efeitos do evento da “onda conservadora” nos enunciados, características sustentadas por Barbosa (2020), nas quais também nos baseamos.

Reforçando, novamente, o ponto de partida para as análises das ideologias linguísticas dos PLs são as suas regulamentações, suas materializações em gêneros do discurso, institucionalizada por um centro parlamentar de instância política. Primeiro, esses projetos instauram uma polêmica, de forma inicial pelo PL 3325 de 2020 da Assembleia do Rio de Janeiro, tendo maior reforço dentro da câmara dos deputados, cuja representação recai no PL 5248 de 2020. Esses projetos instauram uma polêmica sobre o uso da língua que resvala tanto na temática da identidade de gênero, quanto da sexualidade. O uso tradicional da língua que não resguarda outras formas de expressão e/ou representação se alinha a uma agenda conservadora que fomenta reações contrárias a essas outras formas de uso da língua. Nesse sentido, em vista da interação discursiva do meio social mais próximo, a onda conservadora deu início

a um novo quadro de dicotomização, que também está presente na oposição “esquerda X direita”, mas que retomam outras de equivalentes desacordos como “conservador X liberal”, “progressistas X regressistas”, “machistas X feministas”, “heterossexuais X homossexuais”, etc. Além disso, o processo de constituição das dicotomizações pode avançar para outras hibridações. Isto é, essas oposições dicotômicas podem tornar-se mais complexas com os nomes compostos, aglutinados ou justapostos, qualificando (como em “liberal-conservador”, ou “feminista-progressista”), ou desqualificando (como em “feminazi” ou “machofascista”). (Barbosa, 2020, p. 41)

Essa dicotomização é mais uma das características do cronotopo da onda conservadora que refletem nos tipos-textuais dos PLs e, conseqüentemente, revela a intenção de suas reformulações: a proibição do uso da linguagem neutra. Essas intenções presentes nesses textos forçam uma aliança de vontades políticas e de interesse direcionados. Os enunciadores desses projetos expõem diferentes argumentos/ponto de vistas com a intenção de alcançar seus afetos, seus grupos filiados e, acima de tudo, eleitores, como a centralização de uma

língua na gramática normativa, em instituições que tutelam o “certo e errado” na língua portuguesa e em detrimento da centrifugação de variantes linguísticas e na pureza linguística.

Dessa maneira, como diz Barbosa (2020), os PLs são produzidos na arena discursiva legislativa, pois

os 513 membros da Câmara dos Deputados não se reduzem ao número de cadeiras. Eles são eleitos por uma contabilização proporcional de votos o que implica compreender que há muito em jogo e os investimentos pessoais estão submetidos às intenções comunitárias da política expressa pelas vontades da instância cidadã. (Barbosa, 2020, p. 46)

Esta onda, como sabemos, é um fenômeno mundial, advindo de vários adeptos políticos internacionais (vide os movimentos nos EUA, França, Argentina, Itália, Reino Unido, Alemanha, etc) e ela se inseriu no cenário político brasileiro, como por exemplo, a maciça representação de partidos de direita no Congresso Nacional.

Os PLs em questão nos levam a compreensão da situação sócio-histórica da “onda conservadora” e seus espectros políticos em “direita”, “esquerda” e seus extremos (extrema-direita e extrema-esquerda) (Barbosa, 2020) e seu arraigamento nos poderes institucionais.¹⁷

Os propósitos discursivos, melhor dizendo, os projetos comunicacionais desses PLs são de persuadir, seduzir e informar seus adeptos de que há um inimigo linguístico que desafia a hegemonia de sua língua tradicional, que os caracteriza, e que nessa língua não há espaço para representações outras e que qualquer coisa diferente deles deve ser apartado do meio social. Esses são os graus de instruções mínimas sobre o projeto discursivo conservador ou, mais especificamente, bolsonarista, isto é, sua instância de produção enunciativa. Percebe-se dos enunciados acima levantados um posicionamento do sujeito no discurso. Há associações e percepção da realidade linguística (o reconhecimento de que existe uma variante linguística, a própria linguagem neutra), que o tematiza, o problematiza dentro de seu propósito enunciado acima, sendo seus resultados vistos pela orientação mais ampla, meio e situações sociais mais próximas.

Os discursos dos PLs estão intimamente ligados em relação ao contexto e às expectativas dos cidadãos, provocados pela instância política que os representa, daí sua

17 É importante atentar a seguinte observação a um momento importante da direita no Brasil: “a partir dos protestos em 2013 no Brasil, através das chamadas manifestações dos ‘20 centavos’, e seu desdobramento nas ‘jornadas de junho’ (Soares, 2017, p. 22), um cenário político emergiu transformando o contexto político e o desenho constitutivo das legislaturas (55ª e 56ª) da Câmara dos Deputados. A partir daí o protagonismo partidário da direita, sob viés das orientações ideológicas, passou a ser de um novo partido político: o PSL. Isso, evidentemente, na Câmara dos Deputados.” (Barbosa, 2020, p.34)

representação social conservadora, ou seja, o comportamento na política passa a ser um processo de representação. Sobre esta problemática e ao se debruçar sobre os PLs de onda conservadora, Barbosa (2020) expõe um seguinte fato também característicos dos projetos aqui levantados: a exposição de falsos dilemas que evocam certas ideologias, no nosso caso, as ideologias linguísticas que impõe certas representações. Essas representações na política nos tentam levar a uma dicotomização simplista entre esquerda e direita, suprimindo a pluralidade de posições e de diversos grupos.

É evidente que o conflito em torno da língua cria uma polêmica, desacordos que tentam traduzir essa simplificação do problema da linguagem neutra. Se há um debate público sobre esse tema e um grupo que concorda sobre certa estabilidade da língua, certo de que seu extremo potencializa uma dicotomização radical e, automaticamente, seus discursos extremistas. O discurso democrático, por outro lado, fica aquém de uma discussão saudável, salvo que essas dicotomizações não são absolutas, elas se modificam pela força da luta, pelo plano das interações verbais, das circunstâncias do discurso, pela força das ideologias e da alteração dos contextos sócio-históricos e culturais.

Isso nos ajuda a entender as conexões inerentes das relações que se constroem no tempo e no espaço das discussões dos gêneros PLs. Os projetos de lei (PL) são constituídos a partir de critérios de padronização direcionada a uma produção de lei. Sendo, pois, textos produzidos na instituição legislativa, portanto oficial, os modelos passam a ser genéricos e bem formatados. Para a delimitação temática de um PL, leva-se em conta uma situação comunicacional, o momento e as circunstâncias em que o tema é tratado, quando os discursos emergem e são direcionados a uma comunidade e/ou a vários públicos. No caso da linguagem neutra, os PLs atendem à demanda de um público em detrimento de outro, uma vez que são vislumbrados certos interesses de determinados grupos. Ao contrário da característica primeira de um projeto de lei, que é a negociação política das diferentes questões da sociedade, mesmo assim, percebemos jogos de poderes e interesses envolvidos na construção de um projeto de lei.

Primeiramente, um PL é elaborado por membros da esfera discursiva legislativa eleitos pelo povo em eleição direta, que passam a representar a população frente ao Estado. A resolução de problemas sociais, as lacunas legislativas, a manutenção de um direito previsto em lei, etc. são fatores que dizem respeito a um parlamentar a produzir um texto normativo, entre eles, a elaboração de leis, estas sendo elaboradas pelo poder legislativo, cuja execução e

observação cabe ao judiciário. A doutrina jurídica (Brasil, 1988; Wolkmer, 2003; Carvalho Filho, 2020; Moraes, 2019) chama isso de “pesos e contrapesos”, ou seja, a garantia que o cidadão tem contra o arbítrio do Estado representado pelo judiciário, legislativo e executivo, todos independentes e harmônicos entre si, segundo nossa constituição.

Vale lembrar que esses “pesos e contrapesos” têm um outro lado, não só a garantia, mas a coação social que as partes têm. A coação, no ramo do direito, conhecido como poder disciplinar, impõe à sociedade certos cumprimentos e respeito às leis. A própria lei, em relação a sua materialidade, isto é, sua “letra de lei” é uma forma de coação material, tem a intenção de atingir atos contrários a ela. Este ato é oriundo do poder legislativo. Posterior a isso, a justiça age para que as consequências da infração legislativa sejam observadas. Vemos aqui duas faces de coação do poder de lei, o poder legislativo e o judiciário, ambas em “harmonia” para manter a autoridade do estado.

Nota-se que nos PLs estão presentes os discursos dos parlamentares, isto é, dos congressistas que tem alguma filiação ideológica, mas para esses discursos chegarem ao produto de um PL, ele passa por todo o processo de produção de uma norma, como diz Teixeira Leite (2021, p.13), o discurso legislativo estão “nas discussões em torno do plano de trabalho em uma comissão, na apresentação de emendas, nas questões de ordem e requerimentos em plenário, na justificativa dada à sociedade para que o projeto seja aprovado, nas manifestações partidárias, dentre tantas outras situações”. Como mencionamos, o objetivo do PL e o próprio ato de legislar, de criar normas que diz respeito a uma coação da conduta humana, de atribuir sanções, que vai se respaldar no âmbito jurídico e representar uma generalização à conduta da sociedade. Isso quer dizer que o direito é uma representação de ordem social, que se debruça sobre temas, soluções de problemas inéditos, que tenta se direcionar para uma proibição futura, ou seja, “a produção legislativa se dá a partir de e sobre um presente, referente a situações reais que levam à propositura de projetos” (Teixeira Leite, 2021, p.13). Esta situação de legislar remete a valores e ideologias que qualificam uma situação, expressam uma insatisfação com o tema tratado, trazendo uma tensão pelo momento histórico em que determinada situação se encontra.

Em relação a linguagem neutra, esses PLs passam, pela força legislativa e pelo discurso legislativo, a uma autolegitimação da construção normativa e estabelece diretrizes de autoridade, validade e legitimidade de proibições dessa variante linguística. Um ponto importante do discurso legislativo que estamos vendo é a justificativa nos projetos de lei,

proposição para que a lei tenha que ser justificada, para que possa ter a possibilidade de se tornar norma para estabelecer novas formas de regulamentação, no caso, a proibição da linguagem neutra. É pelo discurso na justificativa que os argumentos promovem uma abertura para adesão e controle da população e demais órgãos de poder. Essa justificativa presente nos PLs são constituídas ideologicamente pela prática linguístico-discursiva, porque se trata de uma mensagem para seus pares e adeptos a uma certa ideia. Teixeira Leite (2021) explica que

a adesão da sociedade a um determinado sistema de normas não se dá pela força ou pela possibilidade de seu uso pelo Estado, mas o próprio conteúdo desse sistema e suas representações sociais – expressão de valores e interesses de seu tempo – acabam por garantir uma adesão mais eficiente aos comandos normativos. Embora o eventual uso da força por parte do Estado possa ter alguma influência, de fato as representações sociais envolvidas no sistema normativo tendem a exercer um papel muito relevante na adesão às normas, o que novamente revela como a instância discursiva constitui o fenômeno jurídico e normativo em geral [...] a justificação serve não apenas para fins jurídicos, mas também diz respeito nas questões político-eleitorais [...] a justificativa das proposições normativas deve conter de forma explícita e tão abrangente quanto possível valores ou interesses específicos, mesmo que abstratos, pois isso pode contribuir para que a ação legislativa seja revista por um eleitorado que eventualmente não possua um conhecimento específico sobre algumas das matérias legisladas. (Teixeira Leite, 2021, p. 21, 22)

Isso é um dos pretextos em que se operam as ideologias produzidas nas justificativas dos PLs que se entrecruzam entre intertextos e discursos alheios, em algumas frequências com o discurso jurídico para sustentar seus posicionamentos (Barbosa, 2020; Cardozo, 2016; Silva e Gomes, 2020). Como podemos observar nos excertos abaixo.

Quadro 4 – intertexto e discurso alheio

PL nº 5248, 2020	“Conforme salienta a presidente da Academia Argentina de Letras, Alicia Zorrilla...” “Primeiro, conforme pesquisadores da área de linguística...” “Sobre o tema, o linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr., em uma das mais aprofundadas pesquisas acerca desse objeto...” “Pautado no mesmo axioma, o professor da Unicamp, Sirio Possenti, explica...” “Face a todo o exposto, apresenta-se a presente proposição, cuja inspiração adveio do Projeto de Lei nº 3.325/2020, protocolado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pelos deputados estaduais Márcio
------------------	---

	Gualberto e Anderson Moraes, com o fim de garantir aos alunos de todo o Brasil o acesso e a aprendizagem da linguagem culta da língua portuguesa.”
PL nº 25001, 2023	“O presente projeto de lei visa proibir o ensino da Ideologia de Gênero e da Teoria Queer nas escolas públicas e privadas do Estado da Bahia.” “A American College of Pediatricians, uma das associações médicas de pediatria mais influentes dos Estados Unidos...” “segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico, 98% dos meninos e 88% das meninas confusos com seu gênero aceitam o seu sexo biológico naturalmente ao passar pela puberdade...” “Não por outra razão, o Supremo Tribunal Federal, por decisão unânime...”
PL nº 191, 2022	“é necessário que se entenda bem a língua portuguesa, a fim de afastar qualquer justificativa, nada plausível, para a adoção de uma ‘linguagem neutra’, pois cabe registrar que os pronomes masculinos para generalização não possuem qualquer cunho patriarcal ou machista, sendo que esta visão foi construída por uma má interpretação a respeito das línguas.”
PL nº 212, 2021	“Por exemplo, palavras como ‘todos’ ou ‘todas’ são substituídas por ‘todes’ ou ‘todx’. Pronomes como ‘dele’ ou ‘dela’ são substituídos por ‘dili’ ou ‘delx’. Ou seja, a prática visa usar palavras neutras, nem masculinas nem femininas.”

Fonte: o autor (2024)

O discurso, em termos bakhtinianos, constitui-se como um fenômeno da linguagem, porque se constrói a partir de várias posições ideológicas, de diferentes vozes ou pela polifonia e/ou pelo heterodiscurso, isto é, o diálogo em sua plenitude. Os excertos acima se sistematizam pela transmissão de discursos alheios pela intertextualidade entre os projetos de lei, como no caso do PL 5248 que se baseia em projetos anteriores, o que já nos apresenta o cronotopo da “onda conservadora” que se instalou em várias instâncias do país, daí o ativismo conservador da direita e seus simpatizantes.

Os discursos alheios, nesses excertos, são um modo de operação de ideologias sobre a língua, cujas produções são vistas e enfatizadas nas justificativas dos PLs que se descrevem a partir do entrecruzamento de vozes de autoridades linguísticas (a maioria distorcidas, diga-se de passagem) e entre o discurso jurídico (STF). As justificativas dos Projetos de Lei, como explicam Silva *et al.* (2020), apresentam, de forma genérica, elementos linguísticos textuais e discursivos que apresentam ideologias que operam entre posições favoráveis e contrários a um tema; ao contrário, nos nossos dados operam saberes contrários a linguagem neutra e apresentam itens lexicais negativos e de valorações axiológicas sobre os usuários da língua (como apontamos na subseção 5.3).

Os PLs acima, ao capturar os discursos alheios, expressam os aspectos de avaliação, de discurso autoritário, isto é, de uma hierarquia, que se distancia dos fatos sociais da língua ao defender um posicionamento, trazendo para o discurso autoridades “científicas” e jurídicas.

Esses discursos alheios passam a integrar um sistema de signos ideológicos que não dão conta da realidade dos fenômenos linguísticos, no que se refere a representação dos vários gêneros que reclamam uma maior visibilidade na língua; o fenômeno da linguagem neutra é uma mudança linguística demandada socialmente como tantas outras mudanças, tendo em vista o caráter heterogêneo, ideológico e heteroglóssico da linguagem. Mesmo que os PLs sejam contrários a esses fenômenos, não deixa de ser, também, uma enunciação ideológica e, os PLs, nesse caso, se caracterizam como forças que trabalham pela manutenção de uma visão homogênea de língua.

Ainda no bojo desse sistema que se criou, tendo em vista o cronotopo conservador, e a esfera legislativa dos PLs, os signos comportam duas faces. Na parte verbal carregam as entonações valorativas, ou seja, a seleção das palavras e suas disposições no interior dos PLs, por exemplo:

é necessário que se entenda bem a língua portuguesa, a fim de afastar qualquer justificativa, **nada plausível**, para a adoção de uma “linguagem neutra”, pois cabe registrar que os pronomes masculinos para generalização não possuem qualquer cunho patriarcal ou machista, sendo que esta visão foi construída por uma **má interpretação a respeito das línguas**. (PL nº 191, 2022, destaques nosso)

Na maioria das vezes, a Ideologia de Gênero e a Teoria Queer são ensinadas como **verdades absolutas** nas escolas, em detrimento da realidade biológica natural, o que gera grave **confusão psicológica** aos alunos. (PL 25001, 2023, destaques nosso)

Vê-se que a mencionada “**linguagem neutra**” **não pertence ao domínio da linguagem natural**. Caso se desenvolvesse de forma natural, com a adesão da população, de modo também natural seria absorvida ao léxico ao longo do tempo;

porém, o que se vê é uma visível tentativa de normalizar uma língua que não é natural e não corresponde à Língua Portuguesa, sendo, em verdade, **uma língua artificial laboratorial**, que pretende substituir a língua pátria ao arripio da Constituição Federal e dos normativos orientadores da educação. (PL 31, 2023, Destaques nosso)

E a parte extraverbal, quando se tem a situação que engloba o espaço e o tempo dos enunciados, quando se dá o objeto, o tema e atitude dos falantes frente a proposta da linguagem neutra.

O combate por parte de alguns parlamentares contra a linguagem neutra, por si só, é um reconhecimento que traz as questões que vão além do sistema linguístico tradicional; a proposta da linguagem neutra é um resgate dos que são silenciados pelos discursos ideológicos que tentam apagar seus representantes. Os discursos dos PLs se voltam ao tema da linguagem não binária, seu objeto, num meio dialogicamente agitado, tenso, violento e cheio de avaliações e acentos alheios que se entrelaçam nas complexas relações que se fundem num discurso conservador.

Essas proposições dos PLs são indispensáveis para as construções de sentidos das ideologias. Observando essas inter-relações da apropriação dos discursos “autorais” e do outro presente nesses enunciados, compreende-se que essas interações discursivas são práticas sociais que dão indícios de consciências linguísticos-discursivas dos sujeitos no uso da prática da linguagem, usadas para propósitos específicos, no caso, contra a linguagem neutra, na atividade legislativa, e do outro lado dos movimentos sociais para o reconhecimento, não apenas da linguagem, mas dos sujeitos que a usam. Com isso, na próxima subseção, iremos ver nos dados os conceitos de forças centrípetas e centrífugas.

5.2 A ideologia da língua única: o tensionamento entre forças centrípetas e forças centrífugas

Para esta subseção retomamos as ideias de Bakhtin (2015 [1975]) sobre a questão da língua única, das forças de unificação e centralização (forças centrípetas) e de estratificação e heterodiscurso (forças centrífugas) do mundo verboideológico. Essas ideias são práticas que atuam como forças para o mundo da ideologia, que delas nascem diferentes conceitos de sistema de linguagem, enunciados e indivíduos/os. Ele diz que os conteúdos basilares dessas ideias permanecem estáveis, mas são condicionadas a determinados destinos sócio-históricos, pois esses “destinos e tarefas determinaram tanto certas variedades de gêneros do discurso

ideológico quanto certas correntes verboideológicas e, enfim, uma determinada concepção filosófica de discurso” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 39) e são nelas que as forças centrípetas e centrífugas residem.

Diante disso e dos dados que vamos ver, a ideologia de língua única é expressão que carrega processos históricos de unificação e centralização linguística (forças centrípetas), que no caso presente, reduziu-se a gramática e a noção de língua nacional em que as relações de poder institucionais tomam para si o direito de impor certos limites à língua, o que indica certa oposição ao heterodiscurso, no caso a linguagem neutra. Excertos como:

Art. 1º É garantido aos estudantes do Distrito Federal o **direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas legais de ensino estabelecidas com base nas orientações nacionais de Educação pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** [...] Art. 3º **Fica expressamente proibida a denominada “linguagem neutra”** na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos. (PL 31, 2023. Destaques nosso)

Art. 1º **É vedado às instituições** de ensino no Mato Grosso do Sul, independentemente do nível de atuação e da natureza pública ou privada, bem como a bancas examinadoras de seleções e concursos públicos, inovar, em seus currículos escolares e em editais, novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, **em contrariedade às regras gramaticais consolidadas e nacionalmente ensinadas**. (PL 212, 2021. Destaques nosso)

Olavo Bilac, jornalista, contista, cronista, poeta brasileiro e membro fundador da **Academia Brasileira de Letras**, dava tamanha importância à língua nacional que chegou a afirmar que ela consistia na própria nação brasileira, observe: “**A instrução primária é a célula-mater da organização social**. Só por meio da sua difusão é que poderemos evitar a morte da nossa nacionalidade; porque **só a instrução primária pode conservar e expandir no país o uso da língua** que os nossos avós nos legaram, – e o que constitui a nacionalidade é propriamente a língua nacional. A pátria não é a raça, não é o meio, não é o conjunto dos aparelhos econômicos e políticos: **é o idioma criado ou herdado pelo povo**. Um povo só começa a perder a sua independência, a sua dignidade, a sua existência autônoma, quando começa a perder o amor do idioma natal.” (Informação retirada de: Instrução e patriotismo” In: Conferências literárias. 2a ed. São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1930, p. 301) [...] **A Constituição da República de 1988**, dispõe no seu artigo 13, que “a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”, por sua vez, o artigo 210, § 2º, dispõe que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa”, não deixando qualquer dúvida de que a língua portuguesa é o idioma oficial que deve ser adotado para o todo o ensino no território nacional. (PL 282, 2023. Destaques nosso)

Observamos o modo como os léxicos mobilizados (vedações, “direito ao aprendizado”, VOLP, reforma ortográfica, gramáticas e regras gramaticais) apontam para forças que tentam barrar o heterodiscurso, impondo limites para assegurar a cristalização

numa língua única. A heterodiscursividade da linguagem, nessa concepção, passa a ser substituída por uma “linguagem correta”, prevista em compêndios de regras. Assim, convém trazer novamente as palavras de Bakhtin:

A língua única e comum é um sistema de normas linguísticas. Contudo, essas normas não são um imperativo abstrato, mas forças criadoras da vida da língua, que superam o heterodiscurso da linguagem, unificam e centralizam o pensamento verboideológico, criam no interior da língua nacional heterodiscursiva um núcleo linguístico firme e estável da língua literária oficialmente reconhecida ou protegem essa língua já formada contra a pressão do crescente heterodiscurso. (Bakhtin, 2015 [1975], p. 40)

Com essas restrições, a língua é tomada ideologicamente e restrita a uma visão de mundo, a uma posição política. As forças centrípetas, aquelas que unificam a língua, como diz Bakhtin, atuam no meio efervescente das forças centrífugas, ou seja, no campo da estratificação ideológica de língua, de heterodiscurso. Porquanto, a linguagem neutra atacada nesses PLs é a estratificação, uma camada da língua essencial para a representação dos que não se identificam com a tradição gramatical e nem aí se encontram, isto é, uma linguagem expressamente sociológica, uma linguagem identitária.

A estratificação da linguagem não binária, tanto combatida nos dados, é diversamente discursiva e dinâmica, pois ela está ampliando e aprofundando a discussão de gênero na língua e, dessa forma, passa a se caracterizar como força centrífuga que combate as tendências centralizadoras que corroem os processos dialógicos. A menção a linguagem neutra, as vedações a ela e o sequestro da língua às regras, os acordos, as leis e instituições que vimos acima são forças que tentam centralizar e apagar o trabalho incessante do processo de descentralização das forças centrífugas da linguagem.

Os PLs são, nesse sentido, estratégias de manutenção de poder a fim de deter a estratificação da linguagem neutra, sobrecarregando-a de acentos atípicos: *“aprendizado destoante das normas e orientações legais de ensino [...] casuísticas ou representativas de interesses segmentados e minoritários [...] ‘linguagem neutra’ não pertence ao domínio da linguagem natural [...] língua que não é natural e não corresponde à Língua Portuguesa, sendo, em verdade, uma língua artificial laboratorial”* (PL 31, 2023), mostrando um ponto de vista restrito sobre a língua, significando uma posição sócio-ideológica do momento sócio-histórico de polarização de ideias.

Ainda sobre as forças que mencionamos antes, em especial a centrífuga, ou seja, a que leva a língua a se afastar das formas normativas para novas funções e/ou outras variantes, o

que vemos nos PLs ora analisados. Segundo Bagno (2003), as forças centrífugas são um movimento ininterrupto, um processo de mudança provocado pelos falantes. No ambiente social, as forças centrífugas, no caso a linguagem neutra, esbarram nas centrípetas, aquelas que agem sobre a língua, que a refreiam e que a contém. As centrípetas são exercidas pelas instituições que impõem algum controle sobre a língua, como a escola, no caso dos dados, as instituições como as próprias casas legislativas e judiciárias e, como observamos, outras instituições contribuem para refrear a inclusão de gênero na língua, como: a Academia Brasileira de Letras, gramáticas, dicionários (VOLP), acordos ortográficos e o sistema jurídico, etc.

5.2.1 – Ideologia linguística da língua única e os ecos do colonialismo linguístico

Em relação a subseção anterior, no entanto, não basta reconhecer tais instituições que atuam na centralização da língua, é preciso compreender que subjaz a essas instituições e seus argumentos uma raiz colonial de força centrípeta, conhecido como colonialismo linguístico. Os argumentos do PL 282 de 2021 evidenciam esse tipo de colonialismo:

A partir do descobrimento do Brasil por Portugal, com as grandes navegações a partir do século XV d.C., o nosso país adotou a língua portuguesa, derivada do latim vulgar, provindo do Império Romano, como língua oficial da nação brasileira. A língua portuguesa é patrimônio nacional, que tem servido como instrumento de expressão da nação brasileira desde a sua fundação e como tal deve ser preservada.

A Constituição da República de 1988, dispõe no seu artigo 13, que "a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil", por sua vez, o artigo 210, §

2o, dispõe que "o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa", não deixando qualquer dúvida de que a língua portuguesa é o idioma oficial que deve ser adotado para o todo o ensino no território nacional.

Terminamos com os dizeres da L'Académie Française, órgão semelhante à nossa Academia Brasileira de Letras, o qual se posicionou sobre o movimento da linguagem neutra na língua francesa: "Frente a essa aberração 'inclusiva', a língua francesa está agora em perigo mortal, pelo qual nossa nação é responsável agora para as gerações futuras". Perigo linguístico mortal: é exatamente isso que representa o pseudoinclusivo dialeto não binário." (PL 282, 2021)

Há nesses excertos três pontos cruciais de colonialismo linguístico, uma ideologia linguística estrutural e histórica de refreamento das forças centrífugas: a chegada dos portugueses ao Brasil, tornando-o colônia portuguesa; a constituição de 1988 e as academias francesa e brasileira. Esses três remetem a heranças da construção do imaginário da língua

brasileira, pois estava ligada a uma ideia de identidade nacional, esta como discussão política e ideológica de língua. A evidência (Mariani, 2004) é que houve um protagonismo da política e influência da literatura burguesa que se encontravam na tensão entre língua brasileira/nação e as forças da colonização portuguesa e a inserção de suas gramáticas, suas memórias externas que forjavam uma homogeneidade linguística. Já havia desde esta época o embate de forças entre o português brasileiro e o português de Portugal que se “historicizam de modos diferentes, possuem memórias diferentes, sendo, portanto, línguas que *significam* de maneiras diferentes” (Mariani, 2004, p. 18, destaque da autora).

Há ainda no primeiro excerto a ideia cristalizada da origem da língua brasileira vinda do latim, confusão entre data histórica e chegada dos portugueses em terras brasileiras, mas o ponto é a memória linguística (português) que se institucionaliza como sendo a do Brasil e que ao mesmo tempo legitima um imaginário de língua que toma a língua portuguesa como evidência de “patrimônio nacional”. Sobre este fato,

A colonização linguística resulta de um acontecimento na trajetória de nações com línguas e memórias diferenciadas e sem contato. Trata-se de um processo histórico de confronto entre línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos dessemelhantes, em condições assimétricas de poder tais que a língua colonizadora tem condições políticas e jurídicas para se impor e se legitimar relativamente à(s) outra(s) colonizadas(s). (Mariani, 2004, p. 19)

A Língua que se institucionaliza pelo PL 282 de 2021 é uma imposição que está intimamente ligada ao projeto colonizador português, quando se imagina uma relação língua-nação. Isso força uma língua de elite, administrativamente estagnada, sustentada por autoridade jurídica, sem falar dos pormenores eclesiásticos.

Analisando pela ótica dos estudos da ideologia linguística, o PL 282 de 2021 identifica-se na primeira categoria postulada por Kroskrity (2010) quando discorre que *as ideologias linguísticas representam a percepção da linguagem e do discurso que é construída no interesse de um grupo social ou cultural específico*, ou seja, a noção do congressista sobre a linguagem, do que é uma língua “verdadeira” ou “moralmente boa” é fundamentada numa experiência de interesses políticos, numa tentativa de usar a linguagem como local para promover, proteger e legitimar esses interesses, seu programa nacionalista de padronização da linguagem, que apela a seus pares para tornar a linguagem neutra como uma “aberração”. É preciso considerar que essa visão de língua também é uma visão político-econômica, uma vez que a imposição de uma língua padrão apoiado pelo Estado sempre beneficia alguns grupos

sociais em detrimento de outros. Como diz Kroskrity (2010), esse tipo de posição é o mito da linguagem sociopoliticamente desinteressada, embora os interesses se tornem mais visíveis quando encarnados por grupos em contenda aberta.

A ideologia da língua padrão, por esta visão, é uma abstração de língua, idealizada, imposta e mantida por instituições dominantes que têm a língua escrita como modelo, extraída do colonialismo linguístico, principalmente do discurso da classe alta e média. Ainda, segundo Kroskrity (2010), tendo em vista o PL ora mencionado, esse tipo de ideologia linguística promove

o processo de subordinação da linguagem”, que equivale a um programa de mistificação linguística empreendido por instituições dominantes, projetado para valorizar simultaneamente a língua padrão e outros aspectos da “cultura dominante”, enquanto desvaloriza a língua não padrão e suas formas culturais associadas. (Kroskrity, 2010, p. 196, tradução nossa)¹⁸

Acrescenta-se que em conformidade com esta postura ideológica de linguagem, a suposta superioridade de uma língua padrão, baseada em deliberações institucionais e estruturais é uma forte influência político-econômica de classes sociais abastadas que se beneficiam de uma estratificação social que consolida e mantém sua posição privilegiada. Já para Woolard e Schieffelin (1998), a identificação de uma língua com um povo tem recebido a maior atenção, isto é,

É uma verdade óbvia que a equação entre língua e nação é uma construção histórica e ideológica [...] Exportada através do colonialismo para se tornar um modelo dominante em todo o mundo atualmente, a ideologia nacionalista da língua estrutura a política estatal, desafia estados multilíngues e sustenta lutas étnicas a tal ponto que a ausência de uma língua distinta pode lançar dúvidas sobre a legitimidade das reivindicações de pertencimento a uma nação. (Woolard e Schieffelin, 1998, p. 60, destaque da autora, tradução nossa)¹⁹

Olhando novamente para os três excertos do PL 282 de 2021 e trazendo para a questão discursiva, a língua e os proponentes da linguagem neutra são discursivizados por uma matriz

18 This language ideology promotes ‘the language subordination process’ which amounts to a program of linguistic mystification undertaken by dominant institutions designed to simultaneously valorize the standard language and other aspects of ‘mainstream culture’ while devaluing the nonstandard and its associated cultural forms.

19 The identification of a language with a people has been given the most attention [...] It is a truism that the equation of language and nation is a historical, ideological construct [...] Exported through colonialism to become a dominant model around the world today, the nationalist ideology of language structures state policies, challenges multilingual states, and underpins ethnic struggles to such an extent that the absence of a distinct language can cast doubt on the legitimacy of claims to nationhood.

de poder centrada na colonialidade. O discurso colonial implica o “enquadramento dos povos e línguas em uma chave de interpretação eurocêntrica, gerando efeitos ainda vivos contemporaneamente” (Severo, 2016, p. 11). Essa ideia de língua nasce do contexto colonial, ou seja, a língua é tomada como produto de dominação colonial para gestão e controles dos povos, o que cria uma diferenciação, uma hierarquização e naturalização da desigualdade cultural a partir de uma visão cristã e/ou iluminista. A partir disso, podemos pontuar que o discurso colonial (Severo, 2016, p. 12-18):

- Constitui uma matriz colonial de poder (colonialidade) de exploração e controle de terras, povos e línguas;
- Como um conjunto amplo e heterogêneo de práticas e discursos que englobam leis, documentos, tratados, cartas, cartografias, relatos de viajantes, crônicas, ilustrações artísticas, anotações de viagem, gramáticas, dicionários, listas de palavras, traduções de textos, invenção/adaptação de alfabetos, entre outros;
- Como apropriação do continente e sua integração no imaginário eurocristiano;
- Como processo de exploração e invenção dos povos e línguas se alimentou do impulso cristão de conversão e evangelização;
- Como comparação e hierarquização das línguas a partir de uma chave ilógica que legitimaram discursos de dominação política de povos, reforçados pelo conceito naturalista de língua e de sua “evolução”;
- Não vê as línguas como realidades autônomas e abstratas, mas como ato de descrição e nomeação de uma dada ideia de língua;
- As línguas foram tomadas como instrumento colonizatório, passíveis de nomeação, classificação, descrição e transcrição ortográfica seguindo o modelo das línguas latinas;
- A ideia de língua como unidade – fruto do processo de nomeação, diferenciação e classificação das línguas – favoreceu as políticas estatais centradas no modelo dos Estados modernos e racionalizados (iluminismo);
- A concepção positivista de língua como unidades fixas passíveis de descrição, nomeação, classificação, repartição em unidades menores justificou e justifica políticas estatais de oficialização de línguas;

Para Severo, isso implicou numa invenção da América pelo colonialismo e consequentemente de língua. Já para Makoni *et al* (2015, p. 15-16),

A ideologia da invenção opera como uma crítica da imposição linguística ou do imperialismo linguístico, não no sentido de que línguas dominantes são impostas a grupos minoritários, mas no sentido de que a imposição reside nas maneiras como as formas linguísticas são constituídas/construídas como línguas, e na maneira como definições particulares daquilo que conta como língua são construídas e impostas [...] Este projeto de invenção precisa, portanto, ser visto não apenas como parte de esforços europeus em desenhar o mundo de acordo com sua própria imagem, mas como parte de uma ideologia contável que foi um pilar do governo europeu e da vigilância do mundo.

Portanto, os argumentos do PL 282 que se apoiam ao texto constitucional e as deliberações das academias francesas e brasileiras são discursos que impõem uma força centrípeta institucionalizadora de normas linguísticas que traz memórias não brasileiras, mas uma memória de colonização. Os efeitos ideológicos da colonização reenunciados no PL 282 dialoga com um processo de colonização linguística trazidas pelos europeus, de suas grandes metrópoles, transformando língua e nação em um projeto único de dominação de homogeneidade e pureza linguística, o que vamos ver na próxima seção.

5.2.2 Ideologia da língua culta e homogênea

Para a discussão da ideologia de homogeneidade e pureza linguística e de língua como norma, retomamos da seção anterior a ideia da língua institucionalizada. Como diz Mariani (2004), pela ótica da colonização, as instituições tomam para si um processo social já em curso, tornando esse processo aparentemente visível socialmente, para depois trazê-lo para os sistemas de normas e leis, o que estamos vendo em relação a linguagem neutra sendo discutida nas assembleias, congressos e mídias, sendo proibida nos projetos que estamos vendo. A ideologia linguística, nesse caso, repete um discurso sobre a língua, imaginando-a como uma unidade, uma homogeneidade. Essa defesa de uma língua como instituição, única, no sentido de língua nacional e/ou oficial ou como é conhecida nos documentos oficiais como língua materna, traz em seu bojo uma norma escrita. Essa norma, também conhecida como norma culta, passa pelo processo de gramaticalização.

Mas antes, é possível observar como a norma culta escancara a ideia de pureza linguística e homogeneidade. Nos seis PLs que aqui trazemos, todos são unânimes em uma orientação legal de ensino de língua, conforme a norma culta. Por exemplo, nos PLs 31 de

2023; 282 de 2021 e 5248 de 2020 trazem explicitamente as expressões “norma culta” e “orientações legais”:

o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as **normas e orientações legais de ensino** [...] Defende-se que existe, constitucionalmente, um direito do estudante, com base no direito à educação de qualidade, de realizar as aprendizagens da língua, conforme a **norma culta e as orientações legais** e infralegais que regem a educação brasileira. (PL 31, 2023, Destaques nosso)

Art. 1º Fica garantido aos estudantes pernambucanos o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a **norma culta e orientações legais** de ensino estabelecidas com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) [...] Art. 4º A violação do direito do estudante estabelecido no Art. 1º desta Lei acarretará sanções às instituições de ensino privadas e aos profissionais da educação que concorrerem em ministrar conteúdos adversos aos estudantes, prejudicando direta ou indiretamente seu aprendizado da **norma culta** da Língua Portuguesa. (PL 282, 2021, Destaques nosso)

Art. 1º Fica assegurado aos estudantes de todo território nacional o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a **norma culta**, com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) e com a grafia fixada no tratado internacional vinculativo do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, de 16 de dezembro de 1990. (PL 5248, 2020, Destaques nosso)

Nos estudos de linguagem, a expressão “norma culta” abriga alguns conceitos (Bagno, 2003; Faraco, 2008). Destacamos o termo técnico e o tradicional, conhecido como o de senso comum, o que circula na sociedade e nas mídias, isto é, o “certo” e o “errado” de falar. Nos excertos acima, observamos que a expressão “norma culta” vem acompanhada de outras expressões como “orientações legais de ensino”, “Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”, “Gramática”, “reforma ortográfica”, “Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)”. O senso comum de norma culta entende que a maneira de falar a língua se encontra no conjunto de regras e preceitos presentes nesses documentos. A gramática, por sua vez, é a grande protagonista de monitoramento da fala, contradizendo sua atividade peculiar linguística, a escrita. Bagno (2003), define norma culta como uma inspiração nos usos das grandes obras literárias em que os gramáticos preservam esses usos, compondo, assim, um modelo de língua, uma forma padrão a ser observada, lastro esse, também observado nos documentos mencionados nos PLs.

Em relação ao termo técnico, é designada como uma linguagem empregada pelas pessoas mais favorecidas, com ensino superior completo, de cultura urbana e que seguem uma

longa tradição gramatical. Nesses dois termos mora uma problemática: o preconceito, mais pelo fato da postura das pessoas diante dos fatos linguísticos, pois, uma maioria, tanto refletido nos PLs acima, tentam encontrar nas diferentes manifestações linguísticas um ideal de língua, um padrão, uma obrigação homogênea. Ao contrário disso, terá que ser apartada da linguagem como é mostrado no seguinte excerto:

Art. 1º É vedado às instituições de ensino [...] inovar, em seus currículos escolares e em editais, novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas e nacionalmente ensinadas.

Parágrafo único. Nos ambientes formais de ensino e educação, é vedado o emprego de linguagem que, corrompendo as regras gramaticais, pretenda se referir a gênero neutro, inexistente na língua portuguesa. (PL 212, 2021)

Diante disso, a linguagem neutra se encontra num arcabouço de proibições que se baseiam numa norma culta que não prestigia as instâncias de variedades linguísticas, cercada pelas fórmulas do certo e errado, como diz Bagno (2003, p. 56), “produto de uma seleção-exclusão que corresponde às seleções-exclusões que vigoram na organização da sociedade”.

Em vista da língua institucionalizada, do discurso legislativo e da ideologia linguística de homogeneidade e pureza linguística, a expressão “norma culta” carrega em si fatores sócio-históricos do processo de gramatização (Auroux, 2009) e grafocentrismo (Signorini, Lucena, 2023). Nos PLs ora mencionados, não se encontrou o processo de gramaticalização como ferramenta científico-linguística, mas como um conjunto padrão de regras, cuja base é muito frágil. A gramatização, segundo Auroux (2009), é um processo que *descreve* e *instrumentaliza* uma língua em duas tecnologias metalinguísticas, isto é, a gramática e o dicionário, que pressupõem uma alfabetização, a transcrição de uma língua, caso muito refletido nos últimos excertos dos PLs aqui trazidos, que se apoiam em documentos oficiais e gramática, quando mora o problema de memorização e decifração da língua. Como bem lembra Bagno (2003) e Faraco (2008), a norma culta fica designada a uma ideia de abstração em que só os poucos iluminados conseguem abstraí-la. Daí, o outro lado da gramatização: o núcleo da língua normatizada, a fragmentação da língua, ou seja, a redução da variação linguística, deixando a língua, como diz Auroux (2009), exposta a um *linguicídio*.

Nesse ínterim, a escola, muito mencionada nos PLs e um dos alvos de aplicação de proibição da linguagem neutra, é vista como lugar altamente associado ao grafocentrismo. Este, estudado em contexto de ativismo algorítmico bolsonarista (Signorini; Lucena, 2023),

está associado às ideologias linguísticas de nacionalismo de língua e ao letramento escolar, no sentido da noção de correção formal parametrizada pela escrita, ou seja, uma ideologia que tem como mote as formas alfabéticas de letramento, ideologia que permanece desde a colonialidade que universalizava a escrita.

O enquadramento do grafocentrismo é muito valorizado em contextos conservadores, primeiro pelos discursos institucionais que afetam as escolas pela ideologia do “certo” e “errado” no sentido gramatical e ortográfico, deixando de lado o texto e o discurso, valorizando, na sua maior parte, o ensino da gramática normativa nas aulas de português. Notamos, com isso, uma legitimação por parte dos parlamentares a intenção pelos PLs e o seu repúdio à linguagem neutra, em detrimento de um sistema linguístico da variação.

Signorini e Lucena (2023), ao observarem a ideologia do grafocentrismo em redes sociais bolsonaristas, perceberam que

além do apelo à concepção grafocêntrica da língua como sistema (sintaxe), o apelo ao conceito naturalista de uma relação biunívoca entre a ordem do sistema linguístico e a ordem do mundo (realidade), de modo que uma perturbação na ordem do linguístico implicaria numa perturbação na “percepção da realidade” e a consequente instauração de uma espécie de regime do falso, da irrealidade (“não linguagem”):

Além das redes sociais, tal ideologia veio a se refletir ou a se repetir no PL 31 de 2023, como mostrado neste excerto da justificativa:

Vê-se que a mencionada “linguagem neutra” não pertence ao domínio da linguagem natural. Caso se desenvolvesse de forma natural, com a adesão da população, de modo também natural seria absorvida ao léxico ao longo do tempo; porém, o que se vê é uma visível tentativa de normalizar uma língua que não é natural e não corresponde à Língua Portuguesa, sendo, em verdade, uma língua artificial laboratorial, que pretende substituir a língua pátria ao arripio da Constituição Federal e dos normativos orientadores da educação. (PL 31, 2023)

O aspecto desse grafocentrismo, nesse caso, é só mais uma força centrípeta da normatização e padronização institucionalizada, pelo meio legislativo, de desvalorizar as diferenças linguísticas e supervalorizar uma avaliação de uso linguístico colonial, tanto em cena escolar quanto em testes públicos de acesso aos serviços públicos e o apagamento de questionamentos linguísticos que surgem na sociedade. Nesse último excerto, é bom pontuar, há uma inversão de ideias, impondo que a linguagem neutra radicaliza a língua nacional colonial, que ela é uma língua inventada, artificial, criadas por pessoas autoritárias e que

tentam centralizar a língua, sendo que o poder centralizador de língua vem da força centrípeta aqui observada. Assim, na seção a seguir, serão abordadas as ideologias linguísticas direcionadas às pessoas LGBTQIA +.

5.3 Ideologia Linguística com relação aos falantes: a valorização das pessoas LGBTQIA+

Além das ideologias linguísticas identificadas nas seções anteriores, neste iremos nos debruçar nas ideologias que são direcionadas às pessoas LGBTQIA+ e da valorização que são dadas a elas. As ideologias linguísticas não se tratam somente sobre a língua(gem), mas, também, a seus falantes no momento enunciativo, em seu contexto sócio-histórico. Nesse momento de polaridade em relação a linguagem neutra, a indexicalidade e os signos ideológicos em suas mobilidades específicas nos ajudam a entender os discursos direcionados ao grupo LGBTQIA+. A título de exemplo, foi lançada uma nota da escola Liceu Franco-brasileiro do Rio de Janeiro, em 2020 divulgando o apoio da direção pedagógica ao uso da linguagem inclusiva (Seidel, 2021). A partir de então, o tema da linguagem neutra voltou a ganhar destaque. Isso motivou o surgimento de quatro projetos de lei pelo Brasil. Dois deles compõe a base de dados desta pesquisa, o PL 3.325, de 12 de novembro, de autoria dos deputados Márcio Gualberto e Anderson Moraes, do Partido Social Liberal (PSL) do Rio de Janeiro e o PL 5.248 do deputado federal Guilherme Derrite, do Progressista (PP) de São Paulo. Este último será analisado nesta seção, devido a proposição representar partidos de direita, de posicionamentos conservadores, de ser de alcance nacional e pela grande influência que exerceu aos demais projetos que seguiram depois dele, tornando-se um padrão e por seu discurso ser direcionado aos falantes LGBTQIA+. O outro motivo, também, por ser um dado de segunda mão, isto é, já apreciado por outros pesquisadores e que servirá como ponto de partida para a análise das ideologias linguísticas.

Ao olhar para os projetos de lei que surgiram nos anos de 2020 e 2021, Barbosa Filho (2022) observa que há diversos sentidos de linguagem que marcam os pactos ideológicos sustentados nos discursos do texto normativo e identifica uma disputa em torno da linguagem neutra. Há no projeto um certo efeito de homogeneidade da língua quando se refere aos termos “de acordo com a norma culta e orientações legais” como os DCNs, o VOLP e o acordo ortográfico, como já vimos nas seções anteriores. Efeito que é acentuado

ideologicamente na justificativa do projeto e principalmente referente a linguagem neutra e seus defensores.

Barbosa Filho (2022) infere que há uma tensão em torno de uma suposta proteção articulada no PL, isto é, uma articulação do proteger o “nós” distintamente “deles”; ora se protege a língua e ora se protege o “estudante”. Além disso, há uma ambiguidade quanto ao que se quer proteger no PL, o estudante ou a língua: “*o direito dos estudantes*” ou “*qualquer outra que descaracterize o uso da norma culta*”, deixando a entender que do outro lado há um grupo que deve ser combatido.

Pois estabelecer um direito designa uma proteção, mas essa proteção é proteger alguém de alguma coisa, que, no caso desses projetos, é proteger a língua/a norma culta dos “defensores da ideologia gênero” e garantir uma punição a quem violar este preceito como se pode observar no artigo 3º ao intercambiar a “violação do direito do estudante” com “sanções”:

Art. 3º A violação do direito do estudante estabelecido no artigo 1º desta Lei, acarretará sanções às instituições de ensino e aos profissionais de educação que concorrerem em ministrar conteúdos adversos aos estudantes, nos termos de norma regulamentadora a ser expedida pelo Governo Federal. (PL 5248, 2020)

Esse direito é delimitado à “língua portuguesa” que funciona como uma sinonímia de “norma culta” e a violação desse direito é caracterizado como uma “descaracterização da norma culta”, porquanto uma maculação, uma sujeira do que é puro, mas é na justificativa do projeto que encontramos toda a filiação, a carga semântica, a valoração e a ideologia linguística produzida contra a linguagem neutra e seus falantes que maculam e sujam o que é puro, os profanadores do lado de lá.

Nota-se que o teor desse projeto é a defesa de uma língua hegemônica, única e intocável, noção ideologicamente aparente de homogeneidade cultural, moral e política. Woolard (2021), ao discutir essa questão em sociedades tradicionais, explica que as ideologias da linguagem são representações morais e politicamente carregadas da natureza, estrutura e uso das línguas em um mundo social, porque implícita ou explicitamente representam não apenas como a linguagem é, mas como ela deveria ser de forma forçosa essas ideologias da linguagem. Ademais, além de ser promovidas por membros de uma comunidade, também são promovidas por instituições oficiais e de elite, como no caso do PL 5.248/2020 que tenta padronizar a variabilidade linguística por instituição de poder, que tenta moldar a experiência

dos membros de uma comunidade e resiste a estratificação da variedade linguística neutra. Conforme Bakhtin salienta, a estratificação é uma luta real que se firma na língua, isto é, no heterodiscurso e no uso intencional de um gênero do discurso, comumente visto nos textos normativos.

As denominações em torno da linguagem neutra e de seus falantes, como vemos no PL acima, são signos ideológicos de oposição à nova linguagem que se caracterizam como formas de inversão de valores. Como explica Woolard (2021, p. 2-3), às vezes as ideologias linguísticas não parecem tratar somente sobre a língua. Mas, no caso deste PL, infere-se fundamentos institucionais que regimentam desigualdades e de julgamentos sobre a linguagem e a inteligência da/do falante. A contenda expressa em relação ao termo linguagem neutra é perceptível nas seguintes expressões do PL:

Quadro 5 – denominações à linguagem neutra

<i>“dialeto não binário”</i>	<i>“neolinguagem”</i>
<i>“qualquer outra que descaracterize o uso da norma culta”</i>	<i>“modelo que não possui qualquer apoio científico, carecendo de fundamento linguístico, o que o coloca fora do sistema gramatical”</i>
<i>“posição sociopolítica, que, nem de longe, representa uma demanda social, mas de minúsculos grupos militantes, que têm por objetivo avançar suas agendas ideológicas, utilizando a comunidade escolar como massa de manobra”</i>	<i>“expressão de pensamento” e “modismo ideológico”</i>

Fonte: PL 5.248/2020

Além de serem signos ideológicos, essas denominações são avaliações apreciativas depreciativas, imputando-lhes aos falantes o traço de uma ideologia negativa: *“agendas ideológicas”*, *“modismo ideológico”*, e de sentidos pejorativos: *“minúsculos grupos militantes”*.

Esses termos possuem uma carga negativa de ideologia, como bem lembra Barbosa Filho (2022), uma ideologia do “lado de lá”, que deturpa: *“descaracterize a norma culta”*, *“que pretende modificar a utilização da vogal temática”*, *“tentativa forçada de modificação da língua portuguesa”*, *“para que não se utilize mais o plural masculino”*.

Esses fatos tornam evidentes que a “interpretação” da forma linguística é uma maneira ideológica de impor um modelo de língua e que minimiza os atos das/dos falantes e a importância de significados sociais sobre as estruturas e de construções pragmáticas na língua.

Diante disso, concordamos com Butturi Júnior (2022) quando vê que os PLs relacionados a linguagem neutra materializam as táticas de regime de exceção que levam a uma precarização das subjetividades da comunidade LGBTQIA+, levando-os ao assassinio civil, ao silenciamento e sua desqualificação, o que caracteriza o avanço da nova direita e reinvenção do fascismo populista que trazem em seu discurso moralidades como forma de pânico e a linguagem neutra é usada como subterfúgio para base desses discursos. Esta soma discursiva é performance coletiva de ideologias da “onda conservadora”. Por isso que não é apenas uma prescrição linguística, mas uma construção de aliança de um grupo sócio-histórico que enquadram a linguagem da minoria como ilegítimo e desqualifica seus falantes.

Ao nos levarmos a este percurso, nos encontramos em nosso primeiro objetivo específico, ou seja, as ideologias linguísticas que são materializadas nas práticas discursivas legislativas, nas quais performances linguísticas estão em ação e contingência: o discurso legislativo conservador e a nova linguagem que vem se contrapor a esse discurso e a encontrar seu lugar na sociedade. Ao olharmos novamente ao exemplo dado no começo desta subseção que

foi a partir do tímido aparecimento das formas da linguagem neutra nos espaços de ensino brasileiros que se fortaleceu o enredamento entre linguagem neutra e pânico moral diante da “ideologia de gênero”, arregimentando, ainda, a proteção à infância e a “defesa da língua portuguesa” – leia-se, adiante, como nos PLs e na fala de linguistas é regular a aparição da adesão às normas gramaticais como tática de perseguição à linguagem neutra e quem ouse inscrever suas formas no espaço público. (Butturi Júnior, 2022, p. 337)

Os discursos que ora presenciamos atualmente e os trazidos até aqui, além de herdarem uma invenção linguística colonial, inventam a população LGBTQIA+, incutindo-os como seres perigosos, como no caso do PL 282 de 2021 ao usar o interdiscurso colonizador: *“Frente a essa aberração ‘inclusiva’, a língua francesa está agora em perigo mortal, pelo qual nossa nação é responsável agora para as gerações futuras”. Perigo linguístico mortal: é exatamente isso que representa o pseudoinclusivo dialeto não binário.”*, indexalizando sua linguagem como aberrante, que segundo eles anormaliza a língua portuguesa:

Vê-se que a mencionada “linguagem neutra” não pertence ao domínio da linguagem natural. Caso se desenvolvesse de forma natural, com a adesão da população, de modo também natural seria absorvida ao léxico ao longo do tempo; porém, o que se vê é uma visível tentativa de normalizar uma língua que não é natural e não corresponde à Língua Portuguesa, sendo, em verdade, uma língua artificial laboratorial, que pretende substituir a língua pátria ao arripio da Constituição Federal e dos normativos orientadores da educação. (PL 31, 2023)

Assim, sónica, ideológica (Volóchinov, 2018[1929]) e indexicamente (Blommaert, 2006), o que se analisa é o silenciamento das lutas como destruição da linguagem neutra pelos instrumentos de poder da política linguística e jurídica de combate (Butturi Júnior, 2022). Reforçando o que dissemos no referencial teórico, para analisar os enunciados estabelecidos nos PLs, nos pautamos no conceito de indexicalidade (Silverstein, 1979, Blommaert, 2006, 2014, Del Valle; Meirinho-Guede, 2017; Woolard; Schieffelin, 1994, 1998; Kroskrity, 2004; Irvine; Gal, 2000) para indicar a relação entre a polaridade do “nós” contra “eles” e suas performances, pois, para nós, a

A indexicalização é um construto teórico-analítico por meio do qual podem se analisar os recursos semióticos como índices, guiando o processo de significação simultaneamente por meio de escalas micro e macro contextuais. Assim, conforme Silverstein (2003), as marcas/índices linguísticos passíveis de serem apreendidos localmente na enunciação sinalizam as ações dos participantes nela envolvidos, e estão sempre pautadas por convenções e projeções de natureza textual, semiótica e social. A interpretação de uma determinada situação discursiva é, portanto, sempre contextualizada, e sinaliza (indexica) aspectos culturais locais e compartilhados. Dessa forma, o que chamamos de “fato indexical” relaciona-se com as normas de uso e as regras sociais indicadas por determinados signos, pois todo e qualquer signo indexical é capaz de criar e de pressupor contextos específicos, apontando para tais contextos e para as regularizações que os caracterizam (Silverstein, 2003). (Biondo, 2019, p. 303)

De igual modo, o projeto de lei 5.248/2020 demonstra a categoria de indexação (indexicalidade, ordem indexical e inversão indexical) estudado por Woolard (2021). A indexicalidade, como discutido no referencial teórico, é um índice (sinal), cujo significado é associado com o seu objeto, isto é, ele aponta para algo no contexto em que ocorre, no caso, formas linguísticas são associadas aos falantes e essa forma linguística entende-se como indexical. O exemplo é a linguagem neutra, cuja forma linguística é a proposta de mudança e/ou acréscimo das terminações (x, @, -e) nas palavras binárias, muito associado às pessoas LGBTQIA+. Woolard (2021) explica que as indexicalidades são associações, percepções concebidas ideologicamente e que não existem indexicalidades social pré-ideológica, pois essas associações e percepções são processos ideológicos, pois, identifica-se que nos indexicais há

um processo de posicionamento parcial. No caso da linguagem neutra, associa-se às formas linguísticas a um grupo de falantes, mencionado acima, mas no caso do PL 5248, tenta se garantir de um maior alcance, caso isso falhe, como: “às instituições de ensino e aos profissionais de educação que concorrerem em ministrar conteúdos adversos aos estudantes”.

Recorremos a essa categoria de análise dos estudos das ideologias linguísticas para poder entender a imputação aos falantes/defensores da linguagem neutra presente no PL 5248 e pelo motivo de estar diretamente ligada à noção de signo ideológico do Círculo. A indexicalidade ou indicialidade, reforçando o que dissemos anteriormente, refere-se

ao fato de que os sentidos e os valores sociais indiciados pela conexão entre signos linguísticos (ou mesmo determinadas ações pela linguagem) e traços culturais e sociais de determinados grupos sociais não são aleatórios, mas organizados em termos de um regime simbólico que os vincula fortemente. (Bentes *et al.*, 2022, p. 97)

De maneira geral, e reforçando o que discutimos aqui, a linguagem neutra é uma reivindicação de grupos que não se identificam com as formas binárias na língua e propõem um terceiro gênero, o não binário ou gênero neutro. A ordem indexical diz respeito ao significado da variável linguística que o participante interpreta para se posicionar socialmente no mundo a fim de alcançar seu objetivo. Nesta ordem, o autor do projeto de lei 5248 tenta explicar e naturalizar a associação linguística que registra um modelo cultural de língua, de maneira a associar certos contextos conservadores de falantes, os que falam a língua portuguesa de norma culta, a certos contextos de falantes deturpadores de uma língua intocável. Como propõe Woolard (2021, p. 10, tradução nossa): “À medida que essas interpretações surgem, os falantes podem explorar tais formas ideologicamente valorizadas, alterando estilos em sua própria fala para projetar uma qualidade ou como um ato de identidade”.

Além do autor do PL entender que a língua deve ser homogênea: “a língua portuguesa de acordo com a norma culta”, se insere, dessa maneira, em uma classe conservadora; do outro lado há a posição daqueles que debatem uma mudança que possa incluir outros gêneros e exploram, assim como o autor do PL e ao contrário dele, as formas ideologicamente valorizadas que tentam alterar a estrutura linguística da língua portuguesa.

Ademais, para discutir essa ideologia linguística relacionada ao falante, consideramos as seguintes expressões do projeto:

Quadro 6 – ideologia linguística relacionada ao falante

<i>“para que não se utilize mais o plural masculino”</i>	<i>“identificação artificial de gênero neutro”</i>
<i>“tentativa forçada de modificação da Língua Portuguesa”</i>	<i>“alguns movimentos sociais, com a falaciosa bandeira de democratização da linguagem”</i>
<i>“aqueles que a pretendem utilizar para militância ideológica e exaltação de agenda política, modificando a realidade para moldá-la a seus propósitos escusos”</i>	<i>“suposta tentativa de incluir grupos marginalizados, segrega outros”</i>
<i>“massa de manobra”</i>	<i>“jovens programados para escrever em dissonância com a norma culta”</i>
<i>“a militância pode favorecer essas mudanças, mas não pode impô-las”</i>	

Fonte: PL 5.248/2020

A inversão de valor e a imaginação de um inimigo linguístico, é um processo ideológico e de promoção de invisibilidade das mudanças indexicais, isto é, de signos ideológicos de grupos que propõem mudar a língua para a inclusão de um grupo que não está contemplado na língua, mas apartados, cujas identidades se tentam apagar violentamente; também, uma implantação de uma imagem do uso de formas linguísticas que se associa a determinados falantes. A apreciação valorativa neste projeto de lei é uma criação após uma indexicalidade já existente, que se inverte. Para Woolard, esse fato é um colapso na cadeia de relações de signo, como um significado invertido que se associa aos usuários de linguagem, como ocorre nos exemplos apresentados.

Inverte-se propositalmente os objetivos das propostas da linguagem neutra, impondo aos falantes características radicais, marginal e autoritária do uso da língua e artificializando-a, ao mesmo tempo, como tentativa forçada de mudanças na língua, vindo de movimentos falaciosos que tentam implantar na mente de jovens ideias segregadoras. Essa inversão marginaliza e torna invisível a mudança e a luta dos movimentos pró-linguagem neutra.

A fim de tornar pressupostamente válido seus argumentos, o autor usa de autoridade linguística (Mattoso Câmara Jr. e Sírío Possenti) e distorce as falas dessas autoridades para que se tornem um conhecimento de verdade, ou seja, modelos de especialistas que são trazidos para os regimes ideológicos de verdade, mas que não condiz de fato com o que os linguistas haviam estudados. Assim, as falácias e imputações vão ganhando força de legitimação, mas que encontra resistência das forças centrífugas de variações linguísticas das

camadas da sociedade que no passar dos anos iremos ver nos compêndios das pesquisas científicas e nos registros históricos suas forças.

Apontamos, portanto, dois signos sócio-historicamente identificáveis via indexicalidade mais utilizados nos PLS: LGBTQIA+ e Linguagem neutra. Esta última foi um termo guarda-chuva como ideia que escapa da ideologia de língua nacional, culta e homogênea, que radicaliza uma língua já inventada e mantida por um poder centralizador. Essa luta em torno da Linguagem Neutra, como diz Signorini e Lucena (2023, p. 10-11):

se constitui em uma disputa de natureza política e ideológica sobre usos e regulamentação dos usos linguísticos por grupos e indivíduos diferentemente posicionados em estruturas e redes de poder e autoridade, chamados a exercer suas capacidades metalinguísticas e metacomunicativas no exame da questão. O julgamento, nessa disputa, não ocorre com base em critérios linguístico-discursivos estritos e sim com base nas “posições e identidades dos falantes e de sua língua numa dada ordem sociocultural e política” (Signorini, 2006, p. 170). E nessa luta, a linguagem neutra assumiu a função de mais um indexador do rol de inimigos a serem combatidos e eliminados pelo ativismo algorítmico: mais um indexador da chamada “ideologia de gênero” e suas relações com uma esquerda dita corrupta e “relativista”, com o comunismo e o feminismo ditos ateus, globalistas e autoritários.

Por sua vez, o indexicalizador LGBTQIA+ é atingido violentamente pelos discursos dos PLS, a fim de precarizar suas subjetividades, de desqualificar suas performances linguísticas e desestabilizar a sua luta na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, damos um acabamento provisório no diálogo instaurado nesta dissertação, embora no espaço social o tema continue aberto e envolto a polêmicas e embates discursivos de toda ordem. Por exemplo, em meio à finalização dessa pesquisa, o Ministro do STF, Alexandre de Moraes, no mês de maio de 2024, suspendeu uma lei da cidade de Ibitiré (MG) que proibia o ensino de linguagem neutra nas escolas públicas e privadas do município, o que também impedia o uso da linguagem pelos agentes públicos da cidade²⁰. Ainda neste momento, livros e artigos ainda estão sendo publicados sobre o fenômeno da linguagem neutra, mostrando a força que essa variação está tendo. Com isso, consideramos que os campos políticos e legislativos são contextos situados de heterodiscursos e de concepções sócio-histórica-culturais, cujas comunicações são embates, conflitos entre indivíduos/os que agem no discurso.

É nesse meio que o presente trabalho foi apresentado pelas perspectivas teórico-metodológicas do Círculo de Bakhtin em interlocução ao campo da ideologia linguística. Do Círculo de Bakhtin, nos sustentamos nos fundamentos da análise da linguagem. Disso, estudamos que os signos também se desdobram em gêneros do discurso que também refletem as condições específicas e as finalidades de cada esfera/campo de comunicação. Dessa forma, para analisar os acontecimentos de ideologias linguísticas, entendemos que os fenômenos enunciativos-discursivos impulsionam as manifestações sócio-culturais e político-ideológicas.

Foi por esses entendimentos que foi compreendido a estratificação como organismo específico dos gêneros em contextos heterodiscursivos que importa o aspecto intencional, concreto-semântico e expressivo da estratificação da língua. Desta feita, discutimos as ideologias linguísticas em projetos de lei que circulam nas assembleias do Brasil, mobilizando as ideias de Bakhtin (2015 [1975]) sobre a questão da língua única, das forças de unificação e centralização (forças centrípetas) e de estratificação e heterodiscursiva (forças centrífugas) do mundo verboideológico.

Ainda nos estudos do Círculo, especificamente nos escritos de Volóchinov, a noção de linguagem foi preponderante para o entendimento das representações simbólicas e, diante disso, o signo nesses estudos foi central para a investigação da ideologia, sendo o signo ideológico o fundamento para as análises dos projetos de lei. Dessa maneira, foi necessário

20 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-05/moraes-suspende-lei-municipal-que-proibia-linguagem-neutra-nas-escolas#:~:text=O%20ministro%20Alexandre%20de%20Moraes,pelos%20agentes%20p%C3%ABlicos%20da%20cidade>

entender como os enunciados são produzidos na interação discursiva, no qual tivemos que entender as orientações sociais dos participantes nesta interação, o meio social mais amplo que o sujeito se encontra e a situação social mais próxima como forma de individualização do sujeito, sua filiação como cidadão, camadas essas que os fazem estruturar seus enunciados.

Nessa discussão, os conceitos de tema e significação são partes da constituição do signo ideológico, pois o signo é formado pelas significações e pelas ideologias produzidas na interação discursiva no meio social, ou seja, para o entendimento dos projetos de lei, o signo é uma realidade material da ideologia. Com essa base, partimos para os estudos das ideologias linguísticas, que para a sua compreensão, a princípio, tivemos que apreender o conceito de ideologia, um termo polissêmico, controverso, um efeito, uma prática construída socialmente com consequências nos processos sociais e linguísticos. A ideologia, dessa maneira, reflete e refrata os produtos ideológicos que captam outras realidades além de seus limites e a palavra é signo ideológico que expõe as existências sociais e todo convívio e efeitos dessas interações e seus conflitos de interesse.

À abordagem dos estudos das ideologias linguísticas tentamos estabelecer uma relação entre os pressupostos volochinovianos ao todo conjunto de reflexos e refrações da atividade social expressa e fixada no signo ideológico, ação que busca compreender a relação entre ideologia e prática social. Assim, as ideologias linguísticas implicam nos estudos das estruturas linguísticas com a ideologia, das mudanças estruturais da língua e as maneiras pelas quais as instituições têm um papel crucial para a formação das ideologias linguísticas que se vinculam às práticas sociais. De igual forma, esses pressupostos são elos mediadores entre estruturas sociais e as formas dos discursos, ou seja, é um conceito complexo, que no seu bojo identifica os modos de produção de significados, comportamentos simbólicos e performances que exorbitam em relações de poder, cujo comportamentos linguísticos são compreendidos como categorias gramaticais e representações das formas linguísticas, cujas ideias e crenças podem, com grande força, modificar ou cristalizar as estruturas da língua.

Ainda, no percurso da pesquisa, dedicamos um capítulo sobre o estado da arte da linguagem neutra. Neste capítulo, a discutimos como movimento social, como efeito de tomada de posição, de formação de sujeitos que são movidos pelos problemas dos processos de linguagem e, ao mesmo tempo, interroga esses problemas de linguagem. Nesta parte, entendemos que a linguagem neutra se encontra num contexto de profunda crise política, econômica e ideológica. A linguagem não-binária, nas acentuações mostradas, são entendidas

como signo que marca uma alteração linguística que contempla outras formas de gênero que não são marcadas na língua. Sobre as posições nas mídias, há uma discussão sobre a diferenciação de gênero social e gênero gramatical, mas dentre essas discussões, tanto os contrários a linguagem neutra, quanto os que são a favor, entendem que a proposta dessa variante é incluir pessoas que não se sentem contempladas na língua. A respeito da questão linguística da linguagem neutra, alguns estudos trazidos dizem que esse tipo de linguagem sofre algumas restrições fonológicas e morfológicas para sua implementação na língua, mas que encontram possibilidades de alteração devido ao uso dos falantes, isto é, existe a probabilidade de um falante atribuir gênero a um substantivo, mas, segundo Fiorin, são as condições sócio-histórica da linguagem neutra como reivindicação de que o mundo não se organiza apenas em dois gêneros, mas que expressa um gênero neutro ao lado do masculino e feminino.

Com essas bases construídas, formulamos a nossa metodologia, que seguiu os caminhos teórico-metodológicos do Círculo de Bakhtin e da ideologia linguística; assim, a pesquisa se caracterizou pelo tipo de pesquisa documental e de seu método de geração de dados documentais. Dessa maneira, chegamos aos dados que nos deram os caminhos para suas análises.

Os projetos de lei analisados se projetaram no contexto da onda conservadora que se instalou no Brasil, ressonâncias dos movimentos de outros países. Os PLs são polêmicos, que suscitaram polarizações e dicotomizações no plano do heterodiscurso. Na materialidade discursiva desses gêneros foram identificados discursos alheios e intertexto (vide quadro 4), o que nos fez compreender o cronotopo da onda conservadora desses projetos. As forças que propomos analisar nos dados se deram em duas frentes, as dos PLs como forças centralizadora de língua única e proibitiva tomada ideologicamente e restrita a uma visão de mundo, a uma posição política, que unificam a língua no meio efervescente das forças centrífugas, lado este onde se encontra a linguagem neutra, tanto combatida pelos projetos de lei e seus parlamentares, uma estratificação, uma camada da língua essencial para a representação dos que não se identificam com a tradição gramatical e nem aí se encontram, isto é, uma linguagem expressamente sociológica, uma linguagem identitária.

São pelas forças centrípetas (Parlamentares, projetos de lei, gramática, documentos oficiais) que a ideologia linguística de língua como norma e de pureza de linguísticas que a linguagem neutra é atacada, tendo que seguir uma norma culta inspirada nas grandes obras

literárias e gramaticais que preservam certos usos da língua, isto é, um modelo de língua, uma forma padrão a ser observada, mas muitas vezes empregadas por pessoa mais favorecidas. Esse tipo de língua é herdado por um processo de gramatização, de valorização do grafocentrismo e pelo colonialismo linguístico, mas é por essa ideologia que se resgata uma memória linguística (português) que se institucionaliza como sendo a do Brasil e que ao mesmo tempo legitima um imaginário de língua que toma a língua portuguesa como evidência de “patrimônio nacional”.

É diante disso que chegamos a nossa última análise. São pelos argumentos das forças centrípetas que são direcionados os argumentos dos PLs aos falantes LGBTQIA+, principalmente pelo PL 5248 de 2020. Nos projetos de lei, ora analisados, há diversos sentidos de linguagem que marcam os pactos ideológicos sustentados nos discursos do texto normativo e identifica uma disputa em torno da linguagem neutra. Há uma tensão em torno de uma suposta proteção articulada nos PLs, isto é, uma articulação do proteger o “nós” distintamente “deles”, a proteção de uma língua/norma culta dos “defensores da ideologia gênero”, a fim de garantir uma punição a quem violar este preceito.

As ideologias da linguagem dos PLs são representações morais e politicamente carregadas da natureza, estrutura e uso das línguas em arena heterodiscursiva, representam, de igual forma, uma linguagem homogênea, uma ideologia da linguagem, além de ser promovidas por membros de uma comunidade, também são promovidas por instituições oficiais e de elite. As denominações em torno da linguagem neutra e de seus falantes, como observamos nos PLs, são signos ideológicos de oposição à nova linguagem que se caracterizam como formas de inversão de valores e escancaram as suas avaliações depreciativas, impondo aos falantes características radicais, marginais e autoritárias do uso da língua e artificializando-a. Essa inversão marginaliza e torna invisível a mudança e a luta dos movimentos pró-linguagem neutra e, nos arriscando dizer, um linguicídio a uma língua de minoria.

Portanto, pelos caminhos tomados nesta pesquisa, conseguimos alcançar nossos objetivos de analisar as ideologias linguísticas em projetos de leis no Brasil e de responder a nossa questão de pesquisa: *como se constituem as ideologias linguísticas sobre linguagem neutra em projetos de lei?* Isto é, se constituem pelo embate entre forças centrípetas (conservadorismos, direita e seus extremos) e forças centrífugas (estratificações linguísticas e heterodiscursiva). Assim as práticas legislativas de língua são ideologias linguísticas que são

mobilizadas para manter a hegemonia de determinada concepção de língua e de interdição de determinadas performances linguístico-discursivas.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: UNICAMP, 2009.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Linguagem Neutra e Fascismo**. Blog da Parábola Editorial, 2023.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; Notas da edição russa: Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I: a estilística**. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila. **Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate**. Parábola Editorial, 2022.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Projetos de lei contrários à “linguagem neutra” no Brasil. In: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; et all. **Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate**. 1ª edição, São Paulo: Parábola, 2022.
- BENTE, Anna Christina. et al. Feminismo, mídias digitais e linguagem inclusiva. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. et al. **Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2022.
- BIONDO, Fabiana Poças. Ideologias de gênero e ideologias de língua(gem) em páginas feministas do facebook. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 63, n. 2, 2019.
- BLOMMAERT, Jan. Ideologias linguísticas e poder. In: SILVA, D; MARTINS FERREIRA, D; ALENCAR, C (Orgs). **Nova pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014.
- BLOMMAERT, Jan. Language Ideology. In: KEITH, Brown (Editor-in-Chief). **Encyclopedia of Language & Linguistics**, Second Edition, volume 6, pp. 510-522. Oxford: Elsevier, 2006.
- BOENAVIDES, W. M. Sobre o conceito de “tema” em Marxismo e Filosofia da Linguagem. **Organon**, Porto Alegre, v. 30, n. 59, 2015.
- BRAIT, B. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. **Gragoatá**, Niterói-RJ, n. 20, p. 47–62, 2006.
- BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2ª ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

- BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chaves**. 4ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2010.
- BRASIL. **Constituição 1988**. Brasília: Senado Federal, 2018.
- BREVILHERI, Ursula Boreal Lopes et al. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, 2022.
- BUTTURI JUNIOR, Atilio; MÜLLER CAMOZATTO, Nathalia; DA SILVA, Bianca Franchini. Uma monstruosidade linguístico-moral: os discursos sobre a linguagem neutra nos projetos de lei do Brasil. **Calidoscópio**, v. 20, n. 1, 2022.
- CAÊ, Gioni. Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa. <https://drive.google.com/file/d/16BQ59w4ePbUqMAzrFwUiCsz3r9zJw9XL/view>. Acesso em, v. 25, n. 07, 2020.
- CAMPOS, Maria Inês Batista. A questão da arquetônica em Bakhtin um olhar para materiais didáticos de língua portuguesa. **Filologia e Linguística Portuguesa**, Brasil, v. 14, n. 2, p. 247-263, dec. 2012.
- CARBONI, Florence.; MAESTRI, Mário. A linguagem escravizada: língua, história e poder. **REA**, vol. 2, n. 22, 2003.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 34. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2020.
- CEREJA, William. Significação e tema. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chaves**. 4ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2010.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10º ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- COLLICHON, Gisela; SCHWINDT, Luiz C. Por que a distinção entre gênero social e gramatical na língua portuguesa é necessária ao idioma. **Zero Hora**, v. 12, 2015.
- COLLING, Ana Maria. Substituição de marcadores de gênero na linguagem escrita busca diminuir preconceitos. **Zero Hora**, v. 12, 2015.
- COSTA-PEREIRA, Rodrigo; RODRIGUES, Rosângela Hammes. O conceito de valoração nos estudos de Bakhtin: a interrelação entre ideologia e linguagem. **Rev. Linguagem em (dis) curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan/abr. 2014.

- COVAS, Fabíola Sucasa Negrão; BERGAMINI, Lucas Martins. Análise crítica da linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 6, p. 54892–54913, 2021.
- CUNHA, Leandro Reinaldo da. Linguagem neutra: ofensa à língua portuguesa ou preconceito velado? **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 2, n. 2, 2021.
- DE PAULA, L.; LUCIANO, J. A. R. A filosofia da linguagem bakhtiniana e sua tridimensionalidade verbivocovisual. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 706–722, 2020.
- DEL VALLE, J; MEIRINHO, V. Ideologias linguísticas. In: GUTIÉRREZ-REXACH, J (Org). *Enciclopedia de Lingüística Hispánica*. Volume 2. New York: Routledge, 2017.
- DESTRI, Alana.; MARCHEZAN, Renata Coelho. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 1–25, 2021.
- DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos. **Veredas. Rev. Est. Ling.**, Unisinos: jan/dez, 2003.
- EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Editora da USP, 1997.
- EVENSEN, Lars Sigfred. A linguística Aplicada a partir de um arcabouço com princípios caracterizadores de disciplinas e transdisciplinas. In: SIGNORINI, I. e M. C. CAVALCANTI (orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”–redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. [org.] **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. Ed. Parábola, 2006.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola editorial, 2009.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FIORIN, José Luiz. A questão da marcação linguística da não binariedade. **Estudos Semióticos**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 1-14, 2022.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

- GRILLO, Sheila V. de Camargo. Esfera e campo. In BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.
- GRILLO, Sheila; AMERICO, Ekaterina Vólkova. Glossário. In: VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas**. São Paulo: Editora 34, 2019.
- GUIMARÃES, Veridiana de Souza. Inclusão na língua: as tentativas de neutralidade de gênero no português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1–5, 2020.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- IRVINE, J; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. **Regimes of language: ideologies, politics, and identities**. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. Editora Companhia das Letras, 2002.
- KROSKRITY, Paul V. Language ideologies–Evolving perspectives. **Society and language use**, v. 7, n. 3, p. 192-205, 2010.
- KROSKRITY, Paul. Language ideologies. In: DURANTI, A. (ed.). **A companion to linguistic anthropology**. Blackwell Publishing, 2004.
- KROSKRITY, Paul. Language Ideology. In: Duranti, A. (Ed.). **A companion to linguistic anthropology**. John Wiley & Sons. pp. 496-517, 2008.
- LAU, Héilton Diego. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus””. **V Simpósio Internacional em Educação Sexual: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gênero**, Maringá, 2017.
- MARIANI, Bethania. **Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas, São Paulo: Pontes: 2004.
- MELO, Rosineide; ROJO, Roxane. A arquitetônica Bakhtiniana e os multiletramentos. In LOPES, Elvira; Rojo, Roxane (orgs). **Gêneros de texto/discurso e os desafios da contemporaneidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.
- MENEZES, Jadla Moraes et al. **Pânico moral: algumas notas rizomáticas sobre a linguagem neutra**. Anais V Desfazendo Gênero. Campina Grande: Realize Editora, 2021.
- MOITA LOPES, Luis Paulo da. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In: MOITA LOPES, L

(Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.

MOITA LOPES, Luis Paulo da. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, L (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.

MOITA-LOPES, L. P. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 35. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2019.

NORONHA, Raquel. A regulação da linguagem neutra: uma análise discursiva de leis e projetos do Brasil e da Argentina. **Caracol**, São Paulo, n. 25, p. 575-602, 2023.

PAIVA, Ariane Parente; MABIALA, Joel Mateus Cabeia. Comunicação e inclusão: novos usos da língua para uma linguagem neutra. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, [S. l.], n. 43, p. 45–65, 2023.

PINHEIRO, Gustavo Cândido. **A (re)produção e a interpretação de ideologias linguísticas no contexto da UNILAB**. 2020. 217f – Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2020.

PINTO, Joana Plaza. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 23, n. 1, p. 1–26, 2007.

PINTO, Joana Plaza. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **DELTA**. documentação de estudos em linguística teórica e aplicada, São Paulo. v. 23, n. 1, p. 1-26, 2007.

PINTO, Joana Plaza. Prefigurações identitárias e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, L (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.

RODRIGUES, Nara Caetano. Trajetória de pesquisa em Ciências Humanas com aporte teórico-metodológico bakhtiniano. **Calidoscópico**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 114–131, 2015.

RODRIGUEZ, Marcelo et all. Linguística e jornalismo: análise da utilização da linguagem neutra pelo jornal Argentino Página/12. **Revista da Jornada de Pós-graduação e Pesquisa**, São Paulo, 2020.

ROHLING, Nívea. A pesquisa qualitativa e Análise Dialógica do Discurso: caminhos possíveis. **Cadernos De Linguagem E Sociedade**, 15(2), 44–60, 2014.

- SÁ, Aurora Viana de. **Análise semiótica do discurso sobre a linguagem neutra**. Dissertação – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022.
- SCHIEFFELIN, B; WOOLARD, K; KROSKRITY, P (Orgs.). **Language ideologies: practice and theory**. New York: Oxford University Press, 1998.
- SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira. Língua, gênero e diversidade: o que tem a semiótica a ver com isso? **Estudos Semióticos**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 258-278, 2022.
- SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1–23, 2020.
- SCHWINDT, Luiz Carlos. Exponência de gênero e classe temática em português brasileiro. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 34, p. 745-768, 2018.
- SCHWINDT, Luiz Carlos. Exponência de gênero e classe temática em português brasileiro. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2018.
- SCHWINDT, Luiz Carlos. Predizibilidade da marcação de gênero em substantivos no português brasileiro. In: CARVALHO, D. & BRITO, D. **Gênero e Língua(gem): Formas e Uso**. Salvador-BA. EDUFBA. 2020a.
- SCHWINDT, Luiz Carlos. Predizibilidade da marcação de gênero em substantivos no português brasileiro. In: CARVALHO, Dannel; BRITO, Dorothy. **Gênero e língua(gem): formas e usos**. 1ed. Salvador/Bahia: Editora da UFBA, v. 1, p. 279-294, 2020.
- SCHWINDT, Luiz Carlos. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da ABRALIN**, p. 1-23, 2020b.
- SEIDEL, Verônica Franciele. Linguagem neutra: Uma análise baseada na teoria dialógica do discurso. **Letrônica**, [S. l.], v. 14, n. 4, 2021.
- SIGNORINI, Inês.; LUCENA, Maria. Inêz. Linguagem e economia política em ativismos no twitter sobre o uso de ‘linguagem neutra’. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2023.
- SILVA, Sidnay Fernandes dos Santos et all. Da gramática normativa à linguística popular militante: um percurso da linguagem neutra. **Porto das Letras**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 141–159, 2021.
- SILVERSTEIN, Michael. Los usos y la utilidad de la ideología. In: SCHIEFFLEIN, B. B.; WOOLARD, Kathryn A.; KROSKRITY, P. V. **Ideologías lingüísticas: práctica y teoría**. Madrid: Catarata, 2012.

- SUASSUNA, Livia. A teoria sócio-interacionista de Mikhail Bakhtin e suas implicações para a avaliação educacional. **Matraga** – vol. 1. N. 15. Rio de Janeiro: Jan/dez, 2003.
- THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.
- VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad., notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.
- VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.
- WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). Introdução à história do pensamento político. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- WOOLARD, Kathryn A. Language ideology: Issues and approaches. **Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)**, v. 2, n. 3, p. 235-249, 1992.
- WOOLARD, Kathryn A. Language Ideology. In: **The International Encyclopedia of Linguistic Anthropology**, J. Stanlaw (Ed.), 2020.
- WOOLARD, Kathryn A. Language Ideology. In: **The International Encyclopedia of Linguistic Anthropology**, J. Stanlaw (Ed.), 2021.
- WOOLARD, Kathryn A. Las ideologías lingüísticas como campo de investigación. In: SCHIEFFLEIN, B. B.; WOOLARD, K.; KROSKRITY, P. V. **Ideologías lingüísticas: práctica y teoría**. Madrid: Catarata, 2012.
- WOOLARD, Kathryn A.; SCHIEFFELIN, Bambi B. Language ideology. **Annual review of anthropology**, v. 23, n. 1, p. 55-82, 1994.
- WOOLARD, Kathryn. Introduction: language ideology as a field of inquiry. In: SCHIEFFELIN, B; WOOLARD, Kathryn; KROSKRITY, Paul (Orgs.) **Language ideologies: practice and theory**. New York: Oxford University Press, 1998.